

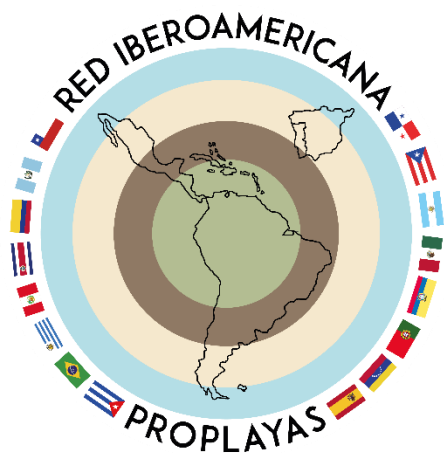
O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

CENÁRIOS E RECOMENDAÇÕES



Grupo de Especialistas da Rede Proplayas

***Editores: Camilo M. Botero, Serafí Mercadé,
Juan Alfredo Cabrera, Briana Bombana***



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

CENÁRIOS E RECOMENDAÇÕES

Grupo de Especialistas da Rede Proplayas

Editor principal:

Dr. Camilo M. Botero, Coordenador Geral Rede Proplayas

Coeditores:

MBA Serafí Mercade, Dr. Juan Alfredo Cabrera, Dra. Briana Bombana

O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19. CENÁRIOS E RECOMENDAÇÕES.

Citado como:

Documento completo

Botero, C.M., Mercadé, S., Cabrera, J.A., Bombana, B. (editores). O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19. CENÁRIOS E RECOMENDAÇÕES. Publicação no marco da Rede Ibero-americana de Gestão e Certificação de Praias – PROPLAYAS. 2020. Santa Marta (Colômbia). 120 páginas.

Capítulo

José R. de Souza Filho, Flavia M. Lins-de-Barros & Fábio C. Nunes: Repensando o uso das praias: a natureza pede um descanso. Em: Botero, C.M., Mercadé, S., Cabrera, J.A., Bombana, B. (editores). O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19. CENÁRIOS E RECOMENDAÇÕES. Publicação no marco da Rede Ibero-americana de Gestão e Certificação de Praias – PROPLAYAS. 2020. Santa Marta (Colômbia). Páginas 66-69.

As opiniões expressadas neste documento são de responsabilidade exclusiva de cada um dos autores e podem não coincidir com as de outros membros da Rede Ibero-americana de Gestão e Certificação de Praias – PROPLAYAS.

Documento disponível para *download* gratuito em:

www.proplayas.org

red.proplayas@gmail.com

Foto de capa © Camilo M. Botero

ABRIL 2020

*“As pessoas têm medo das mudanças. Eu tenho
medo que as coisas nunca mudem”*

Chico Buarque

*“Y hoy, más que nunca, es preciso soñar. Soñar,
juntos”*

Eduardo Galeano

Conteúdo

<i>INTRODUÇÃO</i>	8
<i>PARTE I</i>	10
<i>ANÁLISE GERAL E RECOMENDAÇÕES PARA ENFRENTAR A CRISE DA COVID-19 NO TURISMO DE SOL E PRAIA</i>	10
Situação econômica e ambiental do turismo de sol e praia	11
A gestão integrada das praias como elemento essencial à atividade turística.....	13
O impacto da COVID-19 nas atividades econômicas relacionadas às praias	15
A recuperação ambiental aparente dos ecossistemas praias pela COVID-19.....	17
Cenários de recuperação do turismo nas praias da Ibero-América	18
Cenário pessimista	18
Cenário neutro (tendência)	20
Cenário otimista	21
Recomendações de ação para o turismo de praias no contexto da COVID-19	23
1. Resistir proativamente à crise econômica gerada pelo fechamento das praias.....	25
2. Fortalecer a qualidade e a sustentabilidade turística	25
3. Fortalecer as relações cooperativas entre as pequenas e médias empresas	26
4. Criar associações de grupos de trabalhadores informais (quando seja possível).....	26
5. Fortalecer os órgãos coletivos de gestão de praias	26
6. Avaliar a percepção dos visitantes locais e forâneos como estratégia de planejamento	27
7. Identificar os aliados para a reabertura da praia.....	27
8. Estabelecer / atualizar o inventário de praias turísticas	28
9. Registrar as mudanças ambientais	28
10. Garantir a salubridade, gerando confiança	29
11. Reduzir a densidade dos usuários da praia em função da setorização e do zoneamento	29
12. Planejar o retorno às praias com um caso-piloto	30
13. Diversificar a oferta relacionada às praias.....	30
14. Promover um turismo de proximidade (geográfica e emocional).....	30
15. Implementar o “slow tourism” também no contexto das praias e entorno	31
16. Potencializar a colaboração como novo DNA do turismo	31
<i>PARTE II</i>	32
<i>O CRITÉRIO DOS ESPECIALISTAS NO CONTEXTO DA CRISE DA COVID-19 E O TURISMO DE SOL E PRAIA NA IBERO-AMÉRICA</i>	32
1. Roberto Cañamero Gálvez: El virus corona y el turismo de playas.....	33
2. Omar Cervantes, Ulsía Urrea Mariño, Anaid López-Urban: El COVID 19 escenario cero hacia una gestión participativa de playas y de gobernanza costera	35

3. Alejandro M. Maeda-Martínez: Cuencas sanas-Playas sanas: Binomio clave para prevenir repercusiones colaterales de las pandemias	38
4. Enrique Mejía Maravilla: Impacto al Sector Turismo por el COVID 19 en México.....	41
5. Andrea Di Tomassi: Reflexiones sobre los nuevos retos y oportunidades para el turismo en Canarias.....	44
6. Mario A. Palacios M.& Teresa Vera San Martín: Cuarentena para las playas ecuatorianas. Una oportunidad de adaptarlas a los nuevos paradigmas post-Covid-19	46
7. Celene Milanés Batista: Repensando la planificación y gestión del riesgo en playas tras un escenario post-pandemia COVID 19	49
8. Camilo M. Botero: Los impactos del COVID-19 en la gestión ambiental de las playas turísticas	53
9. Briana Bombana: Breves considerações sobre uma ciência “incerta” para a gestão turística das praias no pós-pandemia	55
10. Allan Paul Krelling: O papel das pequenas cidades balneárias na pandemia de COVID-19..	58
11. Marcus Polette: Gestão de praias no Brasil no período Pós-Covid-19: Um desafio estratégico e tático.....	61
12. José R. de Souza Filho, Flavia M. Lins-de-Barros & Fábio C. Nunes: Repensando o uso das praias: a natureza pede um descanso.....	64
13. Gerson Fernandino & Carla I. Elliff: Um olhar sobre a composição e abundância de lixo nas praias durante e após a pandemia pela Covid-19	68
14. Bernardo Daniel Taverna & Cecilia Lucía Mantecón: Reflexiones sobre el avance de la pandemia de COVID -19 y el ecosistema costero. Posibles consecuencias del impacto antrópico	71
15. Eduardo A. Vallarino: La contaminación costera en el marco de la pandemia por COVID-19	74
16. Claudia Díaz Mendoza: Lineamientos para una gestión ambiental de residuos sólidos responsable en playas turísticas en etapa post COVID-19.....	77
17. Gustavo Eugenio Echeverri Jaramillo: COVID-19: miradas desde la salud ambiental en playas y acciones para su control, investigación y desarrollo.....	79
18. Ganiveth Manjarrez Paba: Impacto del COVID-19 sobre la Calidad sanitaria de playas turísticas: Una reflexión desde la microbiología	82
19. Juan Carlos Valdelamar-Villegas: Uso de surfactantes para el control del Sars-Cov-2 y sus potenciales implicaciones ecotoxicológicas en las playas	84

20.	María Ángela Botero Salterén: Sospecha, distanciamiento, percepción de seguridad y otras implicaciones psicosociales de volver a habitar las playas como espacios públicos	87
21.	Yunior Ramón Velázquez Labrada, Mayelin Pérez Benitez & Juan Ramón Castellanos González: La gestión ambiental post COVID-19 y su contribución a la integridad ecológica de las playas en Cuba	90
22.	Ariadna Gabarda-Mallorquí & Rosa Maria Fraguell: COVID-19. De la masificación de las playas a su recuperación como espacios saludables	93
23.	Carlos Pereira da Silva & Catarina Fonseca: Portugal, a Covid19 e praias: Percepções, expectativas e comportamentos.....	96
24.	Bianca Suárez-Puerta: Cambios de paradigmas en el turismo de playas.....	99
25.	Gerardo M. E. Perillo: Influencia antrópica en la erosión de playas: ¿Cómo volvemos atrás?	102
26.	Maritza Barreto Orta: Nueva oportunidad para reducir la erosión costera en tiempos de pandemia en el Caribe	105
27.	Hugo Hidalgo Colindres: Las playas, un servicio ambiental en el golfo de Honduras (Belice, Guatemala y Honduras).....	108
28.	Jimmy J. Cevallos Z.: Restauración natural de playas en tiempos de pandemia, sincronía con el turismo post pandemia en la provincia de Manabí, Ecuador 2020.....	111
29.	CONTRIBUCIÓN ESPECIAL - Juan Alfredo Cabrera: Lineamientos para un programa de gestión socio-ecosistémica y de monitoreo integrado de las playas turísticas	114
	Una Introducción necesaria.....	114
	Diagnóstico físico-ambiental integral de re-partida	115
	Programa de gestión socio-ecosistémica y de monitoreo integrado	115
30.	CONTRIBUCIÓN ESPECIAL - Propuestas de la Sociedad Nacional de Salvamento de Italia para la gestión de playas en la temporada 2020 en relación con el riesgo de contagio de COVID-19	118
	Comentarios preliminares	119
	Clubes de playa.....	120
	Zonas de baño libre	122
	Planes de Rescate Colectivo	123

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 chegou com um visitante inesperado, que em somente dois meses conseguiu viajar a quase todos os países do planeta: o novo coronavírus Sars-Cov2. A doença gerada pelo vírus, denominada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como COVID-19, ameaça não apenas a saúde de milhões de pessoas, bem como a de uma das atividades econômicas e sociais mais relevantes do século XXI: o turismo.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), durante o ano de 2019 houveram mais de 1,5 bilhão de viagens internacionais, a imensa maioria delas por motivos turísticos. Desde o seu início, as praias têm sido o principal destino da atividade turística em escala mundial, que se manteve inclusive no século XXI, em um contexto de rápido crescimento e diversificação. O produto do turismo de sol e praia, como é denominado genericamente, representa bilhões de pessoas e empresas a nível mundial, desde o Mar do Caribe até o Oceano Índico, passando pelo Mar Mediterrâneo e os múltiplos arquipélagos do Oceano Pacífico.

Sem dúvida, as praias são um espaço de enorme valor para a economia mundial, mas também para as sociedades atuais, já acostumadas a seus merecidos tempos de descanso e lazer. O turismo é atualmente talvez a mais equitativa das atividades globalizadas, apesar das restrições à mobilidade e acesso econômico que ainda persistem. No século XXI, bilhões de pessoas experimentaram outras culturas, outras perspectivas, outras paisagens, influenciadas pela curiosidade do turista. A ansiada paz mundial passa pelo reconhecimento do outro como sujeito válido de direitos e formas de pensar distintas, e apesar das suas atuais limitações, a atividade turística tem contribuído para isto em grande medida.

Porém, dentro desse contexto, a pandemia da COVID-19 obrigou uma reavaliação de todos os cenários que ocorriam há somente dois meses, todos. O turismo de sol e praia nunca voltará a ser igual, não poderá seguir sendo massivo, não poderá seguir imperando o modelo “tudo incluído”, não deverá continuar sendo um processo de degradação ecossistêmica e cultural. Ao parecer, um vírus teve que vir para colocar ordem no uso turístico das praias, dado que a sua gestão ambiental e social foi insuficiente. A pergunta que surge, portanto, é: ***Como será o novo turismo nas praias?*** Uma pergunta tão ampla como difícil de responder para um produto que levava mais de 60 anos em uma zona de conforto e grande estabilidade econômica.

Este documento que agora é apresentado, almeja fornecer insumos para esse renascimento do turismo nas praias, a partir do olhar de dezenas de especialistas em gestão e certificação de praias da América Latina e Europa. Dividido em duas partes, inicialmente, uma análise geral da crise da COVID-19 é abordada, esboçando recomendações de ação durante e posteriores à pandemia, para, posteriormente, apresentar o critério de mais de quarenta especialistas da Rede Proplayas. Praticamente todos os países que conformam a Rede – que é a maioria dos países da América Latina e Península Ibérica – têm uma contribuição neste documento.

Somos conscientes que em um quadro total de incertezas pelo desenvolvimento da própria pandemia, torna-se ainda mais difícil prever o futuro de uma atividade tão social como é o turismo nas praias. Entretanto, nos aventuramos a colocar todo o nosso conhecimento de décadas de trabalho nas praias para que o presente e o futuro desta pandemia sejam os mais positivos possíveis. Este é um documento que advoga pela resiliência, adaptação e reflexão para evoluir.

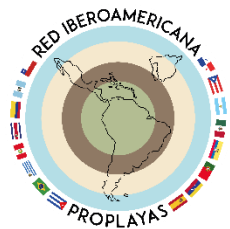
Consequentemente, este documento está principalmente destinado aos gestores locais, assim como aos funcionários de escala nacional com ingerência nas praias. Estes terão a responsabilidade histórica de tomar as decisões nestes momentos de crise, assegurando que a COVID-19, ao invés de acabar com o turismo de sol e praia, fará com que seja fortalecido e evolua até um novo estágio de sustentabilidade. Esse é o principal objetivo pelo qual os mais de 300 membros da Rede Ibero-americana de Gestão e Certificação de Praias nos unimos para gerar esta publicação. Estamos convencidos de que as crises são para nos tornarmos mais fortes, porque temos a confiança de que decisões corretas podem ser tomadas, e porque nosso conhecimento e experiência devem estar a serviço desse valioso sócio-ecossistema chamado PRAIA.

Camilo M. Botero

Coordenador Geral

Rede PROPLAYAS

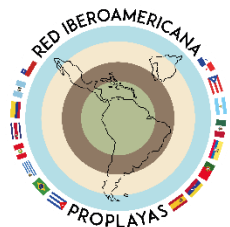
@CM_Botero



PARTE I.

ANÁLISE GERAL E RECOMENDAÇÕES PARA ENFRENTAR A CRISE DA COVID-19 NO TURISMO DE SOL E PRAIA

Camilo M. Botero, Serafí Mercadé, Juan Alfredo Cabrera, Briana Bombana



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

Esta primeira parte introduz o quadro situacional para a análise e a gestão das praias turísticas, relacionando-o com o contexto da crise da COVID-19 e o pós-pandemia. Dessa forma, inicialmente, apresentamos o turismo de sol e praia contemporâneo, a gestão integrada das praias como alternativa capaz de gerir as atividades turísticas dependentes do sistema praias e a resposta de ambas – atividade e gestão – à chegada da pandemia pelo novo coronavírus. Posteriormente, aproximamos três cenários possíveis sobre as praias turísticas e a sua gestão no pós-pandemia, destacando as características principais de cada um deles. Por último, delineamos algumas recomendações aos gestores das praias a partir da nossa expertise como Rede, cabendo enfatizar que na parte II desse documento algumas destas recomendações são ampliadas.

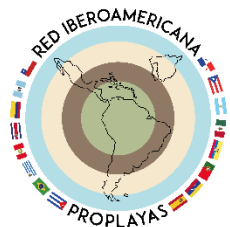
Situação econômica e ambiental do turismo de sol e praia

A partir da perspectiva econômica, são muitos os dados que estão aparecendo em escala mundial com relação aos efeitos da pandemia sobre o turismo. A Organização Mundial do Turismo (OMT) está dando a sua opinião e a ela nos devemos remeter devido a sua visão global do problema.

Contudo, o mais importante é entender como a situação atual afeta a economia de cada município. As associações de hoteleiros e as de venda e aluguel de apartamentos e casas nas zonas turísticas estão compilando os seus dados que, logo, serão publicados. De todos esses dados, o único que pode nos interessar como previsão de futuro são as confirmações reais e reafirmadas para esse ano. Até o momento, ninguém dispõe destes dados.

Portanto, fazer uma análise da situação do que poderá ocorrer é totalmente impossível atualmente. O que sim sabemos é que os países mais importantes da América Latina no que se refere ao turismo internacional, como são o México e a República Dominicana, têm os seus hotéis totalmente fechados nas zonas turísticas da *Riviera Maya*, *Los Cabos*, *Puerto Vallarta*, *Acapulco*, *Punta Cana-Bávaro*, *Puerto Plata* e *Bayahibe*. Isto supõe um problema muito grande para todas as pessoas, tanto as que tinham um trabalho formal associado a essas atividades como as que estavam inseridas na economia informal. Todas essas pessoas estão, agora, em uma situação muito vulnerável, pois a sua renda desapareceu de forma imediata e as expectativas de recuperar a sua atividade de trabalho ou empresarial são muito incertas a curto prazo.

Quando os dados reais sejam publicados, os economistas e especialistas nos poderão contar o que ocorreu, mas teremos poucas surpresas. É sabido já como esse fechamento de fronteiras e confinamento da população estão afetando a nós e às pessoas do nosso entorno, e também podemos inferir como nos afetarão a curto e médio prazo. Os mais de 250.000 quartos de hotel que existem nas quatro principais regiões de praia do México e os mais de 80.000 que existem na República Dominicana estão vazios. E, também, um 95% dos hotéis repartidos por todos nossos países. Isto significa milhões de trabalhadores desempregados e sem renda. Assim, repercute fortemente nas localidades que vivem do que trazem os visitantes, além de que a mencionada repercussão ocorrerá em diferentes níveis dependendo da empresa ou do grupo social no qual cada pessoa esteja envolvida. É provável que as grandes empresas de hotéis e transportes turísticos se recuperem mais facilmente (como o fizeram em outras



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

Página | 12

crises), especialmente pela capacidade de formar grupos fortes economicamente para pedir apoios aos governos (por exemplo, o governo brasileiro já se mostrou preocupado em ajudar financeiramente às companhias áreas depois da chegada da COVID-19) e por consequência, seus trabalhadores poderão voltar à *normalidade* mais cedo, porém é mais incerto para os comércios locais e informais. Um temor válido frente a essa possível recuperação é que a crise reforce ainda mais o turismo massivo centrado nas grandes cadeias de hotéis, transportes, etc.

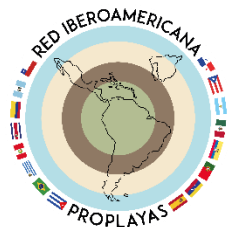
De uma perspectiva ambiental, as praias têm demonstrado que são sistemas complexos, que cumprem não somente funções turístico-recreativas, mas também de suporte à biodiversidade e de garantia de proteção ao território adjacente e às atividades humanas. Uma gestão das praias considerada correta deve integrar todas as suas funções e serviços como ecossistemas, e isto deverá ser revertido em um conjunto de ações prioritárias de acordo com a sua tipologia: naturais, urbanizadas ou *resort*, para citar apenas três casos bem diferentes entre si.

A realidade é que as praias com uso turístico têm manifestado, de forma crescente, alguns processos degradantes, entre os quais se sobressaem a ocupação intensiva e irracional que afetou seu estado natural e ambiental, acelerando uma erosão generalizada e irreversível justo quando outros fatores vinculados às mudanças climáticas se fizeram presentes e complicaram muito mais este panorama tão desfavorável. Ao mesmo tempo, a gestão ambiental destas praias esteve mais orientada a ações de remediação dos problemas de contaminação e de perda de recursos e valor visual, relacionadas com os fins

turísticos em função de objetivos fixados a curto prazo, e priorizando um enfoque econômico-financeiro antes da sustentabilidade ambiental. Conceitos e imagens incorretas das praias turísticas foram impostos com as atuações predominantemente baseadas em critérios próprios referentes a espaços antrópicos com uma vocação de serviços, ao invés de ser adotada e implementada uma gestão que se adapte ao entendimento de como estas praias são sistemas físicos complexos, muito dinâmicos e frágeis, na interfase terra-mar.

A consequência disto tem sido o aparecimento e o crescimento exponencial de problemas como a alteração do perfil das praias com a destruição e a modificação das dunas, a transformação da vegetação natural, a perda das funções de suporte da biodiversidade e dos processos essenciais da dinâmica-funcional, e a perda dos sedimentos com o consequente retrocesso da linha de costa, para citar somente os mais significativos e de influência sobre todos os demais componentes e processos existentes nas praias. Sem dúvida, a perspectiva desenvolvimentista ultrapassou a conservacionista e a de gestão ambiental. Somado a isto, no caso das praias turísticas, a COVID-19 pode colocar em perigo àquelas que têm sido mais conservadas, já que um cenário possível relacionado à desconfiança dos usuários no pós-pandemia é que estes procurem por lugares mais “tranquilos” (normalmente, praias naturais) distantes das outras pessoas, exercendo uma maior pressão nos ecossistemas.

Mas, nem tudo é cinza. Cada vez há mais pessoas que entendem que as praias turísticas são muito mais que água, sol, areia e lazer, e nas últimas décadas, um arsenal conceitual e metodológico se conformou, assim como casos



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

locais concretos positivos de implementação prática da gestão de praias turísticas começam a ser vislumbrados e consolidados, os quais se tornam casos-piloto a seguir. Dessa forma, a gestão de praias turísticas se transformou em um campo profissional em pleno desenvolvimento, apoiado pela ciência, e cada vez mais focado na solução de problemas e assuntos-chave locais. Redes de especialistas e comunidades costeiras vão sendo consolidadas, pelas quais os problemas, soluções e desafios são trocados, e os assuntos discutidos perpassam os acadêmicos e técnicos até envolver amplos segmentos da sociedade e diversos tipos de atores que têm, de uma forma ou outra, relação com as praias, o litoral e as suas atividades.

A gestão integrada das praias como elemento essencial à atividade turística

Desde 2004, a Rede de Gestão e Certificação de Praias (Rede PROPLAYAS) vem sendo configurada como um fórum virtual de discussão e trabalho que impulsionou o desenvolvimento da gestão ambiental e integrada de diversas praias turísticas, mediante a geração de conhecimentos e experiências na região.

Passos firmes começam a ser dados com direção a uma gestão integrada das praias, também aplicável às praias turísticas, e entendida como um processo dinâmico no qual um programa de ações concretas é adotado e implementado, sendo estas ações, por sua vez, correspondentes aos diversos assuntos-chave previamente identificados e diagnosticados. Na América Latina, avançou-se no desenho e na aplicação de modelos holísticos, pelos quais

atuações e instrumentos são combinados, apoiados nas políticas e normativas nacionais e internacionais, e que funcionam em diferentes escalas.

É imprescindível que esse tipo de gestão seja abordada de forma coordenada e integrada, levando em consideração as praias como elementos-chave na economia turística, mas também como fatores-chave do patrimônio e do funcionamento de base natural do ecossistema. Com respeito a isso, um conjunto mínimo de ações que deveriam caracterizar os Programas de Gestão Integrada de Praias Turísticas foi proposto, destacando-se principalmente:

- ✓ Avaliação das causas de tendências erosivas e de degradação física das praias, e a implementação das melhores alternativas para a reabilitação e a manutenção das mesmas
- ✓ Restauração morfológica e vegetal do perfil da praia, com atenção especial à conservação e restauração das dunas
- ✓ Ordenamento territorial e ambiental, com especial atenção aos regulamentos de construção e acessos às praias
- ✓ Planos efetivos de gestão de resíduos de todos os tipos
- ✓ Capacitação, formação e participação de todos os atores envolvidos, afetados ou interessados
- ✓ Pesquisas e monitoramento integral como apoios à gestão
- ✓ Estudos e planos de prevenção de riscos naturais e antropogênicos

Uma das ações mais utilizadas na gestão de praias turísticas tem sido a regeneração artificial, mediante o aporte de areias, que conta também com detratores que defendem ser preferível métodos “menos agressivos” para



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

Página | 14

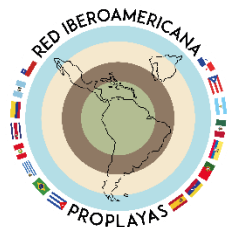
recuperar o perfil das praias afetadas pela erosão. Entre estes últimos, destacam-se a restauração geomorfológica mediante armadilhas para areias e outras técnicas; a conservação e o restabelecimento das dunas e de sua vegetação autóctone com a subsequente eliminação de espécies exóticas e invasoras; a não-retirada absoluta de restos de vegetação marinha que se agrupam nas bermas e contribuem para a acumulação de areia, ao mesmo tempo em que devolvem à praia um aspecto visual mais natural; a gestão adequada dos escoamentos pluviais e dos efeitos eólicos que também participam ativamente nos processos erosivos; a criação de regulamentação e tipologia adequada para os acessos às praias, e de cartazes e atividades focados na educação ambiental com respeito às praias; a educação e o desenvolvimento de formas participativas dos usuários das praias na gestão das mesmas, entre outras. Faz-se também essencial a eliminação de estruturas e mobiliário urbano (por exemplo, quiosques) que afetam com muita frequência a primeira linha da praia, e o asseguramento de um reordenamento urbanístico adequado, além do restabelecimento paulatino do perfil natural do sistema praia-duna, onde este seria natural.

Na gestão da praia, a conservação ou restauração integral de um perfil de praia ótimo é um ponto importante, partindo de um ponto de vista funcional-dinâmico. Seguindo essa mesma ideia, considera-se que o elemento estrutural e funcional fundamental das praias de costas baixas é a duna ou o cordão dunar, almejando abarcar o zoneamento da cobertura de vegetação natural para todo o sistema praia-duna, isto é, do complexo de vegetação costeira da primeira linha contígua ao mar (no Brasil, a restinga herbácea e arbustiva) a uma franja pós-duna de arbustos e árvores autóctones (no

Brasil, restinga arbustivo-arbórea); sendo este o zoneamento que melhor retém os grãos de areia, neutraliza o efeito eólico e/ou os fluxos do mar terra adentro por eventos extremos, diminui os aerossóis e o efeito do salitre e, no caso de algumas espécies em alguns litorais (por exemplo, *Coccoloba uvifera*), atua como barreira natural ao vento, desviando as correntes de ar para cima.

Claramente, o complemento obrigatório dessas formas de gestão nas praias turísticas é a legislação estabelecida e o seu cumprimento estrito com respeito às instalações de temporada e permanentes, em especial as hoteleiras, que já contam com vários exemplos concretos nos quais se incluem a demolição gradual e concordada das instalações e edificações incorretamente construídas, com o consequente processo de restauração do perfil da praia. Talvez em alguns lugares seja mais conveniente manter as edificações e investir em projetos gigantes de aportes de areia, mas provavelmente em outros ainda estejamos a tempo de eliminá-las de modo a restaurar o perfil ótimo das praias. Este é um bom debate que já capta a atenção de muitos pesquisadores e financiadores vinculados à gestão das praias turísticas.

A crítica generalizada que se menciona constantemente é que são poucos os balneários famosos de sol e praia onde, para além dos aportes de areia e fixação de estruturas de proteção, de forma importante e efetiva, os ganhos e os usos do turismo estão direcionados a uma gestão integrada das praias que os apoiam. A mente lucrativa se impõe e carecemos das análises de custo-benefício mais elementares, as quais fariam possível entender que, às vezes, com ações pequenas e baratas de gestão integrada, grandes problemas são



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

resolvidos e uma melhor praia se torna possível. Felizmente, a demanda turística está em constante alteração e isto leva à adoção de uma forma diferente de gestão, pois uma grande parte dos usuários das praias atualmente prefere e opta por praias mais naturais, com uma maior qualidade ambiental, seguras e capazes de facilitar o desfrute e a interação sociocultural.

Um desafio importante que fica para o futuro é enfrentar com êxito a complexidade que implica o fato de que nas praias turísticas intervêm sempre uma ampla gama de grupos de interesses, e muitas administrações e atores diversos, pelos quais a necessidade de um Órgão Gestor é incluída, preferentemente de âmbito local, embora articulado com outros níveis e capaz de organizar e identificar a sua implementação efetiva, o acompanhamento de ações e as fontes de financiamento.

As praias são bens públicos em praticamente todo o mundo, e cabe aqui evocar à “*tragédia dos comuns*”, aquele dilema clássico descrito por Garrett Hardin em 1968, segundo o qual vários atores atuando de forma independente terminam por destruir um recurso compartilhado, embora a nenhum deles lhes convenha que tal degradação ocorra. Urge, pois, retomar as contribuições de Elinor Ostrom (prêmio Nobel de Economia 2009) que, ao questionar esse pressuposto, propôs avançar em direção a mecanismos mais sofisticados de decisão e aplicação de regras para gerir os conflitos de interesse, podendo trazer resultados muito positivos na gestão de bens compartilhados, como são as praias turísticas. Isto implica escolher o caminho do desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade que apliquem os princípios da gestão sócio ecossistêmica, esse novo modelo

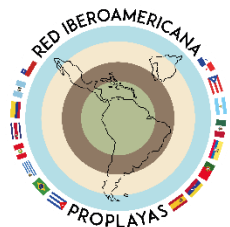
que deve ser expandido para a gestão integrada de praias turísticas. Isto é o que queremos.

O impacto da COVID-19 nas atividades econômicas relacionadas às praias

Tudo que está sendo dito em referência à crise econômica derivada da pandemia, com impactos sanitários e psicológicos resultantes da transmissão do Sars-Cov2, pode ser resumido em somente uma palavra que define a situação na qual se insere a economia mundial: *catástrofe*.

As cifras podem ser enfeitadas de todos as maneiras que se queira: perdas de trabalho, fechamento de empresas, quebra de companhias aéreas, queda do PIB mundial e quaisquer outras que queiram utilizar. Os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) certificam que, na Europa, o PIB será negativo e se situará ao redor de -7,5% em média. Nos Estados Unidos cairá e estima-se que será de -5,3%. Para América Latina, a CEPAL previu uma queda de ao menos 1,8%. Em todo o planeta, fala-se de uma redução mundial de -3%.

Países claramente turísticos como Itália, Portugal, Espanha e Grécia anunciam que o setor do turismo pode chegar a perder um 80% do comércio atual. O fechamento total da última Semana Santa já supôs uma perda de 15% dos negócios e o ritmo de anulações de reservas para a temporada de verão está deixando a todas as operadoras turísticas (Hotéis, Agencias de Viagens, Restaurantes, Organizadores de eventos e competições esportivas, Museus, Bares e festas, etc.) em uma situação de quebra técnica, dado que seus ingressos econômicos serão nulos.



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

Na América Latina, a situação é diferenciada, de acordo com a latitude. Os países do Hemisfério Norte, principalmente México e as Grandes Antilhas, terão um efeito similar ao da Europa na temporada de verão boreal. Nos países no trópico, como Colômbia, Equador, norte e nordeste do Brasil e Centro América, os impactos econômicos serão sentidos durante todo o ano, sendo a Semana Santa o primeiro golpe forte recebido. Para os países do Hemisfério Sul, a situação é um pouco mais benevolente, porque embora a declaração da pandemia pela OMS chegou em pleno verão austral, as ações de confinamento e fechamento de fronteiras ocorreram já no final desta temporada; o cenário agora em países como Argentina, Uruguai, Chile, Peru ou sul e sudeste do Brasil é de incerteza com relação à duração das restrições.

O pior efeito que ainda deve ser estimado é o efeito psicológico que provocou o medo, transmitido em escala mundial, do possível contágio. Este medo passou todos os países e pode levar muito tempo até que desapareça por completo. Os especialistas em psicologia grupal afirmam que nem sequer quando uma vacina efetiva exista, será possível deter totalmente o medo. Todas as notícias são graves e quase ninguém se atreve a estimá-las. Os únicos ganhadores a curto prazo estão sendo os fabricantes dos equipamentos sanitários, as companhias bem posicionadas na Internet para a realização de trabalho e conferências *online* e as cadeias de comércios ligados à alimentação.

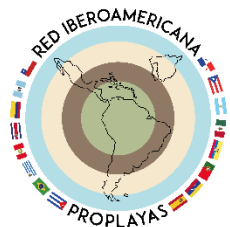
No setor que nos encontramos, relacionado com o ambiente e o entorno das praias, sentimos uma certa sensação boa pela recuperação de entornos degradados ou pelas melhoras na fauna e flora. Isto seria bom se ao menos pudéssemos estar certos de que serão

preservados, mas não é possível assegurá-lo, já que na maioria dos países não há políticas bem definidas a seguir, nem organismos preparados para fazê-las cumprir.

Essa possível alegria inicial pela recuperação ambiental, já está em choque com a realidade da economia que move o mundo. O problema surge quando nos damos conta de que se as pessoas não se movimentam, não viajam e não visitam as localidades com praias, estas localidades se transformarão em cidades fantasma e poderão desaparecer, porque a elas não chegarão os ingressos econômicos e, em um certo momento, deixarão de oferecer atividades pela quais valha a pena visitá-las. São vários os exemplos de setores e cidades que desapareceram ao não poder ser reinventados. Se a COVID-19 continua criando medo e fechando as atividades relacionadas com o turismo, não haverá dinheiro para nada. Ou talvez a resposta seja o contrário, caso esse medo crie uma cultura, ao menos nos primeiros meses pós-pandemia, de busca por destinos mais próximos, já conhecidos pelos usuários, gerando um turismo de proximidade associado ao que nos é sentimental/familiar. De qualquer forma, em primeiro e prioritário lugar, para qualquer território, esteja onde esteja, será recuperar a economia local gerando confiança.

No nosso entorno de praias, o mais importante é manter os negócios locais que vivem delas e que contribuem economicamente à localidade. Isto é prioritário nestes momentos e é onde os especialistas de gestão e certificação de praias podem desempenhar um papel fundamental.

Na nossa região e áreas de influência, e especialmente se moramos perto do mar, nos entornos das praias turísticas, a situação pode ser melhor ou pior que nas regiões industriais ou no interior dos nossos países, dependendo



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

de como ajamos a curto e médio prazo. Para recuperar a economia, é importante ganhar a confiança dos visitantes, conseguindo demonstrar que o nosso entorno é seguro em relação à saúde. Faz-se essencial um posicionamento no mercado que transmita o que for necessário para que os visitantes percebam nossas praias como saudáveis e seguras. Além de que, claro, demonstrar que as praias são geridas corretamente do ponto de vista da sustentabilidade socioambiental, e comunicar que elas dispõem de tudo que seja necessário para fazê-las atrativas e sedutoras para os visitantes.

O papel a ser desempenhado pelos especialistas consiste em colaborar com as autoridades locais, regionais e/ou nacionais para conseguir que essa percepção de praias saudáveis e seguras seja uma realidade demonstrável. É requerido que a sensação que os visitantes tenham seja de que eles se sintam bem numa determinada praia, que ela é confortável, e que está limpa e bem gerida no que tange aos equipamentos adequados e ao respeito com o ambiente.

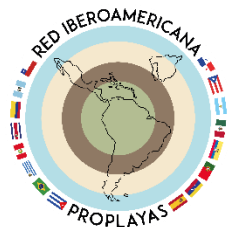
Aparente recuperação ambiental dos ecossistemas de praias pela COVID-19

Devido a estes dias singulares e lamentáveis de expansão da COVID-19, e os efeitos terríveis da pandemia associada, lemos e escutamos comentários como uma certa repercussão positiva sobre a aparência visual e as condições naturais e ambientais de muitas praias, baías e outros ecossistemas costeiros, em diversos países. Fotos que revelam uma maior transparência das águas são publicadas, bem como o restabelecimento da vegetação.

Especialmente, discute-se muito sobre o crescente avistamento de algumas espécies marinhas e costeiras, como os golfinhos, as tartarugas, as aves, e outras, que há muito tempo tinham se distanciado mar afora ou até encontrado algum lugar reservado, certamente fugindo da multidão, do ruído e da contaminação que caracterizaram a ocupação e o desenvolvimento das atividades turístico-recreativas em localidades e balneários costeiros emblemáticos e reconhecidos.

Indubitavelmente, é muito bom que isto esteja acontecendo, porém traz consigo algumas reflexões e análises que podem ser polêmicas. O que realmente estamos presenciando como reação da natureza a esta pandemia fatal é o retorno e o crescimento dos processos naturais e mecanismos de autorregulação dos quais dispõem os ecossistemas costeiros, graças a uma base dinâmico-funcional natural que ainda se mantêm, apesar de tantas mudanças e transformações antropogênicas que lhes têm sobreposto.

Talvez, agora, entende-se melhor que a gestão ambiental e integrada das praias e costas tem sido ineficiente, e que somente com o nosso distanciamento devido à pandemia, os ecossistemas retomam os seus processos de volta à naturalidade e de resiliência. Deveríamos ter feito muito melhor, deveríamos ter adotado e implementado uma melhor gestão integrada, e as coisas agora seriam mais radicais no que se refere a esse retorno favorável à naturalidade e à sustentabilidade ecológica e ambiental, que deixam felizes a muitos de nós, e que não necessariamente temos que estar restritos ao uso turístico-recreativo, se este é concebido com a racionalidade e a visão integral que podemos desenvolver.



Também não devemos confiar de forma absoluta no que estamos vendo, somente baseados nos sinais visuais, fenossistêmicos, porque existem aspectos estruturais e funcionais “invisíveis”. Sendo assim, agora, temos que monitorar muito bem cada variável física, química, biológica, e de todo tipo, para estar certos de que a pandemia realmente nos deixará um panorama ecológico e ambiental mais favorável, que poderá constituir uma linha base de partida em um futuro imediato a fim de aprender e fazer muito melhor o que não estava correspondendo às nossas expectativas.

Cenários de recuperação do turismo nas praias da Ibero-América

No dia 30 de abril de 2020, quando este documento será publicado, as incertezas sobre o futuro do turismo nas praias do mundo serão altíssimas. Dezenas de publicações, desde acadêmicas até opiniões políticas, circulam pelas redes de comunicação com cenários que gravitam entre um colapso mundial certo e um retorno imediato à *normalidade*. Entretanto, a função da expertise radica no nivelamento destes extremos e, a partir de experiências prévias, tenta construir cenários factíveis que contribuam à tomada de decisões bem-sucedida, quando tenha chegado o momento destas.

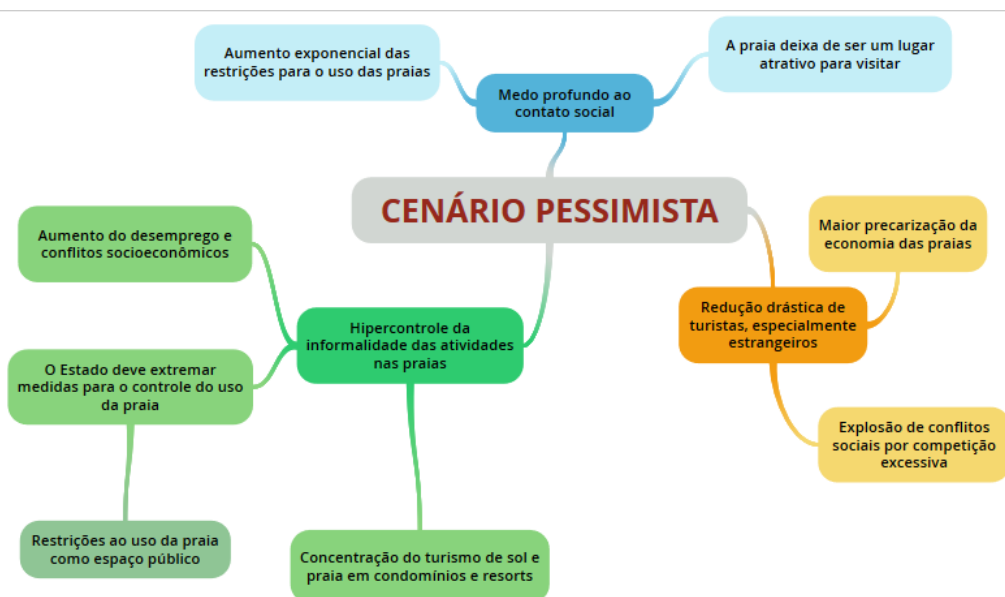
Com este objetivo, realizamos um exercício de prospectiva para três cenários de recuperação do turismo nas praias, assim que os níveis de incerteza com relação à pandemia sejam menores e decisões possam ser continuadas, além daquelas emergenciais. Embora existam teorias de geração de cenários que se centram meramente na variável econômica (por

exemplo, Cenários V, U, J inversa e L), considerou-se mais pertinente analisar três cenários com trajetórias totalmente diferentes: negativa (pessimista), neutra (tendência) e positiva (otimista). A perspectiva de análise utilizada é holística e integrada, de uma forma em que as funções naturais, culturais, econômicas e institucionais das praias sejam representadas de maneira equitativa, de acordo com cada situação.

Por consequência, os três cenários que são apresentados a continuação são uma contribuição à reflexão sobre o futuro do turismo nas praias, com ênfase nas condições da América Latina e da Península Ibérica. Partimos da convicção que o futuro pode ser feito, para o qual a tomada de ações a cenários desejados e possível é requerida. Este exercício prospectivo não é nem completo, nem exaustivo, pois não somente é uma tarefa que se localiza na fronteira com o impossível, mas também tem como propósito gerar reflexões que permitam a sua evolução a uma tomada de decisões nas escalas local, regional, nacional e, inclusive, multilateral. Finalmente, o cenário que se ajustará melhor ao futuro que está por vir será aquele no qual a maioria aposte seus esforços e recursos.

Cenário pessimista

Este cenário parte de um futuro no qual a percepção social perante os riscos epidemiológicos é extrema, como foi observado nas primeiras semanas de contágio em quase todos os países do mundo. O pânico de uma possível contaminação, que levou a inexplicáveis compras massivas de papel higiênico, para citar um exemplo, neste cenário, se converte em uma norma de conduta da sociedade. Como consequência, o temor de ser contagiado por outra pessoa cria um medo



profundo ao contato social, que indiscutivelmente também se representa na ida às praias, as quais são áreas públicas sujeitas à iminente aglomeração de pessoas. No seguinte nível de causalidade, as praias deixam de ser um lugar altamente desejado para passar o tempo livre, sendo relegadas a alguns usos muito específicos, como a pesca ou a prática de esportes náuticos. Da mesma forma, o medo aludido obriga as autoridades a aumentar as restrições para o uso das praias, até um ponto em que a experiência se torna mais em um sofrimento que um disfrute.

Outra consequência direta deste cenário é o controle excessivo (hipercontrole) das atividades econômicas nas praias que, especialmente na grande maioria dos países da América Latina, apresentam um alto nível de informalidade. Portanto, os agentes do Estado são levados a extremar as medidas para controlar o uso econômico das praias, gerando por sua vez restrições no seu uso como espaços públicos. Unido a isto, dois fenômenos quase simultâneos também surgiriam: Um aumento do desemprego e dos seus subsequentes

conflitos socioeconômicos, e uma concentração do turismo de sol e praia em entornos privados, principalmente hotéis tipo *resort* e condomínios residenciais. É evidente que a segregação seria aprofundada, transformando a condição das praias como bens de uso público em um desafio para as autoridades locais.

Finalmente, e como uma terceira consequência direta, uma redução drástica do turismo nas localidades que dependem do produto de sol e praia seria esperada, com maior influência nos visitantes internacionais. Dessa redução, dois efeitos se desprendem e se complementam entre si: uma maior precarização da economia das praias, que já é efetivamente preocupante em quase toda a região latino-americana e parte do Mediterrâneo; unida à explosão de conflitos pela competição excessiva que seria gerada ao contar com menos turistas, porém com os mesmos ou inclusive mais prestadores de serviços turísticos.

Em suma, o cenário pessimista apresenta um turismo de sol e praia fortemente reduzido na sua capacidade econômica, no qual o número

de turistas é muito menor, ficando estes concentrados nos destinos que considerarão “seguros”, a privatização das praias é incrementada, e cria-se um alto controle do Estado em todas as atividades. Ao mesmo tempo, um conflito social se configura por motivos econômicos, o que implicará um enorme desafio para os governos locais e nacionais, os quais terão que assegurar a sobrevivência de milhões de pessoas que atualmente dependem da atividade turística nas praias.

Cenário neutro (tendência)

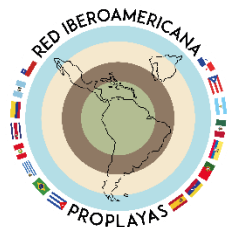
Este segundo cenário parte da premissa de que será possível regressar a uma “normalidade” como àquela prévia ao início da pandemia; digamos, à forma como o turismo de sol e praia era em dezembro de 2019. É possível dizer que este é o cenário mais conservador e, por consequência, o preferido por todos aqueles que dependem o seu sustento e/ou acumulação da atividade turística que tem as praias como principal atração. Portanto, este cenário se configura como um “nada aconteceu”, permitindo dar continuidade à tendência

ocorrente nas últimas décadas de evolução do turismo de sol e praia.

Dentro deste retorno ao imaginário convencional da atividade turística nas praias, seria pouco provável que mudanças nas práticas sociais vistas até 2019 fossem geradas; as famílias, os jovens e os adultos mais velhos, os esportistas e os turistas, todos voltariam às praias para usá-las como o têm feito por décadas. Consequentemente, o segmento do turismo nacional seria recuperado a curto prazo, enquanto o turismo internacional demoraria um pouco mais, de acordo com o ritmo em que as comunicações internacionais e, em geral, a economia forem retornando aos níveis anteriores à pandemia.

Este cenário tem, por sua vez, diversos lados contrapostos. Primeiro, levaria à recuperação de fontes de trabalho, que é um aspecto positivo considerando a perspectiva econômica, e à volta ao modelo massivo de ocupação das praias, onde o lucro bruto prevalece sobre o líquido. Aqui, também, o Estado continuaria sendo o principal responsável pela gestão das praias e, em muitos casos, o único. Isto levaria





O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

também à manutenção dos níveis de informalidade nos prestadores de serviços turísticos, pois os modelos atuais de gestão do turismo nas praias têm demonstrado ser amplamente insuficientes. Igualmente, tem-se em conta que a massificação do turismo implica que o benefício econômico gerado pela procura por quantidade tenha afetado significativamente a qualidade, principalmente ambiental. Assim, se após a pandemia há um retorno ao ponto anterior do turismo de sol e praia, pode-se prever um aprofundamento dos processos de aculturação das comunidades locais, acompanhado por uma maior degradação dos ecossistemas costeiros. Por fim, este cenário apresenta, como uma tendência irreversível, a acumulação dos produtos do usufruto da praia em poucas mãos, delegando ao Estado a responsabilidade de enfrentar a perda do patrimônio natural e cultural costeiro, enquanto apresenta ajudas públicas para resgatar as grandes operadoras turísticas em detrimento dos pequenos empreendedores locais.

Em resumo, este cenário de tendência simplesmente recria o que já vinha acontecendo na imensa maioria das praias da Ibero-América, e talvez do mundo. O aproveitamento de um espaço público que, por sua vez, é um sistema socio-natural sob as lógicas do mercado e da livre competição. Isto não significa que seja um cenário negativo, dado que é esse o modelo que tem gerado os instrumentos arquitetados para evitar um colapso socio-natural das praias, mesmo que ainda muitos os vejam com ceticismo e como insuficientes. Para este cenário é que estão pensadas todas as soluções e alternativas que temos atualmente por parte da indústria, academia e setor público; portanto, seria o cenário menos traumático para aqueles que

estavam em uma zona de conforto antes da chegada da COVID-19.

Cenário otimista

O último cenário está baseado na confiança de que a sociedade humana já é suficientemente resiliente e madura para poder evoluir a partir da crise. Embora pode ser considerado um cenário utópico, na realidade, conta com uma grande quantidade de ferramentas e conhecimentos necessários para rapidamente torná-lo realidade, assim que finalizada a pandemia. Este cenário, em contraste com o neutro, implica um novo paradigma no turismo das praias, no qual a confiança para visitá-las é recuperada, mas de uma maneira mais sustentável e responsável.

Como consequência disto, a alteração mais relevante neste cenário otimista se refere à implementação generalizada de um novo conceito de turismo, no qual a praia deixa de ser um “simples” espaço de socialização para ser transformada em um lugar de encontro com a natureza, a cultura e, claro está, com as pessoas. Este novo conceito obrigará a diferenciar os produtos turísticos de acordo ao tipo de praia a ser visitada, assim como o tipo de experiência a realizar. No final de 2019, antes do início da pandemia, já existiam ofertas turísticas que perpassavam o paradigma do “bronzeado, banho e cerveja” para incluir outras experiências centradas em conhecer os produtos locais, observar as aves praieiras ou realizar passeios a pé ou de canoa. Isto não implica que alguns modelos como os hotéis “tudo incluído” desapareçam, mas que seus hóspedes estarão mais seletivos no que se refere à necessidade de incorporação do ambiente praias no produto recebido. Em outras palavras, será um turismo de maior valor agregado, entendendo este não somente como

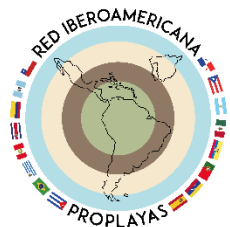


um conceito de rentabilidade econômica, bem como de conservação e valorização do patrimônio natural e cultural costeiro.

Da mesma maneira, este novo conceito de turismo de praia deverá ser configurado como uma economia neuronal, na qual a dinâmica está apoiada por uma sinergia de contatos específicos. Portanto, os pequenos empreendedores locais atuam em conjunto, embora de forma independente, sendo responsáveis por administrar uma rede de serviços turísticos maleáveis a cada necessidade pontual do mercado. Isto leva à necessidade de realizar diversas alianças entre empreendedores locais de todo o mundo, fazendo da globalização uma oportunidade para conectar mercados na escala planetária, possivelmente a partir dos níveis locais e sem intermediários que influenciem de forma negativa a interação um a um (P2P em inglês).

Unido ao surgimento do novo turismo de praias, um cenário otimista deve partir de uma maior percepção social com vistas à proteção dos valores naturais e, inclusive, culturais das praias. Esta percepção pró-ambiental se sustentaria pela dinâmica de conscientização que já vinha ocorrendo antes da pandemia, mas que se reforça com a mensagem cada vez mais frequente relacionada ao salto do SARS-CoV2 dos morcegos aos humanos, explicado pelo deterioramento ambiental avançado.

Como resultado, haveria uma evolução do atual modelo de *mais turistas*, no qual a quantidade é a meta máxima, a um modelo de *melhores turistas*, no qual o comportamento responsável é o objetivo a ser alcançado. Neste cenário, os destinos são qualificados pela sua responsabilidade ambiental e social, assim como os turistas são medidos pelos seus impactos positivos e negativos, não simplesmente pelo seu número. É uma



mudança de atitude que levaria a uma mudança na atividade turística em sua totalidade. Por último, neste cenário otimista, a governança das praias é fortalecida, especialmente das turísticas e urbanas, de forma que a tomada de decisões é feita de maneira corresponsável. Para tanto, será necessário que a gestão das praias seja mais inclusiva, delegando a cada setor exclusivamente a sua função missionária: o setor público como autoridade, o setor privado como gestor econômico, a academia como assessora e a sociedade civil como dona e principal beneficiada do uso turístico e recreativo das praias. Isto implicará em novas formas de tomada de decisões, mais baseadas no consenso que na hegemonia das majorias, e nas quais o compromisso de cada interventor seja com a autorregulação e a colaboração. Neste cenário, a experiência de ir à praia passa do lugar superficial que tem atualmente (por exemplo, por *selfies*) a um estado de comunhão com a natureza e a cultura, na qual a governança é invisível e, por sua vez, onipresente.

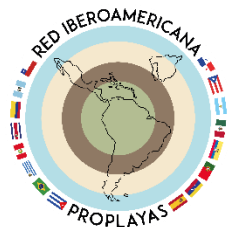
Resumidamente, o cenário otimista apresenta um novo futuro nas praias, que parte das aprendizagens do passado e aproveita a pandemia para refletir e evoluir. Um cenário para o qual já se dispõe da maioria das ferramentas técnicas e conceituais, faltando somente a vontade da economia para, em um ato de humildade, fazer uma introspecção que lhe permita avançar a longo prazo. Também será necessária a vontade institucional para retirar alguns dos conceitos destacados nos últimos séculos pela luta de classes e que são pouco favoráveis à sociedade como um todo, e reconhecer que o século da colaboração chegou. Talvez dos três cenários, este seja o mais difícil de imaginar, mas ao mesmo tempo o mais desejado de se alcançar. Isto deveria ser

transformado em uma motivação suficiente para fazê-lo realidade.

Recomendações de ação para o turismo de praias no contexto da COVID-19

O início da crise mundial gerada pela COVID-19 pode ser remetido ao dia 11 de março, quando a OMS declara como pandemia a rápida expansão do novo coronavírus. Entretanto, não há clareza a respeito do momento exato ou a partir de quais condições será possível dizer que a epidemia foi superada, especialmente nos níveis nacionais, regionais e locais. A OMS pode definir o fim da pandemia, assim como definiu o seu início, mas isto não significa que, em todos os lugares do planeta, os efeitos epidemiológicos, econômicos e sociais do vírus estarão acabados. Por consequência, e tendo em conta que alguns destes efeitos podem demorar anos para ser superados, faz-se necessário agir em função de uma recuperação diferenciada, de maneira que as atividades econômicas e, com um especial interesse neste documento, o turismo nas praias, possam ser mantidas ativas, felizmente evoluindo a modelos mais sustentáveis que aqueles prévios à pandemia.

Para tanto, uma série de recomendações aos gestores locais das praias e tomadores de decisão de nível nacional foi preparada, podendo tais recomendações ser implementadas no momento em que seja recebido este documento e até que se considere que a epidemia já não é um fator determinante de ação. Esta lista de recomendações tem a intenção de ser suficientemente genérica para que seja aplicada a qualquer praia turística, mas ao mesmo



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

tempo, muito consciente das dinâmicas próprias do turismo de sol e praia na América Latina e Europa do Sul.

Sempre cabe destacar que estas recomendações são aplicáveis a cada praia de maneira diferente e, portanto, o gestor da praia deve refletir sobre cada uma delas e escolher as que sejam mais pertinentes para cada caso. Igualmente, será normal que estas recomendações se apliquem em momentos diferentes, sendo a sua duração de execução também particular. Não obstante, todas elas possuem um mesmo objetivo final, isto é, colaborar para que o turismo nas praias possa ser mantido em condições de salubridade e sustentabilidade durante três momentos: 1) Com as praias fechadas, 2) Com uma abertura parcial ou condicionada, 3) Com uma abertura total no novo cenário posterior à crise. Em outras palavras, as recomendações procuram fazer com que a crise não seja uma catástrofe e que, por sua vez, seja uma oportunidade para evoluir a um turismo de praia mais robusto a médio e longo prazo.

Para o primeiro momento, considera-se como oportuno utilizar o atual período de fechamento das praias turísticas para fortalecer as bases de gestão integrada. Embora cada país e localidade tenha tido uma dinâmica diferente de uso turístico desses ecossistemas costeiros, neste momento, praticamente todas estão livres de visitantes, gerando uma situação absolutamente atípica, que não deve ser desaproveitada. Portanto, a partir da expertise desenvolvida pela Rede PROPLAYAS nos seus mais de 13 anos de existência, consideramos ser pertinente que os gestores de praias implementem várias ações administrativas, que se centram em utilizar proativamente os

recursos dispostos durante os isolamentos preventivos que cada país decretou.

O slogan é aproveitar o fechamento das praias para se fortalecer, não para se enfraquecer.

O segundo momento é o mais importante, pois chegará de maneira muito diferente em cada país e, inclusive, em cada região. Ainda que a data exata em que superaremos a pandemia não esteja nada clara, um bom indicador será a mescla de uma diminuição significativa dos casos positivos de contaminação com uma diminuição da percepção social sobre este consistir um momento de crise. Quando isto ocorrer, os governos poderão começar a reabrir as praias, porém sob medidas estritas de acompanhamento e controle. Este será um momento-chave para tomar decisões concordadas, o que reitera a importância de utilizar de forma proativa o atual fechamento das praias, para fazer o planejamento das ações de retorno parcial. Igualmente, será um momento crucial para que as autoridades públicas fortaleçam a governança com a sociedade civil e os prestadores de serviços turísticos, pois a institucionalidade estatal não será suficiente para conter um transbordamento das praias (vide o exemplo dos Estados Unidos, onde as praias se saturaram assim que foram reabertas no último fim de semana de abril).

Por fim, o desejado terceiro momento, trará uma “nova normalidade”, ainda que seja muito incerto quando isto ocorrerá. Uma vez ocorra, é esperável uma evolução do turismo a um paradigma que reúna várias condições de aprendizagem coletiva, centradas em um turismo mais resiliente, com maior governança, maior sustentabilidade e maior colaboração. Um turismo no qual exista uma alta confiança dos visitantes nos prestadores de serviços e as



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

Página | 25

autoridades públicas, os quais tomarão as decisões apoiados também pelo conhecimento técnico. Em suma, um turismo de praia mais consciente dos limites de carga e crescimento, que tem sido a grande falha descoberta no turismo massivo e nas economias de escala. A intenção da Rede PROPLAYAS é que as recomendações apresentadas a continuação, somadas às contribuições de dezenas de especialistas que transcorrem na segunda parte deste documento, sirvam para alcançar essa meta transcendental de evoluir, transformando a crise em uma oportunidade.

1. Resistir proativamente à crise econômica gerada pelo fechamento das praias

A necessidade mais urgente do setor turístico é *sobreviver* à situação atual. Poucos setores como o turismo tiveram que ser interrompidos de maneira tão radical. Neste momento, os empresários do turismo não têm nenhum ingresso econômico, mas os seus compromissos de trabalho e financeiros continuam vigentes. Particularmente para as praias, os prestadores de serviços independentes ou autônomos devem ser priorizados, assim como os pequenos empresários de balneários e clubes de praia. Mas, isto leva a um alto nível de complexidade, dada a altíssima informalidade econômica nas praias da América Latina e a precariedade de trabalho na Europa do Sul. Os gestores públicos de praias deverão centrar os seus esforços naqueles prestadores registrados e autorizados antes da pandemia, estabelecendo um plano de apoio baseado em subsídios mensais, que devem ser periodicamente renovados de acordo com os compromissos de melhora na sua atividade econômica. Em outras palavras, cada prestador de serviços deveria estabelecer com o gestor público (por exemplo, secretário de turismo) um plano de melhora, com metas mensais quantificáveis e precisas (por exemplo,

formalização da sua atividade, capacitação *online*, renovação de equipamentos). Embora este esquema não será fácil de ser implementado no início, o conhecimento que o gestor tenha dos prestadores de serviços da sua jurisdição lhe permitirá esboçar os acordos a ser realizados com cada um deles. O indicador de sucesso estará ligado à sobrevivência dos menores e mais fracos prestadores de serviços turísticos.

2. Fortalecer a qualidade e a sustentabilidade turística

Na atual conjuntura de inatividade, o tempo “livre” que têm os prestadores de serviços poderia ser empregado em fortalecê-los, com vistas ao retorno às praias, que tenderão a receber um público mais exigente. Exceto no cenário de tendência mencionado na seção anterior, a qualidade e a sustentabilidade da atividade turística será o fator diferenciador, pelo qual cada gestor local de praias deve começar por avaliar os pontos fracos da sua jurisdição. A partir disto, preparar um plano de fortalecimento com ações precisas e destinatários, de maneira que os esforços possam ser direcionados com precisão. Por exemplo, se um ponto crítico é a saturação de prestadores de um mesmo serviço (ex. bebidas, *jet-skis*, etc.), um plano de diversificação dos serviços na praia deveria ser estabelecido e a formação de alguns dos atuais prestadores de serviços deveria ser promovida mesmo que com uma baixa oferta, exigindo aos demais a melhora ostensiva da qualidade e da sustentabilidade dos seus serviços. Em outras palavras, seria contraproducente que depois dos longos meses de inatividade, o retorno às praias ocorra com as mesmas deficiências que existiam no início da crise.



3. Fortalecer as relações cooperativas entre as pequenas e médias empresas

Assumindo que a diminuição dos ingressos econômicos nas pequenas e médias empresas – como podem ser um quiosque, uma loja para o aluguel de pranchas de surfe ou um restaurante, etc. – ocorre em uma dimensão ainda mais impactante se comparadas com as grandes empresas, para o momento imediato de retorno às atividades nas praias, sugere-se a criação de redes de cooperação entre as pequenas e médias empresas que se localizem em um mesmo município ou municípios vizinhos. A intenção desta cooperação é o incremento do poder de negociação de “matérias-primas” para o desenvolvimento das suas atividades e de publicidade dos seus produtos. Por exemplo, a cooperação entre bares costeiros pode fazer com que estes, ao ser maior em número, possam comprar bebidas alcoólicas em maior quantidade e, por consequência, menor preço. Se essa cooperação é vista como benéfica, poderá também ser mantida no pós-pandemia.

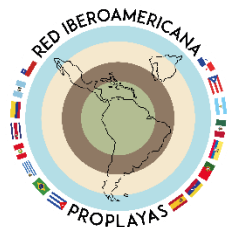
4. Criar associações de grupos de trabalhadores informais (quando seja possível)

Dado que a informalidade de trabalho corresponde a uma importante parcela dos trabalhadores dos países latino-americanos e que, embora em menor proporção, é igualmente observada nos países da Europa do Sul aos quais esta publicação também se destina (relacionada especialmente aos imigrantes e às mulheres), recomenda-se a criação de associações dos diferentes grupos de informais existentes para que também possam aumentar o seu poder de negociação. A diminuição imediata do consumo de produtos e serviços trazida pela chegada da pandemia destacou o

alto nível de vulnerabilidade social desses trabalhadores, sendo o seu sustento diário diretamente relacionado com a possibilidade de que possam sair a trabalhar a cada dia. Para citar um exemplo dos benefícios de uma associação, nesse primeiro momento imediato, um grupo de vendedores ambulantes de comida nas praias não somente poderia diminuir os custos da matéria-prima adquirida e de produtos de higiene (para quando possam voltar a desenvolver a sua atividade), mas também diversificar a oferta dos seus produtos ao estabelecer, conjuntamente, uma dinâmica de “entrega” desses produtos nas casas das pessoas.

5. Fortalecer os órgãos coletivos de gestão de praias

Enquanto a situação de crise não for superada totalmente, será fundamental a tomada de decisões conjunta entre as autoridades responsáveis pelas praias (marítimas, ambientais, turísticas, de segurança), os agentes econômicos que delas dependem (restaurantes, guarda-sóis e cadeiras, esportes náuticos, etc.) e a sociedade civil que as visita e disfruta. Embora ainda sejam poucos os países da Ibero-América onde existem órgãos coletivos de gestão de praias, como os comitês de praias limpas no México ou os comitês locais de organização de praias na Colômbia, a crise da COVID-19 requer convocar estes órgãos coletivos e construir de forma participativa o futuro de cada praia turística. O confinamento e as restrições que trouxe esta pandemia são uma oportunidade excelente para convocar, a quem tenha relação direta com a praia e possa, a planejar um novo futuro juntos, para além da ainda insuficiente institucionalidade pública. O investimento de tempo e recursos em reuniões prospectivas, as quais comecem pela consideração de cada uma das três visões



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

(institucional pública, econômica privada e social cidadã), será o que gerará as diferenças uma vez superada a crise. Aquelas praias onde a gestão coletiva tenha sido fortalecida, possivelmente, serão as praias mais atrativas para os melhores turistas, isto é, para esses visitantes dispostos a pagar por um bom serviço, um quadro ambiental satisfatório e uma experiência autêntica; pelo contrário, as praias onde o exercício de fortalecimento da sua governança não tenha sido realizado ficarão mais propensas a receber visitantes que nelas deixam gastos marginais e enormes custos de limpeza e segurança. Evidentemente, caso seja alcançada, esta dinâmica de governança transcenderá a crise e será uma fortaleza importante para manter as conquistas no longo prazo.

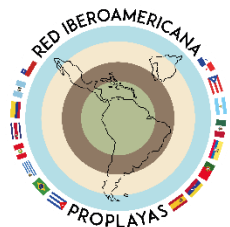
6. Avaliar a percepção dos visitantes locais e forâneos como estratégia de planejamento

Perguntar aos clientes sobre o serviço recebido ou a qualidade dos produtos adquiridos é uma prática comum há décadas. Contudo, *como conhecer a percepção do cliente se este não está chegando às praias devido ao isolamento preventivo?* Precisamente esta atividade de avaliação é uma das mais importantes neste momento de crise, pois aqueles que visitavam com frequência uma praia em particular, ou aqueles que tinham planejado visitá-la, estão refletindo profundamente sobre o que gostavam, e o que não, dessa praia. Enquanto estamos superando a crise, e os visitantes comecem a retornar novamente às praias, vê-se uma excelente oportunidade para realizar questionários virtuais sobre a percepção que os visitantes têm das praias de um município ou incluso de uma praia em particular. Na atualidade, existem dezenas de ferramentas para realizar essas sondagens, assim como

portais que podem servir de canal de divulgação dos questionários. O assunto-chave estará na construção das perguntas que querem ser feitas aos respondentes, pois somente haverá uma oportunidade de resposta por usuário. O questionário a ser realizado deverá equilibrar assuntos positivos e negativos (a melhorar) na praia, assim como cobrir todas as dimensões da experiência turística e recreativa (sustentabilidade ambiental, qualidade turística, justiça social, segurança, etc). Muito provavelmente, os resultados que forem obtidos de uma sondagem deste tipo durante a crise será dezenas de vezes mais representativos que em qualquer outro momento, pois uma boa parte do planeta se encontra em um processo de reflexão, sendo uma boa oportunidade para aproveitar que essas reflexão inclua a experiência nas praias.

7. Identificar os aliados para a reabertura da praia

Neste momento de trabalho virtual, as pessoas responsáveis pelas praias deveriam conformar um diretório de especialistas na maior quantidade de aspectos, assim como de instituições públicas e privadas que possam ser aliadas em um futuro próximo. Este diretório deveria ser o primeiro lugar onde os gestores das praias poderiam buscar assessoria, não somente quando se retome a atividade turística, mas a partir do momento atual. Trata-se de, nessa fase ainda de restrições de mobilidade e convivência, iniciar o processo de reinvenção do turismo em cada praia, o quanto antes seja possível, começando por localizar aqueles que possuem conhecimento em cada área técnica de gestão de praias (ambiental, serviços, segurança, informação, manejo). Efetivamente, pela Rede PROPLAYAS, estamos trabalhando para abrir vários canais por intermédio dos quais os gestores locais de



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

praias possam contatar com especialistas em cada área, sendo o presente documento precisamente o primeiro deles. A gestão de praias turísticas é uma área profissional que conta com mais de cinquenta anos de experiência e evolução, portanto seria contraproducente continuar tomando decisões somente guiadas pela intuição, quando já existem técnicas para realizar muitas das ações.

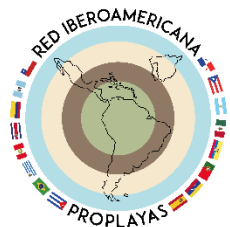
8. Estabelecer / atualizar o inventário de praias turísticas

Em muitos municípios e localidades da América Latina e Europa já existem inventários detalhados das praias, mas é pertinente insistir na importância de ter dados atualizados de cada localidade. Informações como o tipo e a origem dos visitantes, os tipos e a quantidade das atividades comerciais presentes nas praias, o tipo de manejo e as autoridades responsáveis por cada aspecto, entre outros, são dados simples, mas muito valiosos. Portanto, a situação de inatividade na gestão pública deveria ser aproveitada para que a autoridade encarregada da administração das praias realize um inventário tão extenso como seja possível das praias sob a sua jurisdição, incluindo dados físicos, tipologia de uso, acessos, equipamentos e mobiliário urbano, entre muitos outros. Todos esses dados são relativamente fáceis de obter ou de estimar; o mais importante é que cada coordenador municipal de praias preencha um documento que seja fácil e prático de utilizar. Não se trata de realizar um estudo com uma infinidade de dados, mas que seja um documento que permita ter uma visão geral e rápida de cada praia. Seria ideal que este inventário se tornasse em uma ficha de trabalho de duas folhas por praia no máximo, com três seções: a) uma descrição geral da praia com um máximo de 100 palavras, b) um resumo dos dados mencionados anteriormente, c) um

conjunto de fotografias atuais que permitam ver rapidamente como é, em geral, esta praia.

9. Registrar as mudanças ambientais

Um registro da situação atual deveria ser assegurada, por intermédio de fotos, dados de campo e outros meios, referente aos acontecimentos que estão sendo vistos e que têm sido identificados como melhorias nas condições visuais e fenológicas das praias turísticas. Este registro só pode ser realizado agora que as praias estão vazias, e será de enorme utilidade no futuro como linha de base para avaliar a efetividade das ações de gestão, principalmente ambiental. Igualmente, na medida do possível, deveriam ser implementadas ações de monitoramento de variáveis morfo-dinâmicas, físico-químicas, ecológicas/biológicas, de qualidade ambiental, entre outras, que permitam detalhar os efeitos reais sobre os aspectos estruturais e funcionais *invisíveis* das praias turísticas. Seria recomendável aproveitar a atual situação de não-uso das praias para identificar e caracterizar os fatores de naturalidade e, em contraposição, os fatores de modificação antropogênica de cada praia. Isto permitirá demonstrar se esses fatores têm sido favoráveis ou negativos para o retorno e o fortalecimento dos mecanismos da autoregulação e resiliência que ainda se conservam nas praias turísticas. O resultado deste exercício permitirá que, no momento de serem restabelecidos e aperfeiçoados os programas de gestão socio-ecossistêmica, os fatores naturais mais relevantes possam ser tidos em conta, sem que isto tenha que entrar em contradição absoluta com as necessidades do uso turístico-recreativo das praias. Será, portanto, muito importante concebê-los com uma racionalidade e visão de adaptação e sustentabilidade. Esta recomendação deveria ser reforçada com uma



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

ampla realização e a divulgação de estudos e estimativas dos serviços ecossistêmicos, especialmente aqueles de suporte e regulação, de modo a demonstrar a relevância de contar com as fontes e a administração adequadas de financiamento em função da gestão integrada dessas praias, não vistas somente como serviços de lazer e de abastecimento.

10. Garantir a salubridade, gerando confiança

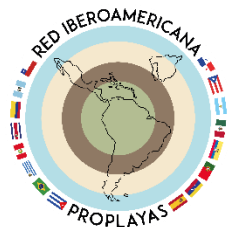
O turismo é uma atividade econômica baseada na experiência e na forma como as pessoas se sentem em um lugar diferente do cotidiano. Todavia, com a atual situação de pandemia, o medo ao contágio redefiniu as prioridades dos turistas. Partindo da suposição de um retorno gradual às praias, primeiramente, será importante ganhar a confiança dos visitantes em relação à salubridade, mas sem destruir a experiência. Um exemplo muito comentado durante este mês de abril foi a proposta de “separações de acrílico” nas praias, para evitar que um grupo de visitantes possa “contaminar” ao outro. Embora a proposta possa, inicialmente, parecer atrativa, está claro que a sua aplicação não é viável ambiental e funcionalmente. Portanto, é necessário reinventar a maneira como as praias são promovidas, na qual as precauções sanitárias básicas devem ser tomadas (limpeza profunda de superfícies, uso de máscaras pelo pessoal de serviço, distâncias de segurança, etc.), ao mesmo tempo em que uma experiência suficientemente confortável na praia é garantida. Impeli-las desta maneira implica focar nas redes sociais, transmitindo uma mensagem de transparência da informação, preocupada em ressaltar os valores humanos antes dos econômicos. Ao menos durante os primeiros meses de uso parcial das praias, a mensagem de economia, desconto ou oferta

será totalmente contraproducente, pois aqueles visitantes que “se arrisquem” a visitar as praias, a última coisa que quererão serão uns reais ou euros em troca de uma contaminação.

11. Reduzir a densidade dos usuários da praia em função da setorização e do zoneamento

Enquanto a epidemia esteja na mente dos visitantes das praias, o distanciamento social será o ponto mais relevante. Embora alguns países propuseram alternativas físicas para o distanciamento social, a experiência na praia requer a sensação de liberdade e ar livre. Portanto, o retorno às praias enquanto a epidemia não seja totalmente superada deveria estar centrado na maior distribuição possível dos visitantes na área da praia. Inicialmente, pode-se setorizar a praia por tipos de visitantes, de uma maneira em que os coletivos mais vulneráveis como famílias ou idosos tenham espaços diferentes a outros coletivos com menor percepção de risco, como esportistas (surfe, vôlei de praia, canoagem) e grupos de jovens. Somado a isto, o zoneamento de cada franja da praia deveria ser reforçado, a fim de que se priorize a distância entre os grupos de pessoas, seja com guarda-sóis, tendas ou simplesmente nas toalhas. Uma densidade de usuários recomendada deveria ser sempre superior a 10m² até que a epidemia seja totalmente superada; isto é, se uma praia tem 12000 m², esta deveria ser dividida para que, ao mesmo tempo, até 1200 pessoas possam estar distribuídas com uma distância suficiente. Para ambas as ferramentas de gestão, a setorização e o zoneamento, já existem modelos e técnicas que podem ser facilmente aplicados.

Página | 29



12. Planejar o retorno às praias com um caso-piloto

Seria estratégico selecionar uma ou duas localidades com praias ou zonas turísticas que podem ser suscetíveis de aplicar a estratégia de praias “4S” (Saudáveis, Seguras, Sustentáveis e Sedutoras), e outras que possam ajudar a transmitir aos visitantes a percepção que as primeiras devem ser visitadas. Neste ponto, o mais essencial é dedicar um certo tempo para pensar qual e quais podem ser as praias mais interessantes para aplicar um caso-piloto assim que o uso turístico das praias seja retomado, por exemplo, com um projeto que enfoque nos 4S. O critério de seleção principal deverá ser baseado em que sejam praias onde as suas características sejam de maior conhecimento, de um forma na qual este conhecimento possa ser aplicado para melhorar a atratividade e, com isto, sejam capazes de contribuir com a rápida recuperação econômica da localidade. Outro critério é que as praias sejam acessíveis ou próximas aos grupos de especialistas e outros atores-chave, se possível, próximas aos seus locais de trabalho para que, por exemplo, possa ser factível receber um suporte técnico com frequência. Esta ação é rápida de ser realizada e somente requer uma lista com as praias que cada gestor de praias conhece previamente.

13. Diversificar a oferta relacionada às praias

O turismo massivo de sol e praia é muito dependente do conceito generalizado no qual “beber uma caipirinha com os pés na areia enquanto nos bronzeamos” é a máxima da experiência turística no litoral. Contudo, o conceito mencionado cria determinadas exigências de serviços nas praias que nem sempre são concordantes com a conservação das paisagens e dos ecossistemas em geral, e que são inerentes à afluência massiva nas praias, a qual deve ser evitada ao menos nesses

primeiros momentos de retorno à mobilidade e ao uso dos espaços públicos. A diversificação do turismo baseada em outros tipos de experiências no litoral, capazes de distribuir a outros ambientes, de melhor maneira, a afluência e os ingressos econômicos dependentes das praias é uma alternativa plausível e capaz de manter a chegada dos turistas, não somente para os momentos iniciais de distanciamento, mas também como objetivo para uma maior resiliência dos socioecossistemas, incluindo aqui as atividades econômicas relacionadas. Como outros ambientes ou experiências, podemos mencionar a promoção de uma oferta cultural (gastronomia, patrimonial, etc.) ou passeios ao ar livre (trilhas por outros ecossistemas ou parques).

14. Promover um turismo de proximidade (geográfica e emocional)

Assim que possamos voltar a nos movermos e a compartilhar os espaços públicos, algumas opiniões dos turistas potenciais destacam que muito provavelmente procuraremos localidades antes já conhecidas e mais próximas geograficamente (e emocionalmente). Dessa forma, a promoção turística deveria ser enfocada em tal proximidade e relação emocional, inclusive valorizando produtos locais a partir da perspectiva de um senso de pertencimento. Essa atividade não somente poderá apoiar a resiliência turística nos momentos imediatos de diminuição da curva de contagiados pelo novo coronavírus e reabertura dos destinos, mas também poderá ser uma alternativa para a diminuição da quantidade de viagens longas, muitas internacionais, as quais têm incrementado alguns problemas socioambientais de escala mundial (por exemplo, as emissões de carbono dos grandes



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

aviões na atmosfera, as quais contribuem para a emergência climática).

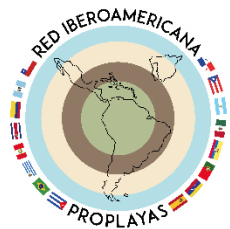
15. Implementar o “slow tourism” também no contexto das praias e entorno

Face a uma cultura de consumo, agora congelada pela pandemia, na qual os espaços turísticos também são consumidos um atrás do outro como chocolates de uma caixa – um exemplo emblemático é o “consumo” das cidades costeiras pelos viajantes de cruzeiros que chegam a estas, nelas ficam por algumas horas, e imediatamente continuam a viagem – sugere-se a promoção de um “turismo de ir devagar”. Neste, os períodos de estadia na localidade são aumentados para possibilitar o (re)conhecimento dos seus atrativos com mais tranquilidade, permitindo observar inclusive detalhes e/ou variações que não seriam possíveis com uma visita rápida; alojamentos menos massivos e mais parecidos ao conceito de “casa”; maior interação dos turistas com os residentes tendo como objetivo de capturar as nuances “cotidianas” da localidade escolhida; ressaltar as premissas de respeito e empatia pelo entorno que lhes acolhe. Esta alternativa surgiu antes da pandemia ter se tornado realidade, porém apresenta um potencial de ser empregada e reiterada no pós-pandemia devido a que pode ser associada com o turismo da proximidade mencionado anteriormente, e também com a desaceleração dos tempos de consumo na qual nos encontramos, o que inclusive aumenta a possibilidade de agregação de valor do produto.

16. Potencializar a colaboração como novo DNA do turismo

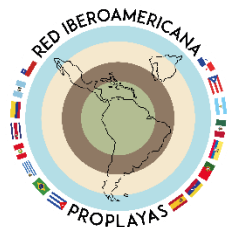
A última recomendação surge da confiança em uma evolução positiva do turismo de praia, na

qual a competitividade e o individualismo são ultrapassados, em direção a um novo estágio de colaboração. As reflexões que deixaram esta crise, que é especialmente sanitária, transcenderam primeiro a economia, depois a relação homem-natureza, e finalmente as concepções espirituais que cada um de nós temos. O detonador desta série de reflexões foi o isolamento que quase todos os governos decretaram no Hemisfério Ocidental, somado ao fechamento indefinido de fronteiras. Aqui é muito importante enfatizar que não partimos de um cenário de isolamento indefinido, mas que ainda com o isolamento temporal atual e suas recorrentes ampliações, o desejo de trabalhar solidariamente se vê fortalecido. Seria um erro não aproveitar esta sensação coletiva para evoluir a formas de trabalho apoiadas na colaboração, nas quais os destinos de praia se mantenham em contato e trabalhem juntos. Todos que estamos relacionados com o turismo nas praias deveríamos começar a criar novas formas de visitar as praias, pelas quais ganharíamos todos, não somente os mais fortes. Essa é a oportunidade para que os prestadores locais de serviços turísticos pensem globalmente e estabeleçam sinergias com outros prestadores que os complementem, seja na sua localidade ou em qualquer outro lugar do planeta. É a oportunidade para que os gestores das praias troquem experiências com seus pares em todo o continente, criando redes de colaboração entre os encarregados e outros interessados. As condições tecnológicas já existem, o passo seguinte será usá-las para moldar um turismo no qual colaborar seja a norma, não a exceção.



PARTE II

O CRITÉRIO DOS ESPECIALISTAS NO CONTEXTO DA CRISE DA COVID-19 E O TURISMO DE SOL E PRAIA NA IBERO-AMÉRICA



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

1. Roberto Cañamero Gálvez: El virus corona y el turismo de playas¹

ÁREA DE EXPERTICIA: Marketing y gerencia de áreas naturales costeras, manejo de residuos sólidos en playas y zonas desérticas

NODO PROPLAYAS: A13 – PERU

Aislados en sus hogares los ciudadanos, en la mayoría de los países del orbe, con más de 3.020.110 de infectados y encima de 209.790 fallecidos el virus corona, constituyó una sófera cachetada al estilo de vida superficial, egoísta e individualista que caracteriza al mundo actual. A aquella “civilización del espectáculo” de que habla Mario Vargas Llosa, en su más reciente ensayo, sobre la expresión más conspicua de la cultura contemporánea. Un panorama apocalíptico con un mundo paralizado, cerradas las fronteras y aeropuertos, los humanos nos enfrentamos repentinamente a una desglobalización, cuya principal consecuencia es la venidera recesión global de la economía. El comercio global impactado con el receso, presenta un panorama sombrío para el turismo, sobre todo, que es una de las principales características de la globalización. Actualmente los viajes rápidos, son una moda y el turismo de playas su más importante expresión.

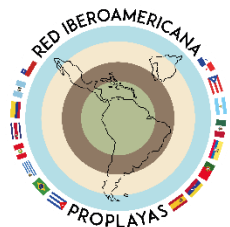
Las perdidas serán enormes. En el Perú, la Cámara Nacional de Turismo CANATUR, calculo el acumulado perdido a la fecha en cancelaciones de giras en más de 100 millones de dólares y en el mundo se espera una recesión económica post corona, que por su envergadura

podría ser como la del 2008-2009, prolongándose por un año. En el sector turismo se espera una caída del 30% respecto al 2019, con un desplome estratosférico de las ventas de hasta 450,000 millones de dólares alertó la Organización Mundial del Turismo (OMT). Se calcula el turismo de playas en un 40% de manera que se estaría hablando de una caída de más de 180,000 millones de dólares en ventas este 2020, afectando principalmente los destinos como costa del Pacífico centro, norte y el Caribe en Latinoamérica, justo cuando empezaba el flujo vacacional procedente del hemisferio norte. Un desastre.

Si bien en Sudamérica, que no es destino significativo turístico global de sol y mar, ya terminó la temporada playera, el nuevo coronavirus no llegó a afectarla mucho, salvo la semana santa, donde perjudicó el turismo de playas interno, el recurso más manido para la población de menores ingresos, su día de playa.

El mundo paralizado anuncia su desglobalización, por lo menos en lo referente a viajes de turismo y aunque no se puede aún predecir los cambios futuros en los consumidores que esta pandemia provocara en el globo, es de esperar que habrá una prolongada y notoria reducción en el rubro de viajes. En lo referente a playas Kim Prather química atmosférica del Instituto de Oceanografía Scripps de la Universidad de California, San Diego U.S.A., sostiene que el mar cerca de las grandes ciudades puede estar contaminado por aguas servidas, ríos y derivación por lluvias desde la costa. La científica desarrolló investigaciones sobre agentes patógenos en el mar y descubrió que las

¹ Publicada originalmente en el fan page de Facebook de la Organización Ecoplayas <https://es-es.facebook.com/Ecoplayas-630355336988318/>



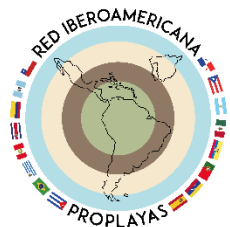
O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

grandes olas producen todo tipo de partículas con patógenos microscópicos que rocían en el aire. Ella cree que este nuevo coronavirus podría ser suficientemente ligero como para flotar en el aire y ser absorbido en el mar.

Pese a todo esto es una maravilla apreciar los cambios inmediatos que produce el aislamiento social por la emergencia sanitaria, en la limpieza de las playas, el mar, los cielos y el regreso de las aves marinas al que fue su hábitat en playas urbanas. Es como un mensaje de la naturaleza, para que enmendemos rumbos a tiempo, como si el noble mar nos dijera que, si puede regenerarse en pocos días, que diferente sería nuestra vida en un mundo sostenible, respetando la naturaleza, siendo solidario y pensando menos en nosotros y más en nuestros semejantes

** Graduado en Ciencias Sociales, Profesor Universidad Católica, Presidente de Ecoplayas, Miembro Comité de Gestión y Comité de Plan Maestro Reserva Nacional de Paracas, Comité de Gestión Reserva Península Illescas, Consejo Consultivo Carrera Ingeniería Ambiental, U. San Ignacio Loyola (Lima)*



2. Omar Cervantes, Ulsía Urrea Mariño, Anaid López-Urban: El COVID 19 escenario cero hacia una gestión participativa de playas y de gobernanza costera

ÁREA DE EXPERTICIA: Manejo y Gestión de playas y costas en México; Administración y legislación en zonas costeras en México; Políticas Públicas Ambientales.

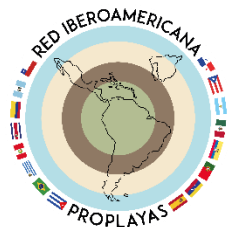
NODO PROPLAYAS: C24 - MÉXICO

Cierto es que nadie esperaba que la pandemia de COVID-19 tuviese la magnitud que tiene y que, según los pronósticos de la OMS, su final, siendo optimistas, será a finales de este año. Las medidas de aislamiento social que el Gobierno Mexicano ha instaurado a través de la Jornada Nacional de Sana Distancia, iniciada el 23 de marzo y que prevé termine el 30 de mayo de 2020, suspende temporalmente las actividades no esenciales que involucren la congregación y la movilidad de las personas. Las acciones de dicha Jornada han derivado que, entre otros, espacios públicos recreativos y turísticos como las playas sean cerradas y que sólo los habitantes locales de las poblaciones costeras puedan salir a hacer actividades esenciales, como es la pesca. Este panorama de aislamiento social ha repercutido en que la mayoría de los destinos de playa no reciban visitantes, destacando el periodo de vacaciones de Semana Santa, del 6 al 17 de abril, uno de los más importantes en el país. La ausencia de personas ha traído varias consecuencias.

Por una parte, los efectos económicos derivados del freno de actividades, los cuales se agudizan en áreas donde el turismo es uno de los motores de la economía local. En segundo

lugar, evidencia las diversas formas de organización social y de actuar informativo y preventivo de las autoridades para que las personas, efectivamente no asistan a las playas y, en caso de hacerlo, tomar medidas coercitivas e incluso punitivas para que retornen a sus hogares. Finalmente, los esquemas de gestión de playas y una aparente recuperación de los sistemas naturales están irremediablemente relacionados, por lo cual una vez terminada la Jornada Nacional de Sana Distancia es imprescindible que las autoridades en los diversos órdenes de gobierno y que velan por el desarrollo económico y la gestión ambiental se planteen escenarios para retomar las actividades en las playas de manera ordenada, sustentable, sostenible y con miras a cambios de fondo que fomenten la resiliencia de estos sistemas socio-ecológicos costeros, aunado a la revisión de variables de control y factores limitantes como la capacidad de carga del sistema playa – duna como herramienta esencial para el otorgamiento de concesiones y autorizaciones ambientales buscando respaldar el mantenimiento y coste de servicios ambientales provistos por este ecosistema.

En cuanto a las repercusiones económicas que buscan minimizar esos efectos en algunos de los destinos de sol y playa, la implementación de medidas preventivas fue diferenciada por diversas causas incluidas las políticas; aunado a la idea de la costa como lugar de refugio ante la pandemia, han resultado una de las mayores tasas de incidencia y contagio. Al respecto se pueden identificar dos cuestiones. Primero, los Centros Integralmente Planeados (CIP) de Los Cabos y Cancún han sido de los lugares más afectados, y no es sorpresa, ya que, desde su diseño, estos sitios tienen una vocación económica exclusiva para el turismo, por lo cual, la resiliencia económica es reducida ante



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

eventos extremos, huracanes y ahora la pandemia. Un posible aprendizaje de esta situación, y que no sería nuevo, es la diversificación de las actividades económicas en sitios aledaños a los CIP.

Segundo, por las características de la actividad turística de sol y playa, entiéndase transportación, alojamiento y recreación, es complicado frenarlas, en el caso de este fenómeno, e incentivar, en el caso del deterioro del destino, los flujos de visitantes, por lo cual, pasada la contingencia, la gestión de las playas debe tender a que se aseguren las medidas para un reinicio gradual de actividades y del número de visitantes; la cuestión es ¿es viable esta situación? ¿qué medidas son las que se deben de implementar para asegurar la salud de los usuarios de la playa?

En el caso de las formas de organización social, da luz a uno de los retos de la gestión: una participación social activa. Se han reportado retenes gubernamentales y de pobladores que impiden el paso a los poblados costeros y a las playas, así como sanciones a los que no acatan estas indicaciones. Los habitantes refieren que la gente debe resguardarse y que incluso quienes viven en localidades costeras se abstienen de salir a la playa de manera regular. Esto, invariablemente muestra como las personas han adoptado comportamientos que muestran el poder de la sensibilización informada de la sociedad y, por ende, sus actitudes; una oportunidad evolutiva hacia una gestión participativa de playas y un ejercicio de gobernanza costera.

En este contexto social, también se puede destacar la apropiación de un entorno ambiental, lo que en diversos escenarios ha permitido ser una herramienta fundamental para la gestión de playas.

Todo lo anterior nos lleva a preguntarnos ¿acaso las medidas de aislamiento provocarán que cuando la gente pueda retomar sus actividades cotidianas, contrario a lo sugerido aquí, se dé un fenómeno de ocupamiento compulsivo e intensivo de las playas?, ¿los usos y costumbres en las playas serán las mismas que antes de la pandemia y por ello, potenciando los efectos que se venían presentando?, ¿los esfuerzos gubernamentales para la gestión de las playas serán suficientes, bien por tener otras prioridades como es la reactivación económica a cualquier costo, incluso sobre la salud pública?, ¿se pondrá atención a un fomento de la gestión de playas?

Así, este momento se considera un escenario cero, planteándose la oportunidad para cambiar el paradigma de estos espacios, vistos como áreas recreativas de todos con un falso sentimiento de libertad y sin responsabilidades ante actos de uso y ocupación, y de una creencia de restauración infinita o mantenimiento por se o por terceros del espacio, reeditando la tragedia de los comunes, exhibiendo una gestión débil, deficiente y/o acotada a intereses; sino como un ecosistema vivo y funcional con pautas de ajuste y fomento de la resiliencia para todos los ámbitos de usos y actividades, junto con una innovación en el cumplimiento e implementación de la legislación vigente (*law enforced*), aunado a la sensibilización de todos los que tienen los pies en la arena, y adopción de buenas prácticas dando lugar a un proceso adaptativo y de transformación funcional de la gestión de las playas.

¹ Especialista en Manejo de Gestión de Playas y Costas. Oceanólogo y Doctor en Oceanografía Costera (México). Profesor universitario, Piloto



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

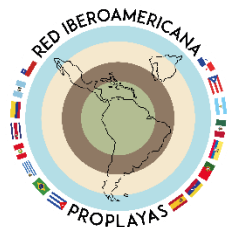
- Cenários & Recomendações -

profesional de drones, trabajo con impacto y calidad ambiental, y evaluación del paisaje costero y de playas. omar_cervantes@ucol.mx

² *Experta en temas de administración y legislación de zonas costeras en México. Maestra en Estudios Urbanos (México). Consultora y profesora universitaria en gestión integral de los residuos sólidos, análisis antropológicos de pescadores, legislación mexicana costera, desarrollo urbano, turismo y su relación con el cambio climático y, política y energía oceánica. ulsiau@yahoo.com.mx*

³ *Experta en gestión y manejo sostenible de ecosistemas costeros, certificación de playas, así como en la implementación y elaboración de políticas públicas ambientales y de costa (México).*

Página | 37



3. Alejandro M. Maeda-Martínez: Cuencas sanas-Playas sanas: Binomio clave para prevenir repercusiones colaterales de las pandemias

ÁREA DE EXPERTICIA: Manejo Integral Sustentable de Cuencas, Ecología y Sistemática de Crustacea.

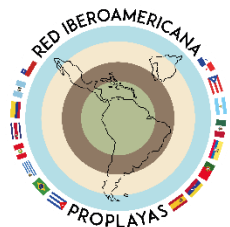
NODO PROPLAYAS: A30 - MÉXICO

La expansión a nivel global del nuevo coronavirus SARS-CoV-2, causante de un síndrome respiratorio agudo grave (COVID-19), representa una de las pandemias más devastadoras desde la influenza pandémica de 1918-1920. La rápida tasa de infección, la alta tasa de mortalidad, la falta de conocimiento y la poca preparación de los sistemas de salud para enfrentar al patógeno ha resultado en un choque social, médico y económico. Este escenario, llamado el “Gran Confinamiento” por las fuertes medidas de cuarentena sin precedentes, ha provocado pérdidas económicas que son estimadas en términos de cientos de miles de millones de dólares. Uno de los sectores socioeconómicos más afectados en todo el mundo es el turismo de Sol y Playa, el cual en Iberoamérica genera un aporte al PIB muy significativo.

En este artículo se argumenta que gobierno y sociedad deben poner atención y trabajar de manera conjunta y urgente para restablecer el estado de salud de las cuencas hidrográficas y sus playas para lograr un desarrollo integral sustentable y prevenir repercusiones colaterales de las pandemias.

De acuerdo con estudios genético-moleculares recientes, el virus SARS-CoV-2 pertenece a la familia Coronaviridae, grupo que contiene otros virus causantes de enfermedades como el SARS-CoV-1 y el MERS-CoV. La mayoría de los coronavirus tienen como reservorios a poblaciones de aves y murciélagos, cuya zoonosis (transmisión de una enfermedad de un animal al humano) normalmente ocurre vía especies intermediarias. Un ejemplo bien documentado es la transmisión del virus MERS-CoV al humano vía el camello como especie intermediaria. En el caso del SARS-CoV-2 no se ha elucidado científicamente si existe una transmisión directa del murciélago al humano o si la zoonosis sucedió a través del contacto con un huésped intermediario como lo podría ser un animal doméstico o salvaje. Es muy importante mencionar que estudios recientes han demostrado la presencia del SARS-CoV-2 en heces fecales de pacientes confirmados con carga viral detectable. Este descubrimiento, de acuerdo con los especialistas, indica la probable existencia de otra ruta de contagio (adicional a la del aerosol) denominada transmisión fecal-oral.

Sobre el marco físico de esta argumentación es esencial señalar que la mayor parte de la superficie continental se encuentra dividida por secciones topográficas conocidas como cuencas hidrográficas, que son en primer término áreas de captación, almacén y conducción de agua de lluvia. Sin embargo, las cuencas son mucho más que eso. Cada cuenca es un sistema único y coherente, es una unidad bio-geo-física con un alto grado de integridad funcional. Su importancia es tal que expertos en desarrollo eco-socio-económico sustentable consideran a la cuenca como la entidad fundamental para el manejo integral de los recursos naturales continentales.



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

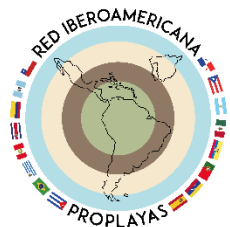
Página | 39

El objetivo principal del manejo integral sustentable de una cuenca y sus playas es evitar la pérdida de su resiliencia, para lo cual se consideran dos conceptos fundamentales: la integridad ecológica (presencia constante de los principales elementos originales) y la salud ambiental (integridad mínima necesaria para su funcionamiento normal). La integridad y la salud de las cuencas y playas son severamente afectadas por el humano, por lo que para evaluar y monitorizar su estado se aplican numerosos índices desarrollados y validados bajo el marco teórico de la Ecología (e.g. índices microbiológicos de calidad de agua) y de la Eco-socio-economía (e.g. índices de desempeño ambiental de los gobiernos y empresas).

El asentamiento humano ocurre principalmente en lugares con agua dulce disponible, y los cuerpos de agua cercanos como ríos, lagos y mares se utilizan tradicionalmente como cuerpos receptores de aguas de desecho. La normatividad y las tecnologías para evitar el vertimiento de aguas negras, grises y residuales han avanzado notablemente (hasta cierto nivel), sin embargo, el actual ritmo vertiginoso de urbanización, muy marcado en los polos turísticos de Sol y Playa de moda, ha provocado un “desarrollo” caótico. Este tipo de “desarrollo” es un fenómeno caracterizado por asentamientos humanos irregulares y por cinturones de miseria con alto grado de fecalismo al aire libre. Aunado a lo anterior, también es común que las plantas de tratamiento de aguas negras están “estratégicamente” ubicadas en los márgenes de cauces naturales de las cuencas, las cuales reciben frecuentemente aguas crudas o sin tratamiento por la colmatación o colapso de dichas plantas.

Los indicadores de contaminación fecal en las aguas de ríos y playas aledañas a estos polos turísticos con frecuencia sobrepasan los valores de seguridad microbiológica, sobre todo en tiempos de lluvias copiosas. En esas condiciones los cauces arrastran las aguas de drenaje y desechos orgánicos a la cuenca baja transformando esteros, lagunas costeras y deltas en verdaderas cloacas, provocando alta contaminación de las aguas marinas de las playas cercanas con sólidos orgánicos y microorganismos. Recordemos que las playas se componen de arena el cual es un material no consolidado altamente poroso que funciona como una esponja que adsorbe material orgánico de las aguas contaminadas siendo un banco reservorio y de crecimiento microbiológico fecal. Este grado de contaminación indica que la integridad y la salud de las cuencas y playas están severamente afectadas con una calificación muy lejana para ser consideradas Cuencas y Playas sanas. Evidencias científicas indican que virus patógenos humanos son rutinariamente introducidos a los cauces de cuencas y aguas estuarinas y marinas por la descarga de aguas de drenaje tratadas y no tratadas, ya que muchos tratamientos y protocolos no están diseñados para proveer aguas libres de virus. En estas aguas contaminadas se han encontrado no menos de 100 especies de virus patógenos humanos causantes de enfermedades como hepatitis A y E, gastroenteritis, meningitis y conjuntivitis.

La pandemia COVID-19 debe provocar la reacción honesta y decidida tanto del gobierno como de la sociedad en pro de un análisis holístico y darse cuenta que falta mucho por hacer con acciones de gobernanza efectiva estableciendo planes de manejo integral de las cuencas y sus playas, científicamente



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

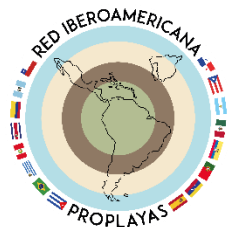
- Cenários & Recomendações -

sustentados para alcanzar un desarrollo socio-económico ordenado. En el tema que nos ocupa, se debe entender y aceptar que cualquier asentamiento humano, turístico o no, se encuentra dentro de una cuenca. Por ello es imperativo el re-diseño de los planes de desarrollo de las áreas turísticas en particular y corregir los errores. Es inaceptable la existencia de los cinturones de miseria, por un lado, por principio de derechos humanos, y por el otro por ser fuente de problemas sanitarios. Es urgente la detección y eliminación de descargas ilegales de aguas sin tratamiento, así como la revisión de la tecnología, capacidad, desempeño y ubicación de las plantas de tratamiento de aguas negras gubernamentales y de los hoteles que por principio precautorio deben ubicarse lejos de los cauces naturales y re-utilizar las aguas tratadas en otras actividades de acuerdo a principios ecohidrológicos. Es imperativo que la integridad y la salud de las cuencas y playas sean obligatoriamente monitorizadas de manera sistemática y permanente, con indicadores de calidad de agua que incluyan también la presencia/ausencia de virus patógenos (por lo menos aquellos con alto grado de virulencia). Estos monitoreos son de la más alta importancia ya que permite la prevención de episodios sanitarios emergentes, evitando así el cierre temporal o permanente de áreas turísticas. La meta de lograr el binomio Cuencas sanas-Playas sanas garantiza sin duda el mejoramiento sustancial de la calidad de los destinos turísticos de Sol y Playa.

Cuencas, Ecología y Sistemática de Crustacea. Doctor en Ciencias, Universidad Estatal de Gante, Bélgica; Nivel II, Sistema Nacional de Investigadores de México. almaeda04@cibnor.mx

Página | 40

** Investigador Titular, Centro de Investigaciones Biológicas del Noroeste, S.C., La Paz, Baja California Sur, México. Trabaja con Ecohidrología, Manejo Integral Sustentable de*



4. Enrique Mejía Maravilla: Impacto al Sector Turismo por el COVID 19 en México

AREA DE EXPERTICIA: ingeniería ambiental con experiencia en: potabilización y tratamiento; desalación; normalización y calidad de agua

NODO PROPLAYAS: A30 - MÉXICO

La pandemia que padece el mundo por la aparición del nuevo coronavirus con el nombre oficial de SARS-CoV-2 y que produce la enfermedad conocida como COVID-19, surgió en Wuhan, China, ha generado repercusiones en materia de salud y económicas de enorme magnitud, particularmente en las actividades turísticas que, sin duda, son las más afectadas.

Al 22 de abril de 2020, se han acumulado un total de 2,546,527 de personas infectadas por el SARS-CoV-2 en todo el mundo y 678,557 pacientes recuperados, así como 175,812 muertes. La pandemia se extendió a 215 países, siendo actualmente Estados Unidos de América el más afectado, con 816,240 contagios, 43,921 muertes y 74,916 recuperados.

La mayor cantidad de enfermos y víctimas mortales de la enfermedad se concentran en New York. No obstante, su presencia en otros 214 territorios en los cinco continentes, hacen de la COVID-19 un riesgo mundial. Otros países afectados severamente son Italia, España, Alemania e Irán. Cabe mencionar que las restricciones establecidas en los países afectados no han sido las mismas.

Del análisis de 90 crisis de alto impacto acontecidas entre 2001 y 2018, el Consejo Mundial de Viajes y Turismo (WTTC por sus siglas en inglés) concluye que el tiempo de

recuperación se ha reducido en promedio de 28 a 10 meses y para el caso de pandemias, es de 19.4 meses.

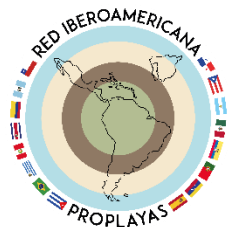
Para alcanzar la recuperación en el menor tiempo posible, es necesario estructurar políticas públicas que apoyen al sector. La Organización Mundial del Turismo (OMT) estima que este año los flujos turísticos mundiales pueden caer entre 1 y 3%, con un descenso en la derrama económica mundial de entre 30 y 50 mil millones de dólares. Por su parte, la Asociación Internacional del Transporte Aéreo (IATA por sus siglas en inglés) estima las pérdidas para la aviación en un rango de entre 63 y 113 mil millones de dólares.

La experiencia más cercana es la epidemia de influenza AH1N1 acontecida en el 2009, que provocó que los ingresos por visitantes internacionales en el mes de mayo cayeran 53.3%, en comparación con el mismo mes del año anterior y las llegadas de turistas internacionales y de pasajeros en cruceros disminuyeron 32.5 y 93.4%, respectivamente.

En consecuencia, se debe implementar medidas estructurales y no estructurales para la gestión de la crisis en el corto plazo durante los próximos meses y un plan de mediano y largo plazo para acompañar la recuperación del sector, que representa uno de los tres pilares de la economía mexicana, junto con el petróleo y las remesas.

Sin duda, las empresas de transporte aéreo y sus periféricos enfrentarán retos de mayor envergadura y por su carácter dinamizador de todas las actividades turísticas requerirá de apoyos extraordinarios.

El sector se paralizará por lo que resta del año y se reducirá significativamente el consumo turístico interno, lo que impactará al PIB



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

turístico de México en una contracción que se mantendrá en números negativos en 2021. El Consejo Mundial de Viajes y Turismo estima que están en riesgo más de 50 millones de empleos a escala global.

México, ocupa el último lugar de la OCDE en pruebas de coronavirus; hace 0.2 por cada 1,000 habitantes y registró que el número de casos de personas infectadas aumentó a 10,544 pacientes confirmados este miércoles (22 de abril 2020). La cifra de víctimas fatales creció a 970.

En los casos confirmados activos por entidad federativa de residencia en los últimos 14 días, la mayoría se encuentran en la Ciudad de México con 1085, el Estado de México con 584 y Baja California con 300.

Dentro de la tasa de incidencia de casos activos por entidad federativa de residencia, las mayores se encuentran en la Ciudad de México, Tabasco y Baja California. Jalisco y San Luis Potosí son los estados con las menores tasas. La nacional es de 2.83.

Los Cabos localizados en Baja California Sur poseen una posición geográfica privilegiada. Frente a sus costas se encuentra el Océano Pacífico y sus playas son todo un espectáculo visual.

Existe una cantidad de centros nocturnos en el centro de la ciudad, lugares que son visitados por turistas que provienen de todas partes del mundo, en su mayoría de Estados Unidos de América y Canadá.

El destino tiene muchas actividades recreativas y de turismo deportivo, el caso más reciente, el Iron Man, que contó con la participación de más de mil competidores. Cada año se realiza el Festival Internacional de Cine de Los Cabos, uno

de los más importantes de la industria cinematográfica en América, donde se reúnen directores, actores y un amplio catálogo de invitados especiales.

Por el temor y las restricciones por la pandemia hay muchas cancelaciones y los hoteleros consideran que es el presagio de un año desolador para el turismo, industria que aporta más del 8% al Producto Interno Bruto (PIB) del país y que emplea a 2.3 millones de personas.

La pandemia ha impactado en importantes sectores de la economía nacional, uno de los más relevantes es el turismo, el cual evidenció sus principales implicaciones durante la temporada vacacional de Semana Santa. Las playas, como Los Cabos, en Baja California Sur, serán las principales afectadas.

Aun cuando en Baja California Sur se cumplió con las recomendaciones contempladas en la Jornada Nacional de Sana Distancia para aminorar la cantidad de contagios, es un hecho que se han presentado afectaciones a las finanzas de la entidad. La cancelación de los Spring Breakers ha representado una importante afectación en Los Cabos.

El 21 de abril, el presidente Andrés Manuel López Obrador, decretó que México se encuentra formalmente en la Fase 3 de la pandemia de coronavirus y además tras la caída a menos cero del precio del petróleo, estableció 11 medidas complementarias de recorte al gasto del Gobierno Federal.

Entre los planes de recorte, está también la eliminación de 10 subsecretarías, 38 programas que estarán blindados de recorte, entre ellos la construcción del Tren Maya, Aeropuerto de Santa Lucía y Refinería de Dos Bocas.



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

Los planes de recorte del gasto incluyen no rentar edificios privados y reubicar el personal que labore en ellos en otros de propiedad pública. Reducir un 25% el salario de los altos funcionarios. Reducir el gasto de servicios del Gobierno Federal en un 75%. Otra medida es que se prolongarán hasta agosto los permisos con goce de sueldo de los trabajadores en cuarentena. El plan de recorte, tendrá vigencia desde hoy hasta el 31 de diciembre de este año.

El futuro inmediato y a mediano plazo no es nada halagador para México, y de no establecer un plan de rescate eficiente y eficaz tendrá problemas económicos durante al menos dos años.

** Ingeniero civil por la Universidad de Guadalajara, Ingeniería Sanitaria por la UNAM, Premio Nacional de Ingeniería Sanitaria de la FEMSICA. Diversos cargos en el Gobierno Federal, Gerente de Contaminación en CONAGUA y hoy consultor ambiental. enrique.mmaravilla@gmail.com*

5. Andrea Di Tomassi: Reflexiones sobre los nuevos retos y oportunidades para el turismo en Canarias

ÁREA DE EXPERTICIA: Gestión Integradas de las Zonas Costeras

NODO PROPLAYAS: E07 – COLOMBIA/ESPAÑA

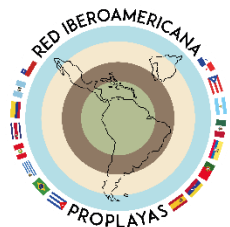
Llevo casi dos años viviendo en Tenerife y desde que empecé a enterarme de la realidad social y económica de Canarias, tuve la sensación de estar como en una «burbuja» que tarde o temprano iba a explotar. Trataré de explicarme mejor: la realidad de que hablo es la del sur de Tenerife donde, desde la década de los 80 más o menos, la mayoría de los edificios que se han construido han sido hoteles o complejos residenciales-vacacionales. Debido a la escasez de viviendas para los residentes, los precios de los alquileres se han disparado pero los sueldos no han crecido en paralelo. Sin embargo, Canarias es una de las comunidades autónomas con los sueldos más bajos de España. Es más, en Tenerife hay una verdadera desigualdad social que se manifiesta en la diferencia impresionante en cuanto a servicios públicos, limpieza, mantenimiento y presencia policial entre las zonas «bendecidas» por el turismo y las zonas donde la mayoría de los residentes son Canarios. A pesar de la desigualdad social, el turismo masivo ha seguido siendo el motor de la economía canaria y parecía que a pesar de todos sus defectos, este sistema iba a seguir para siempre.

Pero, algo inesperado pasó y desde los casi 15 millones de turistas de 2019 se llegó al «cero turístico» en abril 2020. Con las medidas de confinamiento y el cierre de los puertos y

aeropuertos al turismo, la «burbuja» que mencioné antes, explotó definitivamente. Todo esto es muy reciente, el gobierno de España y el gobierno local de Canarias están proporcionando ayudas económicas a los trabajadores y a las empresas, pero la magnitud de los daños a la economía aún se está evaluando. Es evidente que, sobretudo en Canarias, la ausencia de turistas afecta todos los sectores de la economía causando un empobrecimiento general. Han salido artículos en la prensa que hablan de una disminución del PIB de las islas entre el 15 y 30% debido a la cuarentena. Obviamente la opinión pública, tanto trabajadores como empresarios y incluso visitantes habituales de las islas, piden de volver pronto a la «normalidad».

Sin embargo, a esta altura, deberíamos empezar a preguntarnos ¿qué es la «normalidad»? ¿La normalidad de un sector en el que los empleados trabajan más de 10 horas al día por un sueldo mínimo? ¿La normalidad donde en el mar, junto a una zona de avistamiento de delfines hay una mancha permanente de aguas negras que desde las zonas residenciales son descargadas directamente en el mar? ¿La normalidad donde la policía muchas veces cierra los ojos antes las malas conductas de los turistas mientras aplica la ley de manera mucho más estricta con los residentes? Esta crisis debería hacer que España como todos los otros países recuerde que la prioridad de un Estado es el bienestar de TODOS sus ciudadanos. Esta cuarentena es una oportunidad para parar y evaluar el sector turismo desde el punto de vista social y ambiental y no solamente desde lo económico como siempre se ha hecho.

Considerando que la prioridad sigue siendo evitar los contagios, no se podrá permitir la entrada de turistas (sean nacionales o



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

extranjeros) por mucho tiempo. En este tiempo (mínimo 6-8 meses) se deberían tomar medidas para que, incluso después de la crisis, la economía de las islas sea menos dependiente del turismo. En cambio, se está hablando de salir de la cuarentena antes que el resto de España y reabrir las estructuras turísticas (hoteles sobretodo) para el mercado interno de Canarias. Es decir, un residente de Tenerife (que a lo mejor está viviendo de los subsidios del estado por culpa de esta misma crisis) no sabe cuándo volverá a trabajar pero podrá irse cuanto antes de vacaciones en un hotel de Gran Canaria por ejemplo.

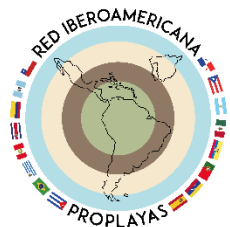
Por las razones económico-sociales mencionadas antes, este tipo de propuestas no van a ayudar mucho para salir adelante. En cambio, sería útil desarrollar nuevos modelos de oferta turística y hacer que las estructuras ya presentes sean sostenibles para el medio ambiente y para la sociedad. La idea es sencilla, se trata de aprovechar este tiempo de cero turismo para «arreglar» lo que está mal como la desigualdad social y las malas prácticas medio ambientales. Luego, una vez que los turistas vuelvan, para no repetir los mismos errores habrá que fomentar el turismo sostenible como se hizo en muchas otras partes de España y de Europa.

Las islas Canarias y sobretodo Tenerife, tienen la suerte de contar con una oferta de actividades y atracciones turísticas amplia y variada. Sería muy fácil fomentar formas de turismo más sostenibles y hacer que a nivel de precios sean competitivas con el tipo de turismo ofrecido por las grandes cadenas hoteleras. Concluyendo, en muchísimas ocasiones he hablado con turistas que, en sus vacaciones en estas estupendas islas, solo han visto los bares, algunas playas y sobretodo la piscina del hotel. Si se logra

cambiar esta idea de turismo o por lo menos poner a su lado una forma de turismo más sostenible, Canarias podrá seguir siendo líder en turismo.

** Master en Gestión Integrada de Áreas Litorales de la Universidad de Cádiz ha colaborado con entidades públicas y privadas en Europa y Colombia como consultor para proyectos de manejo costero integrado y educación ambiental, se dedica también a la enseñanza del buceo recreativo. a.ditomassi1@gmail.com*

Página | 45



6. Mario A. Palacios M. & Teresa Vera San Martín: Cuarentena para las playas ecuatorianas. Una oportunidad de adaptarlas a los nuevos paradigmas post-Covid-19

ÁREA DE EXPERTICIA: Gestión ambiental marino costera

NODO PROPLAYAS: C49 - ECUADOR

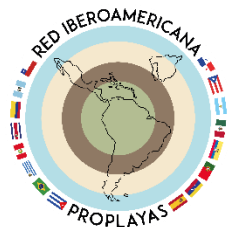
El Nodo ECUPAC 49 de la red PROPLAYAS, se une a las reflexiones sobre lo que pensamos puede pasar en las principales playas turísticas de las provincias de Guayas y Santa Elena, en el Ecuador, a raíz de la actual paralización de las actividades turísticas de sol y playa, por las medidas sanitarias obligatorias. Lo hacemos motivados por el noble espíritu de esta causa común, cual es el de contribuir con el bienestar de la región y de sus gentes, aportando ideas que busquen la mejora y el bienestar general, tanto de las personas como del ambiente.

En la era de la globalización la pandemia de corona virus ha causado una semiparalización del mundo por un período de tiempo que va llegando a los dos meses y que, según los expertos de la Organización Mundial de la Salud, podría extenderse por algunos meses más. Hace pocos las noticias internacionales indicaban como fecha optimista para la posible elaboración de una vacuna contra el virus COVID-19, el mes de septiembre de 2020. Suponiendo que una vacuna efectiva libere la tensión global y permita el comienzo gradual de actividades, la mundial será al menos de más de 6 meses.

En cuanto a Ecuador podemos señalar como antecedente necesario que, como toda la humanidad ha sido testigo a través de los medios de comunicación, el impacto de la pandemia ha sido brutal, en especial en la provincia del Guayas y en particular en Guayaquil. La bomba viral cayó en Guayaquil por varias razones: la paciente “cero” llegó a esta ciudad procedente de España y no se detectó oportunamente; miles de guayaquileños, en vacaciones escolares viajaron a Europa, principalmente a España o recibieron a sus parientes procedentes de ese continente, especialmente de España e Italia y el contagio fue masivo. Si a eso le sumamos la mala preparación del sistema de salud debilitado en recursos humanos y presupuestariamente, se creó el horror que el mundo pudo ver y que, lamentablemente, aún persiste. Los turistas de las playas de Guayas y Santa Elena son principalmente los casi tres millones de guayaquileños.

Además de esto, la pandemia como era de esperarse se desplegó del epicentro hacia el resto del país y la Península de Santa Elena y las zonas costeras de Guayas no son la excepción, poco a poco los escenarios de Guayaquil se han ido repitiendo allí y se espera un gran impacto en las comunidades y población en general.

Para el caso de las playas que nos conciernen en Guayas y Santa Elena, el cierre por las medidas sanitarias implicó perder casi la mitad de la temporada turística alta de sol y playa del 2020, que va desde inicios de febrero a finales de abril, coincidiendo con las vacaciones del régimen educativo de la costa y que incluye el feriado de carnaval y la Semana Santa. A playas como las de San Lorenzo y Chipipe en Salinas y a las de General Villamil y Varadero en Guayas van principalmente los guayaquileños.



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

Adicionalmente, hay una afluencia considerable de turistas extranjeros que visitan las playas de Montañita y que generalmente llegan por los terminales de transporte de Guayaquil.

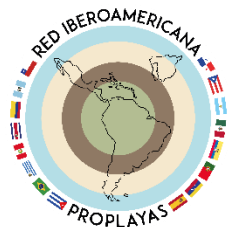
Consideramos que lo más importante a tomar en cuenta para poder tratar de reflexionar y recomendar algo útil para emplear positivamente la situación actual del Ecuador, de sus pobladores y de sus playas, es los sentimientos y reacciones de la gente ante lo que se está viviendo. A este respecto podemos afirmar que el miedo es el denominador común. A este sentimiento importante y básico se han sumado reacciones de impotencia y de toma de consciencia sobre las limitaciones y vulnerabilidades de todos los seres humanos y tal vez, con mayores o menores grados de intensidad, un atisbo de solidaridad y de conciencia sobre la necesidad de trabajar juntos para una causa común, la supervivencia. Así mismo, se suman al escenario las alentadoras evidencias de la recuperación del ambiente natural sin la presencia masiva de los seres humanos, por ejemplo, filmaciones de enormes bandadas de aves marinas pescando en los alrededores del nuevo puerto marítimo de Posorja o la claridad de las aguas en frente de las Playa de Chipipe, en Salinas.

Un efecto negativo que se podría vislumbrar será un cambio de tipo de residuos. Ya se ve por las redes sociales fotografías de grandes cantidades de guantes y mascarillas desechables haciendo parte del triste panorama de las basuras abandonadas y mal manejadas. Otro factor negativo es la posibilidad de que la frágil memoria colectiva de la que adolecemos todos, rápida y fácilmente olvide esta experiencia y pretenda continuar con esa tendencia destructiva que ha arrasado con mucho del patrimonio natural. Así mismo, se

podría pensar en una voracidad excesiva que se desate para recuperar las enormes pérdidas económicas del sector turístico, que pueda ser un coletazo indeseado cuando la situación tienda a la normalidad. Este coletazo indeseable además de acabar muy rápidamente con el fenómeno positivo del regreso de las especies a los lugares que antes habitaban, implicaría además una muy posible sobreexplotación y deterioro de recursos naturales.

Sin embargo, consideramos que lo anterior es poco probable y que, por el contrario, en general habrá una mejoría de la calidad ambiental de las playas por el período de descanso que han tenido y porque el regreso de turistas no va a ser masivo sino muy lento y cauteloso. Esto a causa del tremendo miedo a un nuevo contagio y teniendo en cuenta que el país, como todos los países del mundo, planifica que este escenario de regreso a las actividades habituales sea gradual y cauteloso. Las medidas de distancia social y de seguridad sanitaria perdurarán y cambiarán el comportamiento de los turistas de sol y playa. En el poco probable caso de que se levantara la cuarentena y que las playas pudieran visitarse libremente, el miedo reinante hará que los ciudadanos no se lancen desbocadamente a las playas, máxime si tenemos en cuenta que para ese entonces la temporada alta habrá terminado. Es posible que para febrero de 2021 la situación comience a volver a la normalidad.

Este período de “descanso” de casi 9 meses es la oportunidad para que las autoridades competentes y los empresarios turísticos (grandes y pequeños) inviertan bien el tiempo y puedan, de manera coordinada, tomar las medidas para hacer que el regreso de los turistas sea seguro y genere un efecto positivo que se traduzca en unas playas organizadas y



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

limpias. Por nuestra experiencia en el monitoreo de residuos sólidos, en 18 playas turísticas de las provincias de Guayas y Santa Elena, estamos seguros de que las asociaciones de prestadores de servicios a los turistas están integradas por personas comprometidas y conscientes de la necesidad de conservar y mejorar las playas y que solo haría falta que los Gobiernos Autónomos Descentralizados ponga en práctica lo que ordena la legislación e invierta los recursos y esfuerzos que, muy seguramente, van a tener que destinar a la reactivación económica nacional, en capacitación e infraestructura para la comunidad playera.

El descanso obligatorio de las playas debe aprovecharse para tratar de poner en marcha la extensa y bien elaborada normatividad ecuatoriana sobre manejo y usos sostenible de playas que, si bien es considerada como muy buena en el contexto internacional y está vigente hace más de 10 años, por razones de diverso orden no ha sido implementada convenientemente. La normatividad ecuatoriana, empezando por la constitución del 2008, es considerada de corte ambiental y uno de sus grandes avances es que le da derechos a la naturaleza, hay que proceder en consecuencia aprovechando la pausa obligatoria y poner en práctica estas bondades legales.

Somos optimistas de que las nuevas generaciones, más preparadas para el cambio en cuanto al aprecio por la protección y defensa del medio ambiente, serán sensibles y receptivas a las nuevas condiciones que se generan después de la pandemia, en cuanto al uso sostenible de las playas; esperamos que su sensibilidad ambiental, pero también humanística, no sea deteriorada y

menoscabada rápidamente por los modelos consumistas, individualistas (egoístas) y materialistas actualmente predominantes sino que, con la ayuda de todos, se oriente bien.

Una idea final, sería bueno que los Estados y las Naciones Unidas considere la posibilidad de implementar cuarentenas ambientales globales anuales y en las playas de Ecuador hacerla obligatoria, no como producto del miedo a la pandemia sino como mecanismo de adaptación a la nueva realidad planetaria.

Página | 48

¹ *Biólogo con postgrados en gestión marítima y portuaria; bioética; administración, y derecho ambiental. Con más de treinta años experiencia en gestión ambiental marino-costera, en el sector público nacional e internacional. Actualmente docente titular universitario. mario.palacios@upacifico.edu.ec*

² *Oceanógrafa. Estudios de posgrado en áreas Ambiental, Riesgos y desastres, Tsunamis, Productividad y calidad y Sistemas de información Geográfica. Experiencia laboral en el sector público en las áreas de formación y docente universitaria a tiempo completo. teresa.vera@upacifico.edu.ec*



7. Celene Milanés Batista: Repensando la planificación y gestión del riesgo en playas tras un escenario post- pandemia COVID 19

ÁREA DE EXPERTICIA: Planificación, ordenamiento territorial y marino costero. Gobernanza, políticas públicas, contaminación ambiental y gestión del riesgo urbano en naciones costeras e insulares.

NODO PROPLAYAS: C45 - COLOMBIA

Contrario a lo que muchos creen, en el mundo **no todo está inventado**. Cualquier pequeño cambio puede movernos el piso, transformar la sociedad, y hacernos modificar patrones de conducta relativos al trabajo y al hogar. Ha sido suficiente la llegada de un virus al mundo globalizado, para que los humanos seamos principales actores de una película de terror y misterio que hoy se halla en escena y qué, con seguridad, ninguno de nosotros esperó vivir.

Ante el problema del Covid-19 los escenarios son diversos. Recientemente observaba algunas imágenes sobre playas y bahías recuperadas ambientalmente. Paralelamente, recibo por redes sociales otras fotografías donde se visualizan playas contaminadas debido a la presencia de otros residuos sólidos que anteriormente no formaban parte de este paisaje costero.

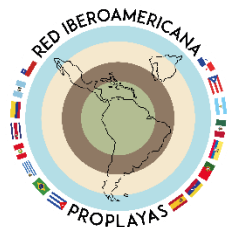
Naso bucos, bolsas y guantes plásticos, son hoy la basura “de moda” que se localiza en áreas exteriores de algunos centros comerciales y vías ubicadas cerca de dunas en playas. Este tipo de residuo, que constituyen un gran riesgo para el ecosistema, también proviene de fuentes de

contaminación ubicada aguas arriba, que llegan al mar a través de la desembocadura de ríos, lo que ratifica que la magnitud del problema no radica en la ubicación de la fuente. La clave del impacto son las malas prácticas y la falta de una cultura ambiental sostenible.

La playa constituye uno de los territorios que recibe mayor número de personas diariamente. Es un sitio de constante aglomeración de individuos y equipamiento, todo lo cual dificulta su ordenamiento y eleva el riesgo. No por gusto, sitios como Cancún y Playa del Carmen en México y Miami en Estados Unidos, por solo citar, son de las ciudades con más contagios de COVID 19.

La dicotomía de muchos artículos periodísticos, hoy se centra en el simple hecho de *conocer si se abren o no las playas ante el actual escenario del coronavirus*, cuando lo más importante es comenzar a pensar ¿cuáles escenarios debemos asumir en el presente para ordenar y gestionar estos singulares espacios, minimizar los riesgos y planificar de manera “sostenible” las playas?

La red PROPLAYAS es para Latinoamérica, un sólido grupo de intercambio de conocimientos y buenas prácticas sobre temas asociados a la gestión eficaz y eficiente de estos espacios. La riqueza de la red, ha permitido conocer de primera mano las realidades que, en temas de capacidad de carga y ordenamiento tienen las playas del continente y los estados insulares de la región. Llama la atención, el elevado número de construcciones de hormigón armado que se encuentran ubicadas en la primera línea de costa. Este proceso antrópico, ha incrementado la erosión costera y el retroceso de la línea de costa de las playas. Los impactos presentes en estas zonas costeras mucho antes del escenario del coronavirus, hoy se intensifican.



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

No importa cuán agresiva y peligrosa sea la pandemia generada por el COVID-19, las personas no desean confinarse en sus casas y continúan frecuentando la playa, aunque a ella asistan decenas de contagiados. A pesar del riesgo epidemiológico, la capacidad de carga del ecosistema se eleva. Ante la preocupante situación, cabe preguntarnos: *¿Existirá un escenario post-pandemia COVID-19 para mejorar el ordenamiento y la gestión de riesgos en playas?*

Ordenar y gestionar la playa requiere de una perspectiva multi-espacial y holística. Se impone la necesidad de pensar en un diseño de playas que permita, ante todo, salvaguardar la salud pública de los visitantes. Al ser estos lugares sitios abiertos, donde el aire es fluido, se hace muy difícil garantizar que las personas mantengan el distanciamiento recomendado de 1 a 2 metros entre ellas.

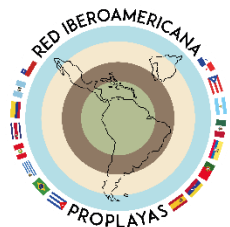
A nivel internacional ya se están desarrollando un conjunto de iniciativas sobre el modo de ordenar las playas. Uno de los sectores que destaca es la industria turística y hotelera italiana la cual, en esta era del "distanciamiento social obligatorio", se esfuerza en desarrollar nuevos diseños de equipamiento playero, con el propósito de continuar produciendo utilidades.

Actualmente circulan por redes sociales los curiosos croquis de cabinas divisorias de playa, esbozados con materiales transparentes y flexibles como el plexiglás. La idea es que sean colocadas en las zonas de reposo y asoleamiento de las dunas y que funcionen en modo de cubículos privados para "aislar" a bañistas y comensales. La presencia del plexiglás en la playa no es recomendable para áreas calientes o sometidas a altas temperaturas. Este material necesita determinados tipos de productos químicos para

su correcta limpieza. Es costoso y de poca resistencia ante golpes. Y es además muy susceptible ante la presencia de los rayos ultravioletas. Los diseños de estos cubículos indudablemente no pueden ser usados en todos los contextos.

A modo de aportar una contribución global en la forma de enfrentar un escenario post-pandemia COVID-19, desde la planificación y gestión del riesgo en playas, nos permitimos sugerir estas siete recomendaciones:

1. Se necesita fomentar políticas regionales y locales que promuevan los "nuevos diseños de espacios urbanos en playas". La academia experimenta de forma continua el proceso de generación de nuevo conocimiento. Desde ella, se deberán realizar aportes teóricos y metodológicos para el ordenamiento de los componentes del medio construido en frentes de playa. Estas contribuciones, podrán integrar los actuales instrumentos vigentes de Planificación Física, con los del ordenamiento ambiental y la gestión de riesgos de desastres. Paralelamente, se requiere de un proceso de actualización de los planes de ordenamiento en zonas de playas o, el desarrollo de planes parciales o "especiales" de desarrollo turístico en territorios que no tengan ninguno de estos planes elaborados con antelación. Los planes necesitan considerar la variable de riesgo epidemiológico y ambiental desde las etapas de caracterización, diagnóstico y propuestas prospectivas.
2. Cada playa debe ser ordenada y gestionada según sus características. No existe un modelo de planificación genérico que pueda extrapolarse en todas. Si bien algunas buenas prácticas pueden



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

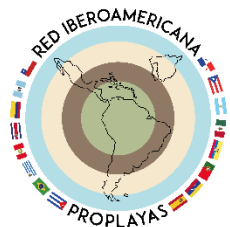
replicarse, los diseños deben observar en lo adelante y con sumo cuidado, las características climáticas, ambientales y físico naturales de cada territorio, así como las actividades predominantes que en ella se realicen (*surf, buceo contemplativo, turismo náutico*, entre otras). Se conoce que, en climas cálidos, hay menos posibilidades de contagio ante el Covid-19, pero esto es solo una teoría que reclama mayor investigación. Se estima que la supuesta “alta temperatura”, contribuye a disminuir la alta incidencia de propagación del virus y por tanto, esta puede ser una variable a tener en consideración de forma diferenciadora en los diseños y tipos de ordenamientos a realizarse en mar y tierra.

3. Se debe proponer un plan de medidas para *controlar el aforo ilimitado* que tienen la mayoría de las playas. Algunas playas ya tienen desarrollado estudios de capacidad de carga, pero no implementado un mecanismo de control y seguimiento de visitantes. El escenario actual exige “regular y normar la presencia del público”. Cuando las zonas de aparcamiento se agotan y el número de personas ya es el óptimo propuesto, se debe impedir el acceso a la playa y autorregular los nuevos distanciamientos.
4. Pueden ser medidas viables, las de generar alianzas internacionales para establecer fronteras y contribuir a los procesos de planificación espacial marina. Modificar la forma de delimitar, de manera homogénea y estandarizada, la disposición y uso de banderas, boyas y boyarines en zonas de protección marino-costera, diferenciar las zonas de pescadores, áreas para el tránsito de embarcaciones, zonas para deportes

náuticos, de bañistas, de reposo y de servicios turísticos. Aunque existen normas internacionales al respecto, algunos países la violan y emplean sus propios diseños.

5. Ordenar las playas incluye también regular la actividad de comerciantes informales. Se conoce que muchas familias viven de la actividad comercial que realizan en los meses de alta temporada turística. La apertura de nuevos quioscos y bares, también deberá tener en lo adelante limitaciones de aforo. Estos sitios deben por el momento y obligatoriamente, limitar su clientela. Para esto se deben aplicar medidas como las reservas previas “obligatorias” y, el perfeccionamiento de diseños de espacios interiores, donde las mesas se ubiquen guardando una distancia mínima de dos metros entre ellas.
6. Se deberá trabajar en la creación o perfeccionamiento jurídico-normativo de las políticas o legislaciones costeras. Es esencial fomentar estrategias de gestión y planificación para la sostenibilidad de los destinos turísticos en playas ante un escenario post-pandemia.
7. Generalizar en otras naciones la buena práctica de creación de los Comités Locales de Playas (CLOP). Estos comités existen en algunas regiones del país de los dos mares (Colombia). Sin embargo, el rol y protagonismo que tiene estos comités, hoy conformados por funcionarios de las Alcaldías, el Viceministerio de Turismo, la DIMAR, entre otros, no es del todo suficiente. Se recomienda que la presencia de los CLOP se generalice. Que estos tengan mayor hegemonía a nivel municipal. Paralelamente se sugiere ampliar el número de miembros locales

Página | 51



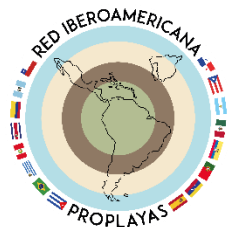
O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

que conforman el comité y su liderazgo en el desarrollo de emprendimientos, el otorgamiento de concesiones para el desarrollo de la actividad de alojamiento, permiso de concesiones, certificaciones de la playa, acciones relativas a la higienización y mantenimiento de infraestructura, así como en lo concerniente a la regulación y control de los vendedores.

Estas propuestas son solo pequeñas acciones dentro del gran abanico que contempla la gestión del riesgo, la planificación y ordenamiento marino costero de las playas. El éxito de su implementación dependerá del liderazgo y compromiso que las naciones costeras e insulares asuman.

** Doctora en Ciencias Técnicas. Arquitecta. Magíster en Conservación y Rehabilitación del Patrimonio Edificado y Magíster en Manejo Integrado de Zonas Costeras. Investigadora Senior por Colciencias. Coordinadora de la Maestría en Desarrollo Sostenible. Profesora e investigadora de la Universidad de la Costa. cmilanes1@cuc.edu.co*



8. Camilo M. Botero: Los impactos del COVID-19 en la gestión ambiental de las playas turísticas²

ÁREA DE EXPERTICIA: Gestión integrada y certificación de playas turísticas

NODO PROPLAYAS: E-07 - COLOMBIA

En las últimas semanas se ha hecho viral la noticia de la recuperación ambiental de las playas de Santa Marta y Cartagena, a raíz del Aislamiento Preventivo Obligatorio (APO) decretado para reducir los contagios de COVID-19. Varios de los medios de comunicación más leídos del país y de la Región Caribe han mostrado fotos y videos de estas playas, en tono de celebración por el regreso de delfines y el color azul de las aguas. Sin embargo, la pregunta que se debe hacer es ¿debemos celebrar que una pandemia logró aquello que la gestión ambiental no pudo?

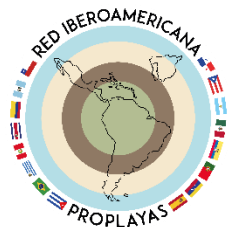
En Colombia se presenta el turismo de sol y playa como uno de los más importantes, cuando en realidad estamos a décadas de distancia de la gestión y calidad de nuestros más cercanos competidores. Solamente Cancún en México, Varadero en Cuba o Punta Cana en República Dominicana reciben más turistas por año que en toda Colombia. Y no es que la gestión de esas playas sea perfecta, quizá a excepción de Varadero, pero al menos han logrado mantener sus playas limpias y ordenadas. Algo que en Colombia todavía no pasa en ninguna playa, o al

menos al nivel de estos tres directos competidores.

Pero en el país si existen las herramientas técnicas y legales para lograrlo. El Decreto 2324 de 1984 establece como autoridad marítima en las playas a la Dirección General Marítima. La Ley 99 de 1993, ajustada luego por la Ley del Plan de Desarrollo del Gobierno Santos I, define a las Corporaciones Autónomas Regionales como las autoridades ambientales al nivel local hasta el límite del mar territorial. El Decreto 1617 de 2013 crea los distritos especiales y establece la creación de un comité de manejo de zonas costeras, con coordinación nacional y participación de los alcaldes distritales. Pero ninguna de estas normas es tan relevante, como el Decreto 1766 de 2013, expedido en cumplimiento de la Ley General de Turismo de 2012, con el cual se crean los Comités Locales de Organización de Playas. Es ésta norma, con todas sus deficiencias y ausencias, la que mejor permite que los niveles nacional y local actúen para que no se requiera una pandemia para tener playas limpias, ordenadas, sanas.

Y el asunto viene a colación por la euforia nacional, casi patriótica, de las noticias y comentarios en redes sociales sobre la recuperación de las playas. No queda claro qué se celebra, pues lo que se recuperó en dos semanas, seguramente se va a perder en cuestión de días, cuando el mismo turismo insostenible regrese a usufructuar las playas, que son propiedad de los ciudadanos, ni siquiera del Estado. No es claro si la celebración gira en esa esperanza que sin humanos las playas estarían mejor, y quizá se deban de cerrar definitivamente para su uso. No es claro

² Publicada originalmente en <https://www.las2orillas.co/los-impactos-del-covid-19-en-las-playas-de-santa-marta-y-cartagena/>



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

qué se celebra, pero lo cierto es que hay celebración; somos un país que le gusta celebrar, punto.

Pero más allá del júbilo inmortal, queda la pregunta de ¿qué pasará apenas termine el APO? En Colombia, a diferencia de todos los países que son competencia nuestra en turismo de sol y playa, no existe un monitoreo permanente y suficiente de la calidad del agua de baño de las playas. Lo más cercano es el monitoreo de la REDCAM, que coordina el Instituto de Investigaciones Marinas y Costeras (INVEMAR), el cual no solo no está diseñado para playas turísticas, sino que además tiene una periodicidad semestral, cuando lo mínimo recomendado a nivel internacional es mensual.

Prácticamente ninguna autoridad ambiental tiene estudios o planes para establecer en el corto plazo un seguimiento a los más básicos parámetros, como microorganismos patógenos, residuos sólidos o ruido en las playas. Es prácticamente seguro que, con la experiencia vivida hasta ahora en las ciudades costeras del país, en menos de 15 días se habrán retomado los niveles de degradación ambiental de las playas, sin siquiera saber qué nivel objetivo se habrán recuperado después del APO.

Pero aún hay tiempo de actuar, y ese es el mensaje que este artículo quiere transmitir. Mientras los delfines paseaban por la Bahía de Santa Marta (aunque haya versiones que son los del acuario del Rodadero), en el país se aprobaba el CONPES Bioceánico, un ambicioso documento de política que busca recuperar los más de doscientos años de dar la espalda al mar. Existen los comités locales de organización de playas que, si bien hace falta acompañamiento de la Procuraduría para su cumplimiento, siguen siendo la principal herramienta para una gestión integrada y eficaz de las playas

marítimas en los 47 municipios costeros del país.

Para reconocer que algo aprendimos del aislamiento que nos obligó el COVID-19, la euforia de los delfines debe traducirse en lecciones aprendidas. Todavía hay tiempo para que las autoridades ambientales, en conjunto con los comités locales de organización de playas, establezcan un protocolo de 're-ocupación' de las playas. Un mecanismo claro que permita un regreso gradual y ordenado del turismo a las playas, autorizado solamente para aquellos que cumplan unos mínimos de sustentabilidad de su actividad. Hay tiempo para que por fin las autoridades ambientales y sanitarias, como ocurre en casi todo el planeta, se empiecen a hacer cargo de monitorear con suficiente frecuencia y rigurosidad las aguas de baño y la arena de las playas más visitadas.

Quizá fue necesario que viniera el COVID-19 para que finalmente el incipiente inventario de las playas turísticas del país que hizo el Viceministerio de Turismo en 2018, sea terminado y publicado. Quizá era necesario que una pandemia atrajera la atención de la gran prensa hacia el mal cuidado que estamos haciendo de las playas, incluso con videos y fotos que ni siquiera son de esas playas. Quizá el corona-virus no era un asunto sanitario solo para la salud de las personas, sino también de las playas y otros tantos ecosistemas que toman aire de nuestros pésimos hábitos como turistas. Quizá haya llegado el momento de que Colombia se vea como un país con un enorme y valioso marentorio, no importa que haya sido por una pandemia, pero que ese momento haya llegado.

** Experto en gestión de playas turísticas y manejo integrado costero. PhD en Gestión del Agua y de la Costa (España).*



9. Briana Bombana: Breves considerações sobre uma ciência “incerta” para a gestão turística das praias no pós-pandemia

ÁREA DE EXPERTISE: Co-produção de informação científica para a gestão de praias

NODO PROPLAYAS: A32 - BRASIL

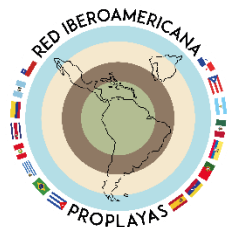
“Para enfrentar a pandemia, a ciência nunca pareceu mais necessária e útil, e ao mesmo tempo tão limitada e impotente” (Waltner-Toews, et al., 2020, p. 1).

Frente à pandemia da COVID-19 que nos assola oficialmente desde 11/03/2020, quando foi assim definida pela Organização Mundial da Saúde, muitas perguntas têm surgido. Dentro do campo de estudos sobre a gestão turística das praias, ao qual esta publicação se destina, podemos citar algumas: Como os turistas irão à praia no iminente verão europeu? As possíveis restrições de mobilidade e acesso perdurarão até o verão do Hemisfério Sul? Quais os impactos socioeconômicos dessas restrições para as atividades turísticas? Por exemplo, o que acontecerá com os trabalhadores que têm sua fonte de renda anual dependente do turismo estival? Com relação aos potenciais benefícios ecológicos do “mundo em pausa” (diminuição da poluição, “retorno” dos animais a certos ambientes, etc.) para a qualidade dos destinos turísticos, seremos capazes de mantê-los para além dessas últimas semanas?

Independentemente do tema específico (por ex., social, ambiental, etc.) abordado por cada uma das perguntas anteriores, a resposta permanece a mesma: não é possível fornecê-la

com exatidão. Este resultado, se bem destacado pela situação presente de pandemia, não é exclusivo a ela. Isto é, nos sistemas complexos, como podem ser as praias e entorno ou uma cidade, uma pletora de elementos, mudanças e relações se desenvolvem em diferentes escalas de tempo e espaço. Para citar um exemplo simples, as ondas marinhas originadas pelo vento (influenciado por diferentes condições atmosféricas) ao chegar na costa interagem com o substrato (areia, rochas, etc.) de diversas maneiras e modificam as praias em diferentes escalas de tempo (dias, anos, décadas, etc.). A heterogeneidade, imprevisibilidade e aleatoriedade desses sistemas, quando deslocadas aos estudos científicos, em grande medida, levam a diferentes tipos de incertezas, como aquelas referentes às limitações dos métodos empregados para observá-los e à diversidade dos cenários futuros prováveis. A complexidade, portanto, tem explicado a impossibilidade dos pesquisadores em fornecer uma compreensão total sobre esses sistemas. Mesmo quando da existência de um sólido e competente grupo internacional de especialistas multidisciplinares no assunto, as diferentes experiências, interesses e perspectivas desses cientistas ressaltam também a existência de incertezas epistemológicas contribuindo à parcialidade das explicações, desenhos, aplicações e respostas às ações/soluções propostas.

Apesar dos limites da ciência enfatizados, em diversas situações, como o mundo pandêmico da COVID-19, as decisões devem ser tomadas urgentemente. E para estas, necessitamos contar com uma maior quantidade de informação científica ou de uma maior qualidade desta informação e sua aplicação? Nesse contexto, é que os autores citados no início dessa reflexão têm chamado ao



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

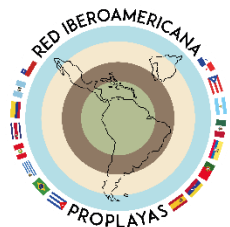
Página | 56

estabelecimento de um novo “contrato social” de especialização, no qual o objetivo do esforço científico deve ser a qualidade ao invés da certeza, dado que “mais dados (inclusive “dados confiáveis”) e melhores modelos de predição não podem... entre outras coisas, arbitrar os conflitos e dilemas que surgem em todas as escalas”. Assim, embora um maior número de estudos também possa levar a uma maior qualidade quanto ao conteúdo da informação e ao contexto no qual é produzida e utilizada, deve-se também almejar a qualidade do processo pelo qual a ciência é produzida, utilizada e informada. Em outras palavras, esta ciência deve ser expandida de modo a incluir um conjunto de conhecimentos mais pluralizado e diversificado por intermédio de instâncias para a integração e a participação dos mais diferentes atores. Este exercício não pretende negar as competências especializadas e a cultura científica construída nas últimas décadas, mas ampliá-las de forma a fortalecer as capacidades para a mudança da ordem social e aumentar a robustez da estratégia a ser adotada.

De diferentes formas, a “condição pandêmica” tem demonstrado que não só é possível como é imprescindível ajustar as regras gerais dos processos de construção e utilização da informação científica a fim de incrementar a sua utilidade e pertinência em diferentes contextos. Para citar alguns casos, na esfera propriamente científica, as revistas têm publicado os artigos de relevância no tema de forma quase imediata, por decisão dos editores, abrindo estes estudos ao escrutínio de uma maior comunidade de pares somente após tal publicação, com o intuito principal de fazer com que o compartilhamento e o debate das informações sejam mais rápidos e transparentes (“*fast track*”). Já na esfera da aplicação prática da

informação científica, algumas decisões têm sido baseadas na precaução e nos recursos existentes, como podemos ver em determinadas comunidades vulneráveis brasileiras (favelas). Nestas, sem entrar no mérito do papel do Estado na diminuição da vulnerabilidade social e na contenção da COVID-19, devido ao seu acesso falho às medidas de prevenção ao novo coronavírus (e.g., água potável para lavar as mãos), um aumento da informação científica sobre as mesmas não necessariamente levaria a uma melhora real desta prevenção e, por isso, redes integradas de vizinhos para a identificação precoce e o isolamento dos casos existentes têm sido organizadas, tendo como base os recursos e a informação científica que detêm presentemente.

Essa discussão demonstra a importância de se colocar os pressupostos científicos e as incertezas (técnicas, metodológicas, ontológicas e epistemológicas) em cima da mesa e, por isso, não deve ser restrita à gestão do risco ao novo coronavírus, mas também aos outros âmbitos impactados pela pandemia, como a gestão dos destinos turísticos costeiros. A diminuição dos fluxos turísticos, especialmente internacionais, a subsequente atenuação dos ingressos econômicos que modifica a estrutura social dos trabalhadores do setor, e a potencial recuperação de alguns dos elementos e processos ecológicos que vinham sendo degradados pela massificação do uso e ocupação dos espaços turísticos necessitam ser debatidos em instâncias mais participativas e integradoras entre e além das paredes universitárias (o presente compêndio de artigos pode ser entendido como um exemplo do debate entre diferentes disciplinas). A gestão costeira e de praias, incluída a gestão turística litoral, felizmente, já possui uma certa expertise



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

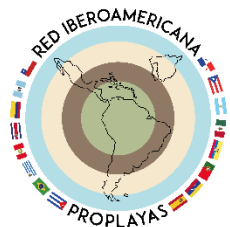
- Cenários & Recomendações -

Página | 57

no desenvolvimento dos meios aludidos, os quais vêm sendo tratados há alguns anos nesse campo. Apesar disto, normalmente, as recomendações científicas acabam sendo priorizadas como a voz “mais útil” para as políticas públicas, sem a correta comunicação das incertezas subjacentes, e carecendo de uma mediação mais horizontal com os demais atores.

Visto que a situação atual é urgente ao mesmo tempo que contribui com novas incertezas, algumas antes até tidas como certezas (por ex., a mobilidade dos turistas que permitia a ocorrência de um turismo massivo de sol e praia), a lacuna sobre a expansão da qualidade do processo de produção e uso da ciência, já latente de ser abordada nesse campo de estudos por causa da complexidade litoral, tornou-se ainda mais evidente e necessária (talvez como nunca). Para uma melhor aproximação às inúmeras perguntas que surgem, um processo mais abarcador e transparente de aprendizagem social para a construção de informações que serão legitimadas democraticamente se converte no caminho potencial a seguir, criando-se as bases para uma gestão mais adaptativa e para o desenho de alternativas criativas (e.g., diversificação da oferta turística, desenvolvimento de um turismo de proximidade, diminuição da capacidade máxima dos locais e infraestruturas, etc.) aos problemas associados.

** Doutora em Geografia pela UAB (Espanha), e colaboradora na Santosantos Tourism Care. Tem focado a sua pesquisa em: governança costeira, indicadores para a gestão de praias, avaliação do conhecimento científico para as políticas públicas. brianaab@gmail.com*



10. Allan Paul Krelling: O papel das pequenas cidades balneárias na pandemia de COVID-19

ÁREA DE EXPERTISE: Gestão costeira e lixo marinho em praias

NODO PROPLAYAS: C41 - BRASIL

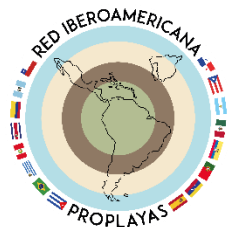
Praias vazias. Quando não estão, policiais retiram os usuários desavisados das praias. Trabalhadores informais e quiosques a la “preamar” sem seu sustento. Cenário (socio) economicamente apocalíptico. Por outro lado, as praias parecem retomar a qualidade ambiental de outrora, enquanto a orla parece se assemelhar cada vez mais àquela de tempos prístinos. Cenário ambientalmente paradisíaco. Durante a pandemia de COVID-19 são frequentes imagens e reportagens que reiteram essa condição atual das praias no mundo, mas especialmente no Brasil. Farol da Barra (Salvador/BA), Ipanema (Rio de Janeiro/RJ) e Boa Viagem (Recife/PE) irreconhecíveis até para aqueles que apenas sonham com, um dia, conhecer esses lugares.

Mas seriam essas praias um parâmetro aplicável às mais de 2000 praias ao longo dos 395 municípios da costa brasileira? Ao assumirmos que sim, criamos um axioma de que a interdição de praias gera necessariamente redução de visitantes, desencadeando impactos econômicos negativos. Isso pressuporia que o acesso à praia é condição *si ne qua non* para que o visitante fosse a um determinado município costeiro. Se incluiria nessa regra, então, os balneários que concentram segundas residências e dependem de turismo sazonal. Mas seria isso válido? Torna-se importante

assim, entender o papel de pequenos balneários na grande fotografia da costa brasileira. Por isso, será compartilhada aqui a experiência de uma pequena cidade balneária de aproximadamente 25 mil habitantes, na costa subtropical brasileira, Pontal do Paraná/PR.

Primeiramente, vale retomar as principais etapas sazonais observadas nos balneários de veraneio:

- Comerciantes locais se preparam para atender as demandas sazonais;
- Grande parte dos municípios apresenta estrutura urbana deficitária, muitas vezes, até para atender apenas seus moradores (hospitais, policiamento, serviços essenciais entre outros);
- No momento de alto fluxo o estado providencia estrutura temporária para atendimento ao turista;
- Os municípios então recebem grande fluxo de turistas, durante o verão e as férias escolares (entre dezembro e fevereiro);
- As atividades de comércio nas praias ocorrem com ambulantes, barraqueiros e afins;
- O Fluxo se reduz (geralmente terminando na quarta-feira de cinzas) e o estado retira estrutura temporariamente instalada;
- As atividades de comércio nas praias se encerram/diminuem;
- Comerciantes locais se adequam/reduzem atividades nos períodos de baixa temporada;
- Há picos de visitação ao longo do ano associados a fins de semana e feriados prolongados;



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

- O ciclo então se reinicia.

Ao buscar encontrar em qual etapa citada acima a pandemia de COVID-19 surge, observa-se que ela se tornou pauta no Brasil justamente com o encerramento da temporada de verão de 2020. Com isso, para os balneários de Pontal do Paraná, no litoral centro-norte do estado do Paraná esse era o momento em que a infraestrutura disponibilizada para o atendimento aos visitantes já havia sido desmobilizada e os comerciantes se preparavam para o período de baixa estação. Ainda nesse cenário, a estrutura deficitária do município voltava a ser utilizada, exclusivamente por moradores e a presença do estado se reduzia (por exemplo, as limpezas de praias já se finalizavam, redução no número de guarda-vidas e redução de outros serviços de modo geral). Ou seja, na prática, a pandemia de COVID-19 tornou-se fator decisivo no país e no balneário, justamente quando a dinâmica socioeconômica e ambiental de baixa temporada era retomada.

Entretanto, com a determinação de distanciamento social, diversas pessoas entendem que, por possuírem residências de veraneio em balneários, têm o direito de se isolar nesses locais. Efetivamente têm e em Pontal do Paraná, não foi diferente. Porém, a questão não é o direito a usufruir de sua propriedade, senão a sobrecarga na infraestrutura e comércio local. É inclusive imaginado por estes indivíduos que em uma cidade menor e com menos infraestrutura, haja também uma menor quantidade de problemas e restrições à circulação. Usando essa lógica, tornou-se comum observar esses indivíduos andando em trajes de banho pela cidade, sem seguir as diretrizes de distanciamento social, enquanto os moradores buscam o isolamento.

Seria incoerente generalizar, contudo se observa esse processo com frequência inclusive em supermercados e farmácias. Inclusive, conflitos entre moradores e veranistas são observados pela simples divergência de percepção de direitos e deveres. E um fato observado é que existe número maior de pessoas presentes em todos locais do balneário, exceto nas praias, pois estão interditadas.

É evidente também que o fluxo não é comparável à temporada de verão, porém é maior que o comumente observado durante a baixa estação (Figura 1). Isso sobrecarrega estruturas públicas e comerciais locais, gerando falta de produtos e aumento de clientes em estabelecimentos. Contraditoriamente ao que se espera em uma pandemia, alguns comerciantes locais consideraram o cenário como oportunidade para ser um centro receptor de pessoas de outras regiões. Alguns estabelecimentos da rede hoteleira chegaram a anunciar promoções para hospedagens nesse período. Ou seja, esses são indícios de que em balneários em que há grande quantidade de segundas residências existe um padrão diferente do que nas grandes praias urbanas. Logo, a interdição de praias não parece ser motivo de redução de visitantes nos balneários durante a baixa temporada. Na realidade observa-se o oposto, um maior número de visitantes. Logo é possível deduzir que os impactos econômicos serão diferentes nos pequenos balneários do que em grandes centros urbanos.

Sendo assim, as ferramentas de gestão dos impactos desse momento sobre os pequenos balneários devem ser diferentes daquelas adotadas para as praias urbanas, de grandes centros. Inclusive, há que se considerar que algumas discussões sobre o turismo apontam

que, no pós-pandemia, com o retorno o turismo haverá a tendência de que as viagens “mais curtas sejam priorizadas, inclusive para lugares mais familiares. Com isso, se pode supor que justamente essas pequenas cidades permaneçam sobrecarregadas.

De fato, a presente reflexão não traz respostas para qual a melhor estratégia para se adotar, apenas aponta que somente uma tipologia de praia vem sendo discutida e pensada. Adotar essa tipologia como parâmetro universal para os milhares de outras praias existentes na costa brasileira parece um equívoco. Dessa forma, as municipalidades, entendendo suas particularidades, devem encontrar as melhores soluções. As conclusões aqui apresentadas têm caráter anedotal e servem, acima de tudo, como um referencial para compreender as diferentes dinâmicas que estão presentes na costa brasileira. Seguramente há ainda outros municípios costeiros com diferentes conjunturas, que também nos trariam outras percepções sobre a melhor forma de gerir os efeitos dessa pandemia. Porém, o presente texto já cumpre seu papel ao chamar a atenção para a diversidade da costa brasileira.

Como já dizia o poeta e músico brasileiro Belchior: “Quem sabe lá no trópico a vida esteja a mil”, mas no Brasil Subtropical as coisas podem (ou deveriam?) estar em uma velocidade diferente. Agora cabe a cada um pensar: nessa pandemia, em que velocidade estou?



Congestionamento na estrada de acesso ao município de Pontal do Paraná pela associação de: 1. véspera de feriado prolongado e 2. Inspeção sanitária devido ao COVID-19. Data: 17/04/2020
Fonte: Nathalie Martins (rede social).

** Oceanógrafo, Mestre em Gestão de Costeira e de Águas (Universidade de Cadiz, Espanha) e Doutorado em Sistemas Costeiros e Oceânicos (Universidade Federal do Paraná, Brasil). Atualmente é Professor do Instituto Federal do Paraná, e desenvolve pesquisas em Gestão Costeira e Lixo Marinho.
allan.krelling@ifpr.edu.br*



11. Marcus Polette: Gestão de praias no Brasil no período Pós-Covid-19: Um desafio estratégico e tático.

ÁREA DE EXPERTISE: Gestão e Governança Costeira

NODO PROPLAYAS: C16 - BRASIL

Não existe uma data precisa da chegada do Sars-Cov-2 no Brasil, se em janeiro ou fevereiro do veraneio de 2020. No entanto, desde a sua chegada ao país este alterou profundamente a estrutura e o funcionamento dos municípios costeiros brasileiros que têm sua economia baseada no turismo de sol e praia. Consequências estas talvez mais brandas para os usuários da praia (moradores, segundos-residentes, turistas e excursionistas) porém ficaram mais distantes do contato com a areia da praia, do banho de sol e de mar. Para os gestores municipais e privados foi o findar repentino de uma série de planos orientados no período anterior ao veraneio. Já para aqueles que dependem financeiramente dos serviços ecossistêmicos prestados pelas praias (setor do turismo, logística, bem como dos trabalhadores informais e autônomos) as perdas foram irreparáveis com consequências imprevisíveis.

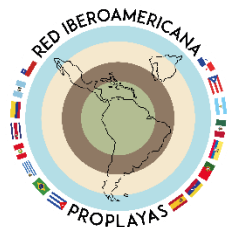
Não bastasse este difícil período, em 2019 os municípios situados no nordeste e parte do sudeste do país enfrentaram também o maior derrame de óleo já identificado no Brasil, de origem até então desconhecida, atingiu 889 localidades em 128 municípios de onze estados ao longo de 3.000 km da costa. O que parecia uma ameaça ao veraneio de 2020, com a chegada da Covid 19, tornou este momento da

história único para ser lembrado, esquecido e resignificado.

O veraneio típico nas regiões sul, sudeste, e inclusive nordeste do país, inicia no mês de novembro com o final da primavera, tem o seu auge entre as festas de final de ano e o período do carnaval, e termina logo após a Páscoa - início do outono. Historicamente este tem sido o período em que as mais de 10.000 praias localizadas em 274 municípios defrontantes com o mar (mesmo no veraneio do norte do país) são pressionadas por um intenso pulso populacional e pelo turismo massivo capazes de sistematicamente alterar a resiliência e capacidade de carga das vilas e cidades costeiras brasileiras.

As praias inocentemente emprestam diariamente sua dinâmica imagem diurna e noturna para fotos, propagandas e negócios nos municípios turísticos costeiros. São atrativas fontes de renda, mas negligenciadas na manutenção da sua qualidade ambiental. As fortes mudanças de estado e os impactos negativos em contínuos períodos de veraneio, geralmente só chamam a atenção de tomadores de decisão, quando tornam-se impróprias pela falta de balneabilidade, quando poluídas pelo lixo, ou quando um fator de origem biológica também altera a sua qualidade para o público que a frequenta. A busca por soluções instantâneas para não comprometer o fracasso de gestores públicos, está quase sempre relacionada com o descaso pela falta de ações concretas de gestão ambiental e urbana, bem como pela omissão, ou da falta de compreensão, sobre a importância de uma estrutura administrativa e institucional na gestão das praias municipais.

A carência por estruturas administrativas nas Fundações e Secretarias de Meio Ambiente em



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

Página | 62

todo o país e de um setor responsável exclusivamente pela gestão de praias decorre de questões interinstitucionais e políticas. Fatores relacionados a inércia e a mudança de foco em diferentes escalas do território, bem como de prioridades políticas outras na gestão municipal, bem como na dependência de interesses no comissionamento dos gestores que buscam atender a demandas setoriais, e inclusive da academia, são fatores responsáveis pela falta de foco na gestão das praias brasileiras. O Brasil experimentou nos últimos 30 anos esta miopia nos processos decisórios - ora o município territorialmente era considerado como unidade de planejamento (Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro), ora a faixa da orla (Projeto Orla), ora a linha de costa (PROCOSTA). O resultado deste processo são municípios e praias em um trágico estado de sobrevivência socioambiental e econômica.

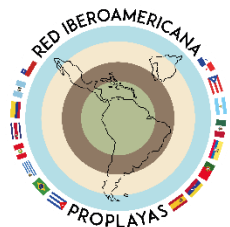
A falta de visão acerca de fatos raros, prováveis, possíveis e plausíveis em um cenário de curto, médio e longo prazos são motivos das causas e consequências dos problemas, conflitos e assimetrias sociais e econômicas a cada dia mais difíceis de serem solucionadas. Assim, como será possível ressignificar o presente e o futuro dos municípios que têm sua economia baseada no turismo de sol e praia frente após a pandemia da Covid 19? Será que este momento irá gerar uma nova lição a ser aprendida onde os erros cometidos frente às realidades políticas e heranças culturais atávicas poderão ser finalmente reescritas?

O mundo certamente não será o mesmo após a Covid 19. A exigência de caminhos criativos e inovadores em que as pessoas poderão repensar seus padrões de consumo e dirigir suas ações aos mais necessitados e pobres, bem como refletir sobre um período de algumas

semanas em que houve a melhoria repentina da qualidade ambiental, e como isso alterou ou melhorou as suas vidas, em um planeta que por dezenas de anos não experimentava mudanças no seu padrão de poluição aérea e de cores que por semanas foram mais vibrantes no céu e na natureza. Nos municípios costeiros que têm suas economias baseadas no turismo de sol e praia, este repensar deve-se valer de uma nova forma de participação proativa e cooperativa do setor acadêmico, dos governos e da iniciativa privada em prol de ideias e ações concretas para a sociedade e em prol de uma infraestrutura básica e de condições dignas de sobrevivência.

O turismo sustentável é dependente do saneamento ambiental. Superpopulação, cidades imensas e turismo de massa são questões que devem ser avaliadas por meio dos fatores limitantes de capacidade de carga física, social e ambiental. Para que as praias possam receber milhares de turistas, devem ser estabelecidos padrões responsáveis de infraestrutura nos municípios tanto nos meses de veraneio quanto no inverno onde a população fixa está presente. Para isso, devem também ser exigidos amplos sistemas de indicadores de bem-estar capazes de comunicar, informar e sinalizar tendências e mudanças positivas nos padrões de qualidade ambiental e de socioeconomia afim de serem capazes de estabelecer formas mais harmônicas de uso e ocupação do solo e do mar. Um instrumento de ajuste contínuo capaz de formular estratégias e gerar ações de solidariedade e empatia para unir pessoas, e provocar novas formas de entender a finitude planetária no âmbito da zona costeira.

Urgem, portanto, ações capazes de produzir formas alternativas de urbanização de forma mais inclusiva e orgânica entre os centros e as



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

Página | 63

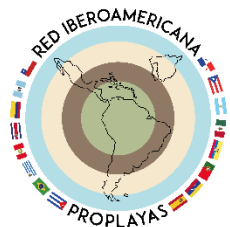
periferias das cidades costeiras, visto que a população que presta serviços na praia, na sua maioria vivem nas periferias sem saneamento algum. Conservar as tradições e cultura dos pequenos povoados ao longo da costa, organizar as cidades médias que se desenvolveram rapidamente pelos setores da construção civil e setor imobiliário, com planos diretores participativos são essenciais para evitar a gentrificação. Entender as relações entre os fenômenos da conurbação, entre os quais os movimentos pendulares responsáveis pelas relações sociais e econômicas das metrópoles costeiras que passam por transformações urbanas cada vez mais assimétricas na construção constante da periferia e dos perímetros urbanos é essencial.

Para os municípios costeiros será imprescindível enfrentar o desafio da falta de saneamento neste momento pós Covid 19. A falta de tratamento dos dejetos humanos pela omissão do poder público na implementação de redes e tratamento de esgoto; a drenagem que alaga frequentemente os bairros e os centros das cidades; a limpeza pública urbana deficiente que afeta a qualidade da paisagem e incrementa os vetores de inúmeras doenças; a coleta e a reciclagem de resíduos, nem sempre adequada pela falta de comunicação e orientação das empresas coletoras; e a falta de água potável a qual não chega nas comunidades mais pobres. Segundo o Instituto Trata Brasil no ano de 2020 ainda existem quase 35 milhões de brasileiros sem o acesso a estes serviços básicos. Infelizmente apenas seis municípios costeiros brasileiros estão na lista dos 50 municípios com o melhor sistema de saneamento do país, sendo que em 2013 eram sete municípios. E 100 das maiores cidades do país têm menos de 60% da população com coleta de esgoto.

A mudança deste quadro para o Brasil deverá ser hercúlea para curto, médio e longo prazo, visto que a chegada e disseminação da COVID 19 expôs a verdadeira face de um país que necessita de infraestrutura básica para mudar sua história centenária de desigualdades. Uma alternativa possível pode estar na adoção de estratégias utilizando como plano a integração dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS por meio das suas metas e indicadores os quais podem sinalizar uma alternativa consistente, integrada e interescolar já adotada por inúmeros países visando alcançar o ano de 2030 com mais bem-estar.

No entanto, para isso são necessárias táticas rápidas e incisivas por meio de programas e projetos relacionados à economia azul, a qual busca fortalecer o uso sustentável dos oceanos. Estratégia e tática quando integradas na forma de um sistema de gestão podem ser uma saudável forma para sanear e valorizar as cidades costeiras e valorizar a economia local, regional e nacional, como é o caso do turismo e da sua longa cadeia produtiva (pesca artesanal e industrial, construção civil, setor imobiliário, logística, entre outros). Uma forma de gerar riqueza e, simultaneamente, melhorar a saúde dos ecossistemas costeiros e marinhos. Ao dar maior valor para os serviços prestados pelos sistemas costeiros, bem como para os oceanos, a população local é incentivada a entender sua importância e preservá-los para as gerações futuras. Tais elementos integrados podem ser uma forma de também se preparar de forma mais ativa para a década de 2021 a 2030 - a Década dos Oceanos.

**Geógrafo e Oceanógrafo. Professor e pesquisador (CNPq) do Laboratório de Conservação e Gestão Costeira da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.*



12. José R. de Souza Filho, Flavia M. Lins-de-Barros & Fábio C. Nunes: Repensando o uso das praias: a natureza pede um descanso

ÁREA DE EXPERTISE: Gestão Ambiental de Praias Turísticas

NODO PROPLAYAS: C34 - BRASIL

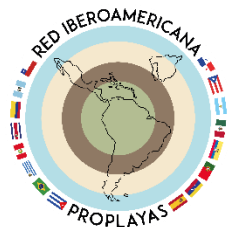
Em setembro do ano de 2019 ocorreu um grande derrame de óleo na costa dos estados do Nordeste do Brasil, que se espalhou para o norte e sul do país, chegando ao Amapá e ao Rio de Janeiro. As lindas praias do país ficaram manchadas de óleo, atingindo também os recifes de corais e outros ecossistemas costeiros. O nível de toxicidade do óleo causou preocupação, sendo necessário evitar o banho de mar e consumo de pescados, o que prejudicou o turismo em diversas cidades e provocou prejuízos para muitas comunidades tradicionais, trabalhadores autônomos e empresários, que têm a praia como maior atrativo para seus clientes (pescadores, bares, restaurantes, vendedores ambulantes). Segundo artigos científicos e matérias de jornais publicados em importantes periódicos nacionais e internacionais (Nature, The Guardian, Estadão, etc), este caso, em particular, foi agravado pela inércia governamental em agir emergencialmente e pela dificuldade de se saber a origem do derrame, até o momento desconhecida.

Nas redes sociais e nos jornais, notícias sobre as praias contaminadas eram quase diárias e até o fim do ano repercutiam, deixando grande preocupação sobre o uso das praias durante o verão, com destaque para os municípios da

Região Nordeste do Brasil que têm suas praias como principal “cartão postal” e forte dependência econômica do turismo de “sol, areia e mar”. Todavia, apenas alguns meses depois, em dezembro do mesmo ano, começava a alta estação para o turismo no Brasil e as pessoas voltaram a frequentar as praias intensamente. As notícias nos fóruns ambientais continuavam a tratar da poluição das praias, agora sem destaque para o óleo, mas sim para a enorme quantidade de resíduos deixados pelos banhistas. Manchetes como essa são recorrentes nas férias e feriados, mas pouco tem sido realizado para evitar ou mitigar os graves impactos.

No lugar das manchas pretas do óleo, o que se vê ao longo do verão, com maior amplitude nos dias seguintes aos feriados de Ano Novo e Carnaval, são praias repletas de lixo. Ninguém poderia imaginar que menos de 1 mês depois do carnaval as praias voltariam para as notícias, mas agora elas representando um outro risco. Devido ao seu potencial de aglomeração social, as praias de diversas cidades do mundo foram fechadas e seu uso proibido em função do elevado risco de contaminação pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Sem dúvida, esta é uma importante medida para o isolamento social, ação tão importante para diminuição da difusão da doença.

Não demorou, então, para que aparecessem nas redes sociais imagens de praias famosas e lotadas de pessoas, agora completamente vazias, revelando uma paisagem rara do ambiente praial apenas com areia, vegetação e dunas; do mar junto ao litoral sem embarcações, somente com suas ondas de espumas brancas e águas mais claras do que se costumava ver e, por vezes, com animais marinhos antes pouco avistados. Em menos de



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

um mês, a natureza parece agradecer o merecido descanso. Tudo isso causou inquietações aos pesquisadores das ciências do mar, aos gestores da área ambiental, amantes da natureza e a sociedade de modo geral.

Afinal, até quando vamos continuar usando nossas praias sem respeitar seus limites, sem dar a elas o merecido descanso?

Um estudo desenvolvido desde 2012 em praias de três estados brasileiros (São Paulo, Bahia e Alagoas), pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO-USP) em parceria com o Instituto Socioambiental dos Plásticos (Plastivida), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal de Alagoas (UFAL), aponta que mais de 95% do lixo encontrado nas praias brasileiras é composto por itens feitos de plástico, como garrafas, copos descartáveis, canudos, cotonetes, embalagens de sorvete e redes de pesca.

No Estado do Rio de Janeiro, maior destino turístico do Brasil, segundo estudo realizado pelo SEBRAE-RJ em 2007, as praias envolviam uma ampla cadeia produtiva de mais 200 mil trabalhadores diretos e indiretos, de ambulantes a funcionários de hotéis e restaurantes, passando por geleiros, distribuidores de bebidas e alimentos, transportadores, pescadores, massoterapeutas, personal trainers e professores de vôlei e surfe.

Já o Estado da Bahia que é possuidor da maior faixa litorânea do Brasil, cerca de 1.000 quilômetros, e provavelmente, tem o maior carnaval de rua do planeta, estudo recém publicado pelo Painel de Mudanças Climáticas de Salvador (Capital), sobre o carnaval e seus impactos ambientais na orla marítima, mostra que as grandes festas de rua não geram apenas diversão e renda, mas também muito lixo que

em grande parte alcançam as praias e demais ambientes marinhos. Neste caso, as embalagens de bebidas são os principais componentes descartados, deixando clara a necessidade de programas de Educação Ambiental que atinjam os diversos públicos frequentadores dessas festas populares, tão comuns em cidades litorâneas brasileiras.

Observamos assim, a falta da gestão de praias nos diversos planos de desenvolvimento urbano, regional e nacional. A Política Nacional para Recursos do Mar brasileira é de 1980 e a construção do Primeiro Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro foi elaborado ainda na década de 1990, contudo, a absoluta maioria dos estados e municípios costeiros nunca construíram seus planos de gerenciamento ou implantaram ações para o planejamento e gestão de suas praias, a despeito da grande importância ambiental, econômica e social destas.

Atualmente, diversas ONGS promovem dias de limpeza das praias, muitas metodologias foram desenvolvidas para avaliar a capacidade de suporte de uma praia, outras para monitorar e classificar os resíduos sólidos e outras tantas ações e publicações para propor uma melhor educação ambiental. No mesmo sentido, diversos estados e municípios criaram leis para banir a oferta de canudos em estabelecimentos comerciais e restringir o uso de sacolas plásticas nos supermercados. Em âmbito nacional e coadunando com acordos e iniciativas internacionais, o Ministério do Meio Ambiente do Brasil tem buscado apoiar ações de gerenciamento costeiro e combate ao lixo no mar.

No entanto, as fotos das praias vazias fizeram nascer um sentimento inédito até então. Algo como um encantamento angustiante. Aquela



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

natureza, aquela beleza de praias tão conhecidas, sempre esteve ali, mas sua ocupação sem critérios e limites adequados, bem como, os múltiplos usos que de maneira exaustiva não nos fazia enxergar a importância, imponência e dinâmica inerentes à estes ambientes. Como faremos para ignorar que nos deparamos hoje com estas imagens tão contrastantes daquelas das praias cheias de pessoas e de lixo? Além da natureza revelada, surge também a preocupação com os milhares de trabalhadores autônomos e comerciantes que dependem da economia da praia.

Segundo a Constituição Brasileira, as praias são um bem de uso comum do povo e direito fundamental, estando sua gestão sob competência da Superintendência do Patrimônio da União – SPU. Todavia, devido a impossibilidade material e técnica para atuar como gestor da imensa faixa costeira brasileira, a SPU tem se limitado a fiscalização de construções e ocupações nas praias marítimas, ficando praticamente sem regulamentação os usos individuais e coletivos de turistas/recreacionistas nas praias. Já o Segundo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC II, prevê como instrumento de gestão os Planos Estaduais e Municipais de Gerenciamento Costeiro, entretanto, apenas alguns estados finalizaram seus Planos e pouquíssimos municípios fizeram seus Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro. Contudo, algumas metrópoles e cidades turísticas litorâneas estabeleceram certos tipos de regulamentação para uso das praias, em geral, visando minimizar conflitos entre os usuários, como por exemplo, a prática de esportes, venda de produtos e a realização de eventos. Buscando reverter esta e outras dificuldades da falta de gestão, em dezembro de 2015 foi criada a Lei no 13.240, que possibilita a

transferência da gestão de praias marítimas urbanas para os municípios, pois estes entes federativos, sim, possuem a escala de planejamento e a capilaridade adequadas para gerenciar as praias e seus respectivos usos.

Portanto, é necessário aproveitar o momento para pensar e repensar a gestão de praias, pois agora não apenas especialistas e ambientalistas estão atentos a estas questões. A crise no uso dos ecossistemas costeiros pela sociedade já é antiga, e gritante nos centros urbanos, mas talvez a pandemia da COVID-19 tenha sido o estopim para mudarmos a forma de nos relacionar com estes ambientes, buscando não a apropriação destes espaços e sim usos mais harmônicos e equilibrados. Através das redes sociais, milhares de pessoas ficaram sensibilizadas e, quem sabe, propensas a novas regras sociais para com as praias e a natureza como um todo. O arcabouço legal nacional já proíbe o descarte inadequado de resíduos sólidos em todo o país, entretanto, a realidade nos mostra que sem fiscalização e penalidades, nem mesmo os gestores públicos estão cumprido a Lei e, obviamente, grande parte da população faz o mesmo.

Neste contexto, nossas praias são um dos espaços mais impactados pelos resíduos sólidos e, apesar de sabermos que nem todo o descarte inadequado é feito no local (na própria praia), parte do lixo é trazido de locais distantes pelas correntes marinhas, seria muito importante termos uma regulamentação, orientação e fiscalização mais rígidas em todas as praias, com destaque para as turísticas, buscando informar sobre os usos permitidos e comportamentos esperados dos usuários. Por exemplo, comerciantes, turistas e recreacionistas, podem e devem ser orientados quanto a obrigação de recolher todo o lixo que produzirem, sob pena



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

de serem multados. Da mesma forma, o comércio de produtos nas praias, em especial o de alimentos, precisa ser melhor estruturado e controlado, promovendo a capacitação e treinamento de trabalhadores autônomos, empregados e empresários, sobre as fragilidades do ambiente e as formas corretas de oferecer os serviços.

Contudo, para que ocorra uma mudança mais profícua dos comportamentos e atitudes em defesa das praias e ambientes associados, é preciso transformar o sistema de crenças e valores sociais, a ponto do cidadão ser alçado a fiscal-mor. Isto requer a implantação de um amplo e contínuo programa de Educação Ambiental, através de parcerias entre instituições públicas e privadas, como universidades, institutos, fundações, escolas, empresas, ONGs e comunidades locais, principalmente as mais carentes. As comunidades carentes são o elo mais frágil, mas podem representar o laço mais forte para uma transformação profunda da relação dos turistas e recreacionistas com os ambientes praias. Se conseguirmos demonstrar as pessoas das comunidades carentes a possível melhoria na qualidade de vida, assim como, capacitar para realmente inserí-las nos ganhos da indústria do turismo de “sol, areia e mar”, elas serão os principais baluartes.

As fontes de investimento devem ser diversificadas, partindo dos Municípios, Estados, União Federativa e atores do setor privado, todavia, é preciso que exista um Comitê Gestor composto por representantes dos diversos setores. Ações pontuais de Educação Ambiental já se mostraram ineficientes, por isso planejar e aplicar estratégias de longo prazo são fundamentais, com financiamentos variados, metas objetivas,

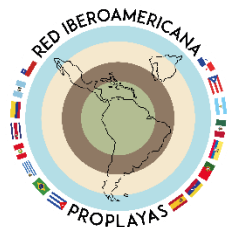
realmente mensuráveis e avaliações periódicas. Podemos, por exemplo, ampliar a implantação de lixeiras adequadamente dispostas e para qualquer tipo de resíduos, bem como, aumentar o apoio a projetos de educação ambiental e divulgação com a fixação de placas nas praias.

Estas são apenas algumas hipóteses que acreditamos serem bastante efetivas para melhoria da qualidade ambiental e recreacional das praias. Infelizmente, a possibilidade de uma nova visão das praias e demais ecossistemas costeiros ocorre em função de uma catástrofe responsável pela perda de tantas vidas humanas.

¹ *Doutor em Geologia Marinha e Costeira com especialidade em Gestão Costeira Integrada. Professor do Departamento de Geografia do Instituto Federal Baiano – IFBAIANO e da Pós-Graduação em Gestão de Ambientes Costeiros da Universidade Federal da Bahia – UFBA. jrsouzageografia@gmail.com*

² *Doutora em Geografia com especialidade em Geografia Marinha. Professora do Departamento de Geografia e da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. flaviamlb@gmail.com*

³ *Doutor em Geologia Costeira e Sedimentar com especialidade em Avaliação de Impactos Ambientais. Professor do Departamento de Geografia do Instituto Federal Baiano – IFBAIANO e da Pós-Graduação em Gestão de Ambientes Costeiros da Universidade Federal da Bahia – UFBA. fcnunes76@gmail.com*



13. Gerson Fernandino & Carla I. Elliff: Um olhar sobre a composição e abundância de lixo nas praias durante e após a pandemia pela Covid-19

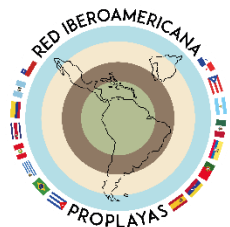
ÁREA DE EXPERTISE: lixo no mar, gerenciamento costeiro, praias arenosas, ecossistemas costeiros; serviços ecossistêmicos, recifes de coral, lixo no mar.

NODO PROPLAYAS: C26 - BRASIL

A pandemia causada pela rápida disseminação da Covid-19 tem levado a mudanças no comportamento e cotidiano de pessoas em todo o mundo. Com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) relacionadas ao distanciamento social e isolamento horizontal, uma ampla parcela da população tem reduzido sua interação física com outras pessoas e tem evitado, sempre que possível, deixar suas casas. Entretanto, se aventurar por ruas e supermercados, que hoje são encarados como ambientes hostis, requer uma série de cuidados para evitar uma possível contaminação pelo vírus. Uma das estratégias adotadas por muitos é o uso de máscaras cirúrgicas e luvas descartáveis. Esses itens têm sido usados indiscriminadamente por pessoas em todo o mundo na tentativa de criarem mais uma barreira protetora caso ocorra um eventual contato com o vírus. Entretanto, além do fato desse consumo excessivo estar causando a falta de máscaras e luvas para profissionais de saúde (que realmente necessitam utilizá-las diariamente para sua proteção), o modo de descarte desse material tem atraído a atenção de ambientalistas e cientistas mundialmente.

Relatos de máscaras e luvas usadas sendo descartadas no estacionamento de supermercados e outras áreas públicas são infelizmente comuns. Isso indica que, ao contrário de preocupação com saúde e segurança, as pessoas responsáveis por esse descarte não têm considerado os impactos dessa ação na saúde de outras pessoas (considerando que muitas dessas luvas e máscaras estão potencialmente contaminadas) e nem dos ecossistemas.

Luvas e máscaras, assim como qualquer outro tipo de lixo, quando descartadas em vias públicas, podem ser transportadas a outros ambientes pelo vento ou pela água da chuva, que as levam até bueiros. Uma vez na tubulação de drenagem pluvial, esses itens são carreados pela água até algum corpo d'água, chegando eventualmente no mar. Nesse ambiente, esse material pode ser transportado por correntes costeiras para outros locais, permanecendo na coluna d'água ou se depositando na areia das praias ou no fundo marinho. Considerando o potencial risco à saúde humana, felizmente esses materiais apresentam baixo risco de contaminação biológica para outras pessoas. Um estudo publicado recentemente indicou que o novo coronavírus resiste apenas 72 horas na superfície do plástico antes de se tornar inativo, sendo que esse tempo pode ser ainda menor quando em contato com a água do mar. No entanto, uma vez no mar e nas praias, essas luvas e máscaras, mesmo que descontaminadas, representam um perigo importante. Esse material poderá ser ingerido por uma gama de organismos marinhos como aves, tartarugas e peixes. Além disso, como a composição desse material é sintética, muitas vezes contendo polímeros como o polipropileno, por exemplo, a interação com a água do mar, com o sedimento e



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

particularmente a exposição ao sol levará à sua degradação, dando origem aos microplásticos secundários, o deixando disponível para ser ingerido por organismos menores. Em outras palavras, a entrada de mais esse tipo de lixo no mar seria uma infeliz contribuição para um problema já grande e de difícil solução: a entrada constante de plástico no mar.

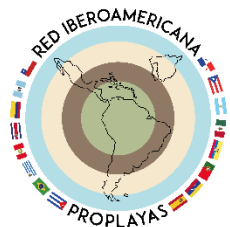
A presença de máscaras cirúrgicas e luvas descartáveis em praias e águas costeiras têm sido relatada em diferentes locais do planeta como Hong Kong, EUA, Itália, Espanha dentre outros, como mostra a iniciativa #theGloveChallenge. No Brasil, apesar de ainda não diretamente avaliado, a mídia tem alertado para o problema potencial da poluição dos mares e oceanos como consequência do descarte inadequado desses itens.

Somado às máscaras e luvas, o aumento no consumo de descartáveis como consequência do aquecimento no mercado de entrega em domicílio de alimentos e produtos comprados online também é um fator preocupante. No mundo, menos de 10% de todo o plástico consumido é reciclado. No Brasil, essa realidade não é diferente, representando ínfimo 1%. De toda forma, temendo risco de contaminação de seus funcionários, serviços de reciclagem em diversas cidades estão suspensos. Nosso ínfimo 1% está cada vez mais próximo do 0%. Espera-se que o aumento na geração desse tipo de resíduo e a falta de opções para coleta seletiva implicarão em um maior aporte para os lixões e aterros sanitários. Desse modo, a destinação inadequada desse tipo de material somada ao descarte incorreto poderão levar a um maior aporte de lixo plástico nas praias do país.

O lixo nas praias também representa um problema econômico. Um possível aumento no aporte dos itens discutidos anteriormente,

pode comprometer a beleza cênica das praias turísticas. Isso representaria um potencial risco de redução na procura dos turistas pelas praias mais impactadas. Para evitar tal impacto, perante uma incapacidade de combater as fontes, muitas vezes os governos locais, responsáveis pela limpeza e manutenção das praias, se verão obrigados a destinar mais recursos para garantir a limpeza da faixa de areia.

Durantes os meses de confinamento e nos meses subsequentes, é possível que haja outra alteração na composição do tipo de lixo encontrado nas praias. Enquanto que durante os meses de verão (e durante o ano todo, em algumas regiões do Brasil) a ocorrência de canudos, copos plásticos, embalagens de alimentos e tampinhas de bebidas na faixa de areia é lamentavelmente comum, representando um reflexo dos usos daquele ambiente pelos banhistas, a ausência de pessoas nas praias traz consequências diretas na composição do lixo encontrado nesses ambientes. Uma avaliação realizada pela prefeitura de Santos-SP mostrou que a faixa seca de areia tem apresentado menores concentrações de plásticos e outros resíduos que habitualmente encontradas. É justamente nessa faixa seca de areia onde a maioria dos banhistas e barracas de praia se instalam normalmente. Por outro lado, a linha de detritos depositados pela maré tem apresentado concentrações e características similares às daquelas dos períodos anteriores, mostrando que o lixo oriundo de fontes não pontuais continua aportando nas praias. Além dessa diferença de zonas da praia com mais ou menos resíduos durante esse período de uso restrito do ambiente, observou-se que os tipos de itens corroboram com a correlação presença humana vs. lixo encontrado na praia. Itens de



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

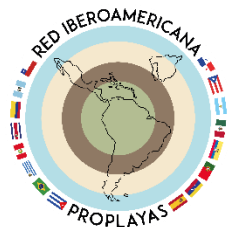
consumo local como copos plásticos, canudos e bitucas de cigarro diminuíram, enquanto itens trazidos pelas correntes do mar e estuário, representados principalmente por embalagens de alimento, madeira processada e resíduos domésticos em geral, seguiram presentes. É razoável esperar padrões semelhantes em praias turísticas de outros estados do país além de um possível aumento na ocorrência de máscaras e luvas cirúrgicas.

Essa discussão pode ser encarada como uma oportunidade de reflexão da sociedade como um todo e dos tomadores de decisão sobre a necessidade urgente de se combater as fontes de lixo, prevenindo sua chegada no ambiente marinho. Já é tempo de deixarmos de focar apenas na limpeza e remoção dos resíduos que já atingiram os ambientes costeiros. Esse esforço deve ser combinado com um combate sistêmico e efetivo às fontes pontuais e não pontuais de poluição através do envolvimento dos diferentes atores sociais de cada região (poder público, ONGs, sociedade civil organizada, setor privado etc.) e da comunidade como um todo por meio de ações de conscientização, educação ambiental e estratégias para garantir saneamento básico amplo e gestão adequada de resíduos sólidos.

*no Mar para São Paulo (PEMALM-SP).
carlaelliff@gmail.com*

¹ *Oceanógrafo, professor adjunto no Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (CECLIMAR), Departamento Interdisciplinar, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Campus Litoral (UFRGS Litoral).
gerson.fernandino@ufrgs.br*

² *Oceanógrafa, pós-doutoranda no Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (Brasil). Membro da equipe do projeto Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de Lixo*



14. Bernardo Daniel Taverna & Cecilia Lucía Mantecón: Reflexiones sobre el avance de la pandemia de COVID -19 y el ecosistema costero. Posibles consecuencias del impacto antrópico

AREA DE EXPERTICIA: Ecología Ambiental, Impacto antrópico, Derecho Ambiental

NODO PROPLAYAS: C-28 - ARGENTINA

La pandemia que se está padeciendo durante este año de 2020 ha puesto en contexto un conjunto de elementos sociales y naturales que revelan la precariedad de las acciones de contención del hombre, para atender a los infortunios que vienen desde el universo natural.

Estamos ante una situación nueva donde la dinámica antrópica ha variado grandemente considerando las cuarentenas y restricciones que han determinado en varios Estados en distintas partes del mundo. Ante este escenario de disminución de la actividad humana, muchos factores aparecen para evaluar. Uno de los más importantes corresponde con el de la presión antrópica.

El sostenido detenimiento de la actividad humana nos ha revelado un paradigma nuevo, del cual estamos siendo testigos de primera fila resultado una recuperación ambiental sin precedentes. Donde somos espectadores del aclarado de las aguas, de la limpieza de la polución aérea, e incluso de la recuperación de territorio por parte de distintas especies animales. Todos estos hechos, nos obligan a

repensar la capacidad de resiliencia que poseen los ecosistemas.

Con esto queremos decir que, es claro entonces que los ecosistemas no se comportan como frágiles vasijas de porcelana que al menor contacto elevado se romperán y no se podrá reparar el error. La naturaleza posee un alto poder de resiliencia, poniendo al descubierto en estos eventos, que el problema es que las actividades humanas poseen una presión sostenida de los ambientes que los fuerza a permanecer en un nivel de baja conservación de biodiversidad.

De este modo, se puede decir que, una disminución de la presión antrópica se traduce en una recuperación de ambientes y en una mejor sostenibilidad de los mismos, asociado también a la conservación de una biodiversidad más elevada. Asimismo, podemos afirmar que la velocidad de este tipo de acciones es bastante rápida con lo cual los resultados serían evidentes en un tiempo cercano.

En este marco, al recuperar la integridad de los ambientes naturales, también se recuperan las capacidades de los ecosistemas de afrontar impactos naturales. Funciones como, por ejemplo la función de sumidero, se recuperarán o al menos mejorarán. Esto nos lleva a repensar el concepto de servicio ecosistémico, ya no desde un punto de vista del rinde del mismo, sino como las funciones naturales de las cuáles nos podemos valer al permitir desarrollar los ambientes.

Así podremos llevar adelante un modo de vida más sustentable adecuado con los programas internacionales de sostenibilidad ambiental, incluso acercarnos a los objetivos de desarrollo sostenible impuestos por la Organización de las Naciones Unidas.



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

Página | 72

De toda la biodiversidad de ecosistemas, los ambientes más susceptibles son aquellos que son más dinámicos. Entendemos por ambientes dinámicos a aquellos en los que sus componentes pueden sufrir modificaciones a alta velocidad. En esta clase de ambientes, las modificaciones más pequeñas pueden desequilibrar fácilmente los componentes naturales desarrollando una nueva naturalidad alejada de su biodiversidad original y modificando rápidamente sus funciones pasivas y su capacidad de resiliencia.

La playa corresponde con uno de estos ecosistemas dinámicos, por lo que debe recibir especial atención. El ecosistema playero, puede ser considerado como un ecotono entre el continente y el mar, por lo tanto es una zona de transición con alta energía que posee una comunidad grande pero cuyos elementos son susceptibles.

Por otra parte, también corresponde con uno de los elementos turísticos más explotados del ambiente natural por lo que la cantidad de gente que se da cita en estos lugares es muy elevada superando muchas veces su capacidad de carga. Es claro que la gente con el tiempo debe poder retomar sus costumbres habituales y asistir a las playas, es necesario como parte del disfrute y esparcimiento adecuado de todos los ciudadanos. Sin embargo, el punto más alto de este brote pandémico está aún por llegar por lo que restricciones deben tomarse.

La preocupación que surge de este escenario es la habilidad de llevar adelante medidas tendientes a evitar la proyección exponencial de la pandemia, permitiendo a la gente recuperar adecuadamente sus rutinas habituales y su descanso, pero sin comprometer bajo ningún aspecto la integridad ecosistémica de los ambientes que se están recuperando.

Repensar el turismo en tiempos del COVID-19, hace que aparezcan una cantidad de interrogantes difíciles de dilucidar. ¿Cómo serán las condiciones de retorno a las playas? ¿Habrán que usar barbijo en cualquier lugar público? ¿Aumentará, el residuo de barbijo y elementos sanitarios en las playas? ¿Cómo nos paramos ante estas posibilidades?

Es una necesidad la transdisciplinariedad en estos momentos para encontrar respuestas superadoras, de modo tal que se desarrollen medidas acordes a la situación que favorezcan también la sostenibilidad ambiental.

A estos aspectos consideramos correcto, hacer una evaluación de qué tipo de playas deben ser habilitadas primeramente y que tal vez no todos los balnearios deban ser abiertos de forma conjunta, este hecho tendría una doble repercusión positiva, primeramente colaboraría con el distanciamiento entre personas, como es la recomendación de las autoridades sanitarias, pero además, ofrecería zonas buffer que funcionarían como refugio de elementos naturales recuperados favoreciendo la representación de una mayor cantidad de elementos de la memoria ecosistema de estos hábitats.

A estos respectos, es fundamental también el aporte desde la ciencia del Derecho, ya que las medidas sostenidas desde los conocimientos de las ciencias exactas y naturales podrán ser receptadas por un marco legal adecuado, de modo tal, que se pueda normar el retorno de las personas a los destinos turísticos contemplando todas las dimensiones involucradas, la social, la pública, la sanitaria y la ambiental en una situación de pandemia en primera instancia, pero teniendo en cuenta los comportamientos de los ecosistemas para evaluar y poder elaborar y proyectar conductas antrópicas que



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

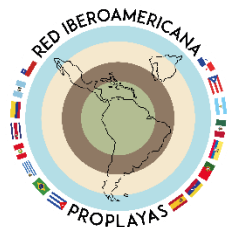
permitan una mejor resiliencia en los mismos. La disciplina de Derecho se vuelve entonces, una herramienta de gran alcance para establecer un carácter de orden para los procesos que vienen.

Exhortamos desde este lugar, al estudio sostenido de las condiciones ambientales actuales de las playas y balnearios de las distintas localidades, a fin de asegurar un turismo seguro, sin comprometer en el proceso la calidad ambiental de los mismos.

Página | 73

¹ *Licenciado en Ciencias Biológicas. Becario de la Comisión de Investigaciones Científicas de la Provincia de Buenos Aires. Desempeña tareas en Ecología Ambiental en el Instituto de Geología de Costas y del Cuaternario – UNMDP*

² *Abogada y Doctora en Derecho, Pos doctoral Conicet (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas) Grupo “Geología Ambiental” del Instituto de Geología de Costas y del Cuaternario (UNMDP- CIC) Investigadora UBACyT (UBA). Docente UNMDP /UTN. cetecon@hotmail.com*



15. Eduardo A. Vallarino: La contaminación costera en el marco de la pandemia por COVID-19

ÁREA DE EXPERTICIA: Contaminación /Manejo integrado de zonas costeras

NODO PROPLAYAS: C28 - ARGENTINA

Y el planeta un día se detuvo. El sistema en funcionamiento de un mundo integrado, globalizado y pujante (en términos absolutos), dio lugar en muy poco tiempo a un mundo fragmentado e incierto. Donde los seres humanos tememos a una amenaza desconocida e invisible a nuestros ojos, generando incertidumbre hacia el futuro.

Paradójicamente, la amenaza que representa para el ser humano el SARS-COV-2 fue una buena noticia para el medio ambiente. La paralización de la actividad de gran parte de las industrias del mundo, automóviles, barcos y aviones redujo la contaminación del planeta. Así es como pudimos ver imágenes de playas vacías, grandes cantidades de aves, mamíferos y reptiles acercándose a las costas. Esto nos hace bien al alma y en muchos casos, desde una visión optimista, nos estimula a creer que un mundo distinto es posible.

Sin embargo, seríamos inocentes si creyéramos que esta imagen de un medio ambiente “más natural” es suficiente para producir un cambio de actitud frente a la agresión constante que sufre nuestro planeta día a día.

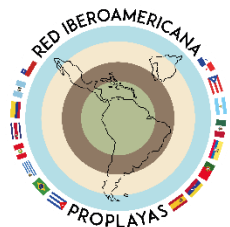
Me pregunto solo a modo de reflexión, ¿Por qué razón cambiaríamos?, ¿Estamos convencidos de que el modelo de desarrollo mundial es el correcto?, ¿Creemos realmente que estamos

haciendo las cosas ambientalmente bien?, ¿El modelo de explotación de recursos al que estamos lanzados es equitativo y equilibrado ética, social y ambientalmente?.

Debatir sobre estas cuestiones no es el objetivo de este artículo, pero podría ser el punto de partida para centrarnos en la problemática de la contaminación de las playas hoy y después de esta pandemia.

Sabemos que la contaminación de las costas es una consecuencia del modelo de desarrollo industrial de postguerra. Si bien este concepto fue modificándose con el tiempo, la gran mayoría de las costas sufre la explotación de los recursos y recibe gran cantidad de desechos contaminantes. El ambiente costero aparece raramente en la ecuación de desarrollo urbano y en general lo hace como un insumo renovable e inagotable, capaz de procesar todo lo que recibe.

A raíz de esta pandemia producida por el COVID 19 podemos ver como la cantidad de basura y de vertidos industriales se redujo en las playas. Sin embargo otros problemas ambientales de las costas continúan igual. En nuestra región los efluentes cloacales urbanos aún siguen vertiendo gran cantidad de desechos (muchos de ellos sin tratamiento) a las zonas costeras. Los bañistas saben que pueden sufrir erupciones cutáneas, enfermedades estomacales e infecciones graves de los oídos y las vías respiratorias si entran al agua dentro de los tres días posteriores a una fuerte lluvia, debido a las bacterias y los agentes patógenos que son arrastrados por ríos y arroyos, efluentes pluviales y cloacales hacia el mar. El nivel de contaminación producido por estos efluentes y sus efectos sobre la salud parece complejizarse ante la presencia del nuevo coronavirus.



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

Página | 75

Es muy pronto para tener estudios científicos sobre el tema. Pero algunos investigadores advierten sobre la presencia del SARS-COV-2 en efluentes cloacales vertidos en zonas costeras y se piensa que este virus es lo suficientemente liviano como para flotar en el aire en el rocío (aerosol) producido por el oleaje mucho más lejos de lo que pensamos, junto a todo tipo de partículas y patógenos microscópicos al igual que lo hace por medio de los estornudos y la tos.

No debemos olvidar que la contaminación que vemos hoy en las costas es la consecuencia de las decisiones tomadas tiempo atrás. El desafío que se presenta ante los funcionarios es inmenso y no menor. Algunas cuestiones son de larga data como las de los residuos o los efluentes y otras nuevas como las relacionadas a la pandemia del COVID 19. Las decisiones políticas y administrativas que tomen los funcionarios con respecto a la salida de la cuarentena en cada región definirán cuestiones sanitarias, sociales, económicas y ecológicas. Desgraciadamente las experiencias de la humanidad no son muy auspiciosas para ninguna de las áreas mencionadas.

Si nos remitimos a lo sucedido como consecuencia de la gran crisis inmobiliaria y financiera de 2008, considerada como la más grave en el mundo después de la de 1929. Esta crisis causada por la burbuja inmobiliaria en Estados Unidos, fue de orden financiero y se trasladó a otras partes del mundo para convertirse en una convulsión económica de proporciones globales. La reconfiguración social, económica y política y ambiental después de la crisis de 2008 fue muy negativa, profundizando la desigualdad social y recalentando el planeta. Algunos científicos consideran que los virus que vienen azotando a

la humanidad en los últimos tiempos son producto de estas crisis y están directamente asociados a la destrucción de los ecosistemas, a la deforestación y a la instalación de monocultivos.

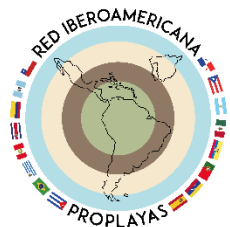
Quizá el enemigo visible sea el virus, sin embargo, ¿cuánto de lo que sucede no es consecuencia de una explotación desmedida y descuidada de la naturaleza?

¿Seremos capaces de considerar al ambiente en el diseño, la planificación y el reordenamiento de las áreas costeras luego de esta crisis?, ¿Qué peso tienen las cuestiones ambientales frente a la recuperación económica del turismo de sol y playa?

Ya se está reiniciando un nuevo ciclo de este proceso, cuyo único eje de discusión es el económico. No vemos en los discursos de los empresarios, líderes comunitarios ni líderes políticos un abordaje que contemple el cuidado del medio ambiente, por lo que si no actuamos rápidamente veremos un aumento de los contaminantes, una mayor acidificación del océano, erosión y cambio de las áreas costeras debido al cambio climático.

El COVID 19 puso en evidencia la importancia de la ciencia y la investigación en nuestras vidas, tomando sus directrices y opiniones como políticas públicas y salvando vidas. Las voces y la experiencia de los investigadores serán cada vez más necesarias para colocar en la agenda pública el manejo de los ecosistemas costeros.

Si nos focalizamos sólo en la contaminación costera (y en el virus) estamos pensando en el síntoma, pero no en las causas del problema, ya que el modelo de producción sobreexplota los ecosistemas sin medir consecuencias. Deberíamos incorporar al medio ambiente en la discusión de la agenda pública, ya que de otra



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

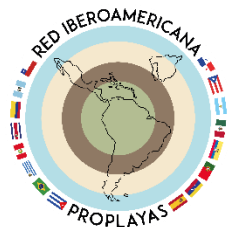
- Cenários & Recomendações -

forma será difícil estar preparados para escenarios futuros de gran complejidad ambiental como lo es el cambio climático. Es de esperar que esta crisis nos dé la claridad para imaginar una profunda transformación socio económica que contenga al ambiente en su diseño, generando cambios de fondo inimaginables.

La historia nos juega en contra, a modo de ejemplo en algunas playas ya están apareciendo gran cantidad de barbijos como residuos y hay preocupación por las grandes cantidades de desinfectantes que se vuelcan en las calles y van a parar a las costas de ríos y mares sin evaluar sus consecuencias.

Permítanme creer que somos capaces de diseñar agendas locales, regionales y nacionales de la zona costera con políticas públicas sostenibles, basadas en un desarrollo económico con equidad social y cuidado ambiental de nuestras costas. ¿Seremos capaces de cambiar la historia?

** Experto en temas de contaminación y manejo integrado de la zona costera. Dr. En Biología, Investigador y docente de la Facultad de Cs, Exactas y Naturales de la Universidad Nacional de Mar del Plata y del Instituto de Investigaciones Marinas y Costeras (IIMC). Argentina. evallari@mdp.edu.ar*



16. Claudia Díaz Mendoza: Lineamientos para una gestión ambiental de residuos sólidos responsable en playas turísticas en etapa post COVID- 19

ÁREA DE EXPERTICIA: Residuos Sólidos en Playas Turísticas

NODO PROPLAYAS: C57 - COLOMBIA

Las playas turísticas son ecosistemas frágiles que el hombre ha utilizado, aprovechando los servicios ecosistémicos que éstas aportan, es común encontrar playas que son escenarios de actividades de pesca, deportes náuticos ó simplemente actividades de ocio propias del turismo de sol y playa; con esto confirmando servicios ecosistémicos de suministro, regulación y culturales de este valioso recurso. Si bien son muchos los beneficios que la playa nos provee, también es cierto que están sometidas a presiones, entre ellas y quizás una que no podemos dejar pasar es la de los residuos sólidos.

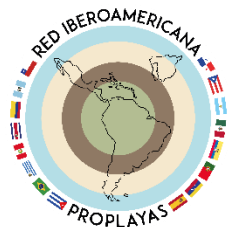
Los residuos sólidos, conocidos en muchos contextos como basuras ó desechos marinos, son materiales manufacturados o procesados, que como generadores dejamos en abandono en el medio marino costero y que por sus condiciones de persistencia, representan una fuente de ingreso de contaminación y una preocupación económica a nivel mundial. Son muchos los residuos que encontramos dispuestos en la arena de la playa ó flotando en el mar; esta problemática es conocida y de hecho, ha sido motivo de investigación en muchos países la disposición inadecuada en las

playas de materiales como el plástico, las colillas de cigarrillo, el papel, el cartón entre muchos otros desechos, que llegan por diferentes medios a estos ecosistemas (usuarios, vertimientos de sistemas de drenaje, dinámicas marinas, el viento, entre otras).

En esta época donde la pandemia por COVID-19, nos ha llevado a tomar medidas como el aislamiento preventivo obligatorio, se han generado espacios para la reflexión y el análisis del cambio evidenciado a nivel del ambiente, atribuido a la ausencia de actividades humanas consideradas como cotidianas; pero que contribuyen en un alto porcentaje a la presión que se ejerce sobre los ecosistemas y en especial sobre ecosistemas marino costeros. Es motivo de preocupación observar el gran incremento en materiales desechables que por motivos de seguridad deben ser incorporados ahora a nuestras prendas de vestir, tapabocas, guantes de látex, máscaras de protección y en general, el uso de gel antibacterial, jabones y alcohol, nos hace pensar que inevitablemente el aumento de residuos con potencial de llegar al mar como macro o microplásticos es una posibilidad cada vez más evidente.

Es por esta posibilidad cada vez más cercana de incremento en la generación de residuos sólidos con potencial de llegar a ecosistemas marino costeros, que debe existir una ciudadanía comprometida, empoderada de su autocuidado, pero también preparada para un consumo responsable, que esté alineada con los Objetivos de Desarrollo Sostenible y con la adecuada gestión de sus residuos, que estábamos trabajando de manera solidaria en Colombia antes de la llegada de la Pandemia por COVID-19.

En este momento el lineamiento estratégico debe ir orientado a mecanismos de educación



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

Página | 78

ambiental para la sostenibilidad, implementar acciones de gestión orientadas a la separación eficiente de residuos en la fuente, mecanismos de almacenamiento seguro de residuos para poder recuperar los residuos aprovechables; recolección y transporte selectivo para evitar la mezcla y pérdida de residuos aprovechables durante el transporte. Finalmente realizar una disposición final adecuada de aquellos residuos que no sean susceptibles de aprovechamiento u otro tipo de valorización.

Otra de las estrategias debe ir encaminada al fortalecimiento de la investigación, en la comprensión del impacto significativo que representa la presencia de residuos sólidos en las playas; como ejemplo claro se puede relacionar presencia de plásticos, colillas de cigarrillos y microplásticos por su potencial de formar biofilms en la proliferación de microorganismos patógenos para el ser humano, o su relación con metales pesados considerados tóxicos para el hombre y los ecosistemas. Así mismo se debería aprovechar la coyuntura del momento, en donde se reestablecerán las actividades económicas incluido el turismo de una manera paulatina, para acondicionar infraestructura de contenedores o depósitos de residuos, con la correcta escala de colores de acuerdo a la Normatividad del país, incluir mecanismos de regulación de consumo de cigarrillos en playas, como ejemplo se podrían incluir zonas para fumadores o dispositivos para recolección de colillas. Adicional, realizar el análisis de la frecuencia y mecanismos de limpieza de playa, así como la organización y capacitación del personal de atención en las playas frente a la gestión de los residuos.

El compromiso de la ciudadanía frente a la gestión de los residuos sólidos, permitirá disfrutar de los servicios ecosistémicos de las

playas en forma responsable. Ahora tenemos una nueva oportunidad de interacción con el ambiente, que nace a partir de un momento de Crisis o de emergencia sanitaria, que nos puso a reflexionar sobre la fragilidad humana frente a microorganismos que nos rodean de forma imperceptible, pero con el impacto letal a la salud; que puso al hombre en un estado de aislamiento, estado actual que le concede el beneficio a los ecosistemas para ser resilientes y buscar un equilibrio frente a los impactos de origen antrópico que han sido persistentes a través de muchos años.

Finalmente, la invitación es a hacer un consumo responsable, sostenible y una gestión de residuos que propenda por la protección de los ecosistemas marino costeros.

** Experta en temas de residuos sólidos en playas turísticas. Candidata a PhD en Ingeniería (Colombia). Profesora en gestión de residuos sólidos y geotecnia ambiental, Universidad Tecnológica de Bolívar. cdiaz@utb.edu.co*



17. Gustavo Eugenio Echeverri Jaramillo: COVID-19: miradas desde la salud ambiental en playas y acciones para su control, investigación y desarrollo

AREA DE EXPERTICIA: Salud y Microbiología Ambiental. Biotecnología Microbiana. Ecotoxicología Microbiana.

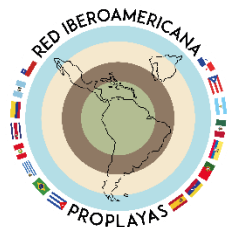
NODO PROPLAYAS: C06 - COLOMBIA

Las playas son ecosistemas costeros de gran importancia, en donde confluyen ecosistemas acuáticos y terrestres, que pueden ser delimitados a través de diferentes zonas para una mejor gestión, encontrando zonas submareal, intermareal y supramareal. También se emplean términos de playa sumergida y playa emergida, en donde a través del ordenamiento de playas se delimitan zonas paralelas o perpendiculares a la línea de costa (zona de servicios turísticos, zona de sistema de enlace y articulación del espacio público, zona de transición, zona de reposo, zona activa, zona de bañistas, zona de deportes náuticos y zona para el tránsito de embarcaciones), que se dan de acuerdo a la tipología y dimensiones de la playa. Lo anterior, permite ver la complejidad y dinámica de estas zonas al intervenir el ser humano. Cualquier intervención natural o antrópica puede generar un desequilibrio, afectando el medio ambiente y los seres vivos, incluido el hombre. Todas las actividades cotidianas o productivas de este, además de estar transformando materiales del ecosistema, generan residuos sólidos, líquidos o gaseosos que contaminan agua, aire o suelos.

La contaminación marina a nivel mundial es un problema de gran magnitud que muchas organizaciones están velando para su control, como la ONU (Organización de Naciones Unidas), en la parte de salud con OMS (Organización Mundial de la Salud) y en medio ambiente con PNUMA (Programa de Naciones Unidas para el Medio Ambiente), OCDE, EPA en Estados Unidos, entre otros. En Colombia esta problemática de contaminación esta referenciada frente a muchos sectores como el de Salud Pública, donde el CONPES 3550 de 2008 aborda los componentes de Salud Ambiental. Desde el componente de medio ambiente, se visualiza como un derecho fundamental el de tener un ambiente sano, y el sistema nacional ambiental a través del Ministerio de Medio Ambiente, con las Corporaciones Ambientales en el control de impactos, así como la contaminación marina también es vigilada por la DIMAR (Dirección Marítima), incluyendo los sectores productivos relacionados al turismo, y representados por la ANDI, ACOPI, CAMACOL, entre otros.

Al vincular el ser humano como generador de impacto al medio ambiente, y a su vez como impactado a través de factores de riesgo o determinantes de salud, se establecen algunos fundamentos de la Salud Pública como son los de causalidad, de prevención de salud y de promoción de la enfermedad. El estudio de playas y otros ecosistemas costeros impactados con factores de riesgo biológico como son los microorganismos, permiten ver la importancia y complejidad a un problema causado por factores de riesgo invisibles y de baja percepción.

Las infecciones microbianas por microorganismos patógenos es un problema de Salud Pública Ambiental, encontrando en la



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

literatura algunos estudios como su relación con el riesgo de salud y contaminación de playas recreacionales, relacionando indicadores fecales de calidad de aguas con riesgo de salud en playas, encontrando indicadores microbiológicos para evaluar el riesgo de salud a exposición de aguas marinas, relacionamiento de la calidad de agua asociado a riesgo de enfermedad en bañistas, encontrando efectos de salud por exposición a contaminantes microbianos en aguas marinas recreacionales, integrando microorganismos en playas con medio ambiente, ecología y salud pública, haciendo screening de microorganismos de playas y sus implicaciones con salud pública, mostrando microorganismos en playas contaminadas por animales, aplicando metagenómica en detección de patógenos en salud pública, encontrando infecciones causadas por exposición humana a bacterias resistentes a antibióticos en aguas de baño costeras, así como otras investigaciones, en donde este perfil de investigaciones debe ir siendo abordado con el Covid-19.

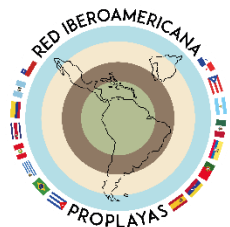
En definitiva, las playas representan un espacio de recreación y esparcimiento, al estar en zonas urbanas o rurales y de alta concentración de personas, que son frecuentadas durante todo el año, siendo un área de riesgo para transmisión de enfermedades infecciosas como el Covid-19.

Los microorganismos como seres vivos y que interactúan con otros sistemas bióticos y abióticos en diferentes ecosistemas, pueden ser vistos desde una mirada ecológica, permitiendo conocer la biodiversidad microbiana en suelos, sedimentos y aguas. Esta mirada, potencializa la ecología microbiana, en donde pueden buscarse y caracterizarse microorganismos incluido el virus Covid-19, en diferentes ecosistemas, pudiendo determinar una

distribución geográfica en cualquier lugar. Lo anterior, implica la implementación de nuevas técnicas de detección que sean sensibles, rápidas y económicas, propiciando la investigación y el desarrollo en este campo.

Así mismo, algunos microorganismos en estos ecosistemas, son agentes patógenos que producen infecciones, como el nuevo coronavirus Sars-Cov-2 (Síndrome Respiratorio Agudo Severo del coronavirus 2), también conocido como Covid-19, siendo tema de prioridad para la Salud Pública Ambiental. Esta, es una percepción o mirada maléfica de los microorganismos, pues afectan a los seres vivos, manifestándose como enfermedades infecciosas en diferentes grados de efecto. La salud ambiental, como parte de la salud pública, considera a los microorganismos como factores de riesgo o determinantes de salud biológicos, en donde los componentes de contaminación de aire, agua, residuos sólidos, alimentos, entorno de viviendas, turismo, transporte y playas, entre otros, deben ser tenidos en cuenta para su control y prevención. Las prácticas ambientales que impactan en la calidad ambiental de las playas y de igual forma en la comunidad académica y los entes gubernamentales implicados en la vigilancia de la calidad ambiental de estos ecosistemas.

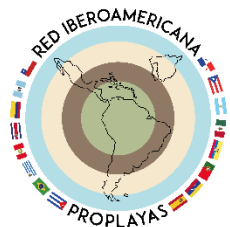
La contaminación microbiológica en playas, aborda un cuidado ambiental de los turistas y ciudadanos, y los programas de monitoreo ambiental se hacen importantes, sometidos a técnicas recomendadas y estandarizadas, teniendo la necesidad de buscar otras de tipo molecular o bioquímico rápidas que generen resultados en el menor tiempo posible, para hacer gestión adecuada, que implicarían análisis de varios indicadores simultáneamente. Colciencias a través de la política de ciencia,



tecnología e innovación, con la Ley 1286 de 2009 y actualmente con el nuevo Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación dado por la Ley 1951 de 2019 y el Decreto 2226 de 2019, propicia el desarrollo de CTI (Ciencia, Tecnología e Innovación) en las instituciones de educación superior, que con sus grupos de investigación, contribuirán y fortalecerán el desarrollo de esta área de investigación en beneficio de la sociedad. La investigación en esta área, permite fortalecer el desarrollo de nuevas técnicas analíticas, así como de biosensores de célula completa o enzimática, para la detección de microorganismos patógenos, incluido el Covid-19.

Sin embargo, desde una mirada benéfica, en donde el aprovechamiento de microorganismos que se encuentran en diferentes ecosistemas ha sido incluido en un área de investigación interdisciplinar emergente de la toxicología llamada “Ecotoxicología Microbiana”, que pretende estudiar el impacto de los compuestos químicos a escala microbiana, como su diversidad, abundancia o actividad, como su rol en los procesos ecodinámicos de los contaminantes, así como su fuente, su transferencia, degradación y/o transformación, que permiten monitorear, ver calidad ambiental y restauración de sitios contaminados, a través de la biorremediación donde se aprovechan los microorganismos por su potencial de biodegradación.

* *PhD (c) Toxicología Ambiental. MSc. Tecnología Química. Bacteriólogo. Coordinador línea de investigación de procesos biológicos y biotecnología, Grupo GIMA, Universidad de San Buenaventura, Cartagena.*
gustavo.echeverri@gmail.com



18. Ganiveth Manjarrez Paba: Impacto del COVID-19 sobre la Calidad sanitaria de playas turísticas: Una reflexión desde la microbiología

ÁREA DE EXPERTICIA: Microbiología ambiental
de playas turísticas

NODO PROPLAYAS: C05 - COLOMBIA

Un día de diversión en la playa una vez sean levantadas las medidas de aislamiento preventivo y cuarentena, tal vez sea uno de los planes más deseados por las familias que han tenido que refugiarse en sus hogares para prevenir el contagio por el nuevo Coronavirus SARS-CoV-2, que a la fecha ha infectado más de 2.622.571 personas, dejando cerca de 183.000 víctimas mortales alrededor del mundo. Sin embargo, este plan de esparcimiento familiar ¿será completamente seguro? vale la pena preguntarse ¿Se constituye el nuevo Coronavirus SARS-CoV-2 en un riesgo para la salud de los usuarios de playas turísticas?.

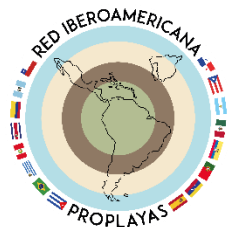
Si bien, las playas turísticas deben ofrecer seguridad de que las actividades recreativas que involucran exposición a la arena y al agua de mar, no representan riesgo para la salud; en estos momentos, frente a una pandemia cuya acelerada propagación ha sido relacionada con factores biológicos, sociales y ambientales, esta seguridad se ve vulnerada. Lo anterior se constituye en un verdadero desafío para las autoridades sanitarias y ambientales quienes, por el bienestar de los turistas, nativos y personal de servicios turísticos, podrían considerar la implementación de un sistema especial de vigilancia que integre la detección de casos positivos en seres humanos articulado

con protocolos de monitoreo y detección del virus en el ambiente; priorizando áreas de alta afluencia de personas como las playas.

El problema es que en Colombia, los monitoreos de calidad del agua marino costeras incluyen la medición de variables fisicoquímicas, contaminantes orgánicos, metales pesados disueltos, y como parámetros microbiológicos solo el recuento de bacterias Coliformes totales, Coliformes fecales y Enterococos, tal como lo definen los estándares de calidad para aguas recreativas de contacto primario. Además de las limitaciones en la frecuencia y parámetros contemplados en los monitoreos, es habitual encontrar playas receptoras de desagües de plantas de tratamiento de aguas residuales domésticas o industriales, sin tratar o parcialmente tratadas, que llegan directamente al mar y se constituyen en fuentes contaminantes de patógenos.

Los resultados de los monitoreos microbiológicos actuales solo nos indican contaminación fecal y posibles asociaciones entre enfermedades gastrointestinales (EGI) en bañistas con la presencia de bacterias altamente patógenas como *Escherichia coli* O:157, pero dejan por fuera la posibilidad de relacionar otras causas de gastroenteritis como las ocasionadas por Enterovirus y Rotavirus. También se ha asociado la aparición de brotes de enfermedades respiratorias febriles agudas (ERFA) en bañistas expuestos a virus como adenovirus, rinovirus y virus de la influenza, especialmente en niños y ancianos.

Y es que los virus son microorganismos con propiedades super poderosas, pues a pesar de las condiciones hostiles del ambiente marino, pueden mantener su capacidad infecciosa en el agua durante periodos prolongados, resistir a los procesos de tratamiento y permanecer



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

asociados a los sólidos suspendidos del agua y al material particulado de la arena, lo que incrementa la posibilidad de exposición por contacto. Con estos antecedentes, y como consecuencia de la actual pandemia, el monitoreo de la concentración de partículas víricas y marcadores genéticos en el agua y arena de las playas se hace relevante, a pesar de que los procesos de aislamiento, concentración, recuperación y detección viral por métodos inmunológicos o moleculares no son prácticos, ágiles ni económicos.

Entonces, si se llegaran a implementar este tipo de monitoreos en las playas, en un futuro cercano los resultados podrán garantizar a los usuarios su pleno uso con ausencia total de riesgo a contraer COVID-19. Además, orientarán a las autoridades ambientales y a la industria de servicios turísticos acerca de la implementación de estrategias apropiadas de prevención y mitigación, que incluyan el uso de las tecnologías para asegurar el control del número de personas y su acceso a la playa; herramientas de machine learning para predecir el riesgo y transmisión del patógeno en las zonas del espacio costero, estrategias innovadoras para la educación ambiental, el ordenamiento territorial, la reactivación del comercio, entre otros planes y programas.

El COVID-19 ha traído nuevos retos para los científicos que trabajamos alrededor de la gestión integrada del ecosistema marino costero. Los desafíos están enfocados al desarrollo de estudios interdisciplinarios que permitan a través de diferentes áreas del conocimiento esclarecer aspectos aún por develar del comportamiento de este microorganismo en las playas. Por ejemplo, desde la microbiología modelar en este ecosistema las vías de penetración del SARS-

CoV-2 y la capacidad patogénica, desde la oceanografía y la química, determinar el impacto del oleaje, vientos, nivel del mar y variables físico químicas del agua y la arena en la propagación del virus y desde la ecología, establecer la relación del virus con fauna, flora marina y especies planctónicas.

Sea esta la oportunidad para que además de las medidas de emergencia económica, social y ecológica derivada de la pandemia COVID-19, las autoridades puedan gestionar recursos que fortalezcan los lineamientos sectoriales que rigen la gestión de playas turísticas en Colombia, garantizando su uso y permitiendo el disfrute de estos espacios naturales a toda la población.

** Experta en temas de microbiología ambiental asociada a la calidad sanitaria de playas turísticas. Msc en Microbiología y candidata a PhD en Ciencias.*
ganiveth.manjarrez@gmail.com



19. Juan Carlos Valdelamar-Villegas: Uso de surfactantes para el control del Sars-Cov-2 y sus potenciales implicaciones ecotoxicológicas en las playas

ÁREA DE EXPERTICIA: Ecotoxicología

NODO PROPLAYAS: C05 - COLOMBIA

El desarrollo de la actual pandemia ocasionada por el nuevo Coronavirus (Sars-Cov-2), causante de la enfermedad Covid-19, no solo ha transformado la vida de los humanos en el corto plazo, sino que también constituirá en el largo plazo un cambio en cuanto a la forma como estos se relacionaran con su entorno, principalmente en el ámbito sanitario, no en vano, en la actualidad muchas comunidades del mundo han realizado campañas masivas para la desinfección de edificaciones, amoblado urbano y calles, esto para evitar el riesgo de contagio de sus habitantes con partículas virales del Sars-Cov-2, del cual se ha demostrado que puede mantenerse viable y con capacidad de infección entre dos horas en el aire y hasta nueve días en superficies metálicas, como barandas y manijas.

Para la desinfección de los espacios anteriormente mencionados se utilizan convencionalmente desinfectantes a base surfactantes que han tenido un exorbitante incremento en sus ventas (entre 255 y 470%) y en menor medida algunos compuestos derivados de amonio cuaternario, capaces de romper la envoltura que protege el material genético del virus Sars-Cov-2, con lo cual se logra su inactivación. Sin embargo, el efecto deletéreo de las sustancias antes mencionadas no es específico para este virus, ya que también

puede afectar algunos representantes de la biota que habita en los diferentes ecosistemas cercanos a los lugares de dispersión, y otras zonas como son las costeras, hasta donde los ríos y canales transportan estos compuestos contaminantes que pueden generar el fenómeno conocido como síndrome de las costas, caracterizado por la alta acumulación de xenobióticos que ejercen efectos toxicológicos sobre la biodiversidad, alterando con ello la funcionalidad de los ecosistemas costeros, entre estos, las playas.

La presencia de surfactantes empleados para el control del Sars-Cov-2 en ambientes costeros como las playas, puede tener serias implicaciones ecotoxicológicas y ambientales para estos ecosistemas, debido a que algunos de estos contaminantes, como es el caso de los detergentes, tienen la capacidad de disminuir la tensión superficial del agua, facilitando de esta manera la pérdida de oxígeno; igualmente los detergentes pueden destruir la pared celular de las microalgas (fitoplancton) que constituyen los productores primarios encargadas de producir la mayoría del oxígeno presente en el agua. Ambos procesos disminuyen significativamente la oferta de oxígeno, elemento vital para el mantenimiento del resto del entramado trófico presente en estos ecosistemas.

Además de los anteriores efectos, la exposición de pequeños crustáceos durante al menos 48 horas, a una concentración de 15 mg/L de compuestos surfactantes aniónicos, produce la mortalidad de la mitad de sus poblaciones. Igualmente se ha demostrado de manera experimental que los surfactantes afectan negativamente el perfil de los fosfo-metabolitos embrionarios de pequeños crustáceos y con ello muchos procesos intracelulares que inducen



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

estrés oxidativo y en el peor de los casos la muerte celular. Igualmente, los estudios de laboratorio muestran que los peces también se afectan cuando se exponen a surfactantes aniónicos, debido a que estos actúan de manera antagónica sobre la funcionalidad de las enzimas hepáticas encargadas de controlar el estrés oxidativo en las células, pudiendo afectar de esta manera a órganos como las branquias, indispensables para mantener el intercambio gaseoso (respiración) y la excreción de estos animales.

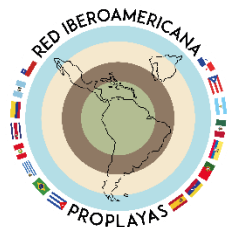
El impacto ecotoxicológico de los compuestos empleados para el control del Sars-Cov-2 sobre la biodiversidad de ecosistemas costeros como las playas, no solo se manifestaría a escala individual o poblacional, sino que estos también podrían generar cambios significativos en la dinámica de estos ecosistemas, debido a la acción deletérea que pueden ejercer sobre los moluscos bivalvos, gusanos poliquetos, equinodermos (estrellas y erizos de mar) y crustáceos (cangrejos y camarones, entre otros), que habitan las zonas infra e intermareal de playas arenosas o rocosas. La reducción de estos grupos animales, disminuiría de manera importante la oferta de sus servicios ecosistémicos, entre los que se destaca el servir como fuente proteica, y como agentes biodepuradores del agua, principalmente en el caso de los bivalvos y poliquetos que logran remover cantidades importantes de materia orgánica, contaminantes químicos y biológicos como las bacterias, protozoarios y virus.

La pérdida de animales como los bivalvos y de gusanos poliquetos, entre otros grupos, que viven en la zona intermareal arenosa y rocosa de las playas, tendría efectos adversos sobre la calidad ambiental de las playas, ya que, ante su ausencia, microorganismos como los

protozoarios y bacterias crecerían de manera descontrolada e imposibilitarían el uso de las playas en un eventual proceso de reapertura al turismo.

Las anteriores consideraciones ponen de manifiesto la necesidad de que las autoridades gubernamentales revisen cuidadosamente la conveniencia de utilizar sustancias a base de surfactantes para la desinfección de espacios públicos en este periodo de pandemia, debido a los impactos que estos podrían tener sobre la biodiversidad de ecosistemas locales o en las zonas costeras, y con ello promover el deterioro de los servicios ecosistémicos de estos ambientes, sobre todo de aquellos que el hombre utiliza para obtener proteína animal y realizar actividades recreativas y de esparcimiento como ocurre con las playas. Algunas de las posibles soluciones a este inconveniente sería la sustitución de surfactantes iónicos, por aquellos de origen biológico como los lipopéptidos iturina y fenicina o el uso de hipoclorito al 0.1%, asperjado mediante dispositivos pulverizadores.

Sin lugar a dudas la pandemia del Sars-Cov-2, aumentará el interés por mejorar algunos campos de investigación pobremente atendidos, como lo ha sido el análisis ecotoxicológico de las playas, a partir del cual se podrían comprender mejor las implicaciones de los impactos ejercidos por los contaminantes químicos y biológicos en el funcionamiento de estos ecosistemas, y la manera como esto puede servir de apoyo para evaluar el riesgo por exposición humana a contaminantes presentes en estos ecosistemas, cuyos resultados podrían ser altamente ponderados en los diferentes índices utilizados para valorar la calidad ambiental de estos espacios.



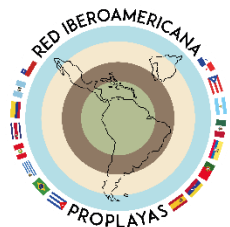
O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

¡La tarea apenas inicia!

** Biólogo, Especialista en Estadística Aplicada,
Magíster en Ciencias Ambientales, candidato a
Doctor en Toxicología Ambiental. Prof.
Fundación Universitaria Tecnológico
Comfenalco. juvaldelamar@gmail.com*

Página | 86



20. María Ángela Botero Saltarén: Sospecha, distanciamiento, percepción de seguridad y otras implicaciones psicosociales de volver a habitar las playas como espacios públicos

ÁREA DE EXPERTICIA: Psicología y educación.

NODO PROPLAYAS: E07 – COLOMBIA/CHILE

Si pensamos en el imaginario social de playa, aquel de las postales, pensaríamos en arena blanca, agua turquesa y nosotros junto a una palmera tomando sol en la inmensidad de la solitaria playa. Pero en realidad el modelo de turismo de sol y playa, implantado por la sociedad de consumo, consta de playas plagadas de personas unas junto a otras, arenas y agua de color modificado por la sobreexplotación, vegetación reemplazada por mega estructuras de cemento y en algunos casos, sobreexposición a contaminación visual y auditiva.

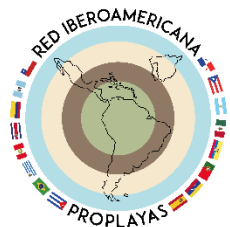
Hasta ahora, las playas están determinados por un modelo de consumo “auto-regulado”, con poca o mucha legislación que necesariamente no se hace cumplir. Unas de las consecuencias de este modelo son: la especulación en los precios de los servicios de playa para poder “asegurar el mejor lugar”, conflictos por el espacio con el vecino muy próximo, sobre oferta de productos y servicios, así como otras escenas comunes en playas que no se caracterizan por su gestión.

Ahora bien, llego el SARS-CoV-2 y con él: confinamiento, cierre de playas,

distanciamiento social, medidas de prevención e higiene, pero sobre todo, llego el miedo. Esa emoción primitiva que viene de nuestro sistema límbico, que está fuertemente ligado a la supervivencia de la especie. Los especialistas sugieren que el miedo que estamos viviendo va a dejar huellas imborrables en nuestro sistema emocional profundo, pues apareció de manera intensa, repentina y fuertemente reforzado por los medios de comunicación.

Ahora tenemos miedo a contagiarnos de Covid-19, a salir a la calle, a tocar el mundo y con el miedo se instaló la sospecha sobre el Otro. Nuestra percepción de seguridad está más baja que nunca, porque cualquier lugar o persona es potencialmente peligrosa. Isabel de Salas Carola, Miembro del Global Foresight Advisory Council advierte que “ante la visión del otro como un arma biológica, estamos dispuestos a aceptar medidas que semanas antes nos hubieran parecido propias de una película distópica o de formas de gobierno dictatoriales. (...) este tipo de medidas intervencionistas sobre la libertad de las personas (que) son más fáciles de aplicar (sobre todo en contextos de emergencia) que de revocar.”

La pandemia también ha sacado a flote lo mejor y lo peor de nuestra especie. Se están viendo gestos de solidaridad sin precedentes, desde empresas con aportes millonarios hasta gestos tan sencillos y valiosos como ayudarlo a nuestro vecino. En la otra cara de la moneda, la reciente conciencia de la interdependencia que tenemos en este mundo globalizado ha hecho que vigilemos al máximo nuestro entorno, pues la irresponsabilidad de unos puede ser la causa de la muerte para otros. Razón por la cual han aumentado las denuncias por violar las medidas de confinamiento, la falta de uso de elementos de protección y el actuar del Estado. Este



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

último, como principal protagonista, pues paso de ser cuestionado como prescindible en un mundo neoliberal, a ser el garante y protector de las naciones.

La repercusión en el turismo de sol y playa se da por la característica de <<espacio público>> de las playas. Los Estados como garantes de nuestra seguridad prohibieron el acceso a las playas y cierre de servicios turísticos. En estos momentos, el sector se está preguntando si se autorizará la apertura de las playas, cómo se hará y bajo qué condiciones. Algunos gobiernos están optando por permitir el mantenimiento, higienización de las playas y sus infraestructuras, otros reabrieron sin ninguna precaución en nombre de la “libertad”, pero en general, las autoridades están haciendo el ejercicio de pensar en esta nueva realidad, preguntándose si deben restringir el número de personas, exigir el distanciamiento social, obligar el uso de elementos de protección, usar “mamparas”, entre otros.

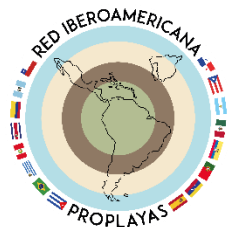
En cuanto a los turistas no saben si es viable la idea de ir a la playa y tratar de mantener la distancia entre una persona y otra, protegerse con mascarilla y guantes donde antes a duras penas se usaban pequeños trajes de baño y pantallas solares, usar un lugar que unos minutos antes pudo haber sido infectado por otro usuario.

¿Cómo hacer para que el miedo y la sospecha no sean los acompañantes en la playa?

Primero, aumentar la sensación de seguridad, para eso se necesita que las autoridades y los proveedores de servicios turísticos participen de la correcta gestión de las playas. Los proveedores ejecutando protocolos y las autoridades regulando y supervisando el cumplimiento.

Siendo co-responsables. Ahora que sabemos que <<Todos somos nosotros>>, tenemos claro que lo que hagamos como individuos sí puede afectar a los otros, por ende, lo que hace quien está a mi lado en la playa tiene consecuencias en mi familia y viceversa. Sin embargo, para no caer en la paranoia y la sospecha, se propone educar en co-responsabilidad, si cada uno de nosotros es responsable, todos somos responsables. Responsables del cuidado personal, del cuidado en el servicio que presto, de mantener las medidas de prevención vigentes, etc. Las playas con certificación en Bandera Azul pueden incluir el tema en sus cronogramas de educación ambiental, así mismo las empresas que trabajan con responsabilidad social empresarial y el sector público en todos sus campos de acción educativos.

En esta misma línea, el mejor aporte de los ciudadanos y los proveedores es ser propositivos. No sirve de mucho quedarnos en casa o ir a la playa a criticar todo lo que se está haciendo sin aportar. Si un usuario ve una situación inadecuada en la playa, que puede poner en peligro a su familia y por ende a todos, es imprescindible que se acerque al responsable o autoridad competente a evidenciarlo y dejar que estas tomen los recaudos pertinentes; sin caer en las acciones de pre-juzgamiento ciudadano o paranoia colectiva. Por otra parte, participar presencial o virtualmente de los consejos locales de planeación o cualquier otro espacio de socialización de decisiones que se están tomando en este momento. Es común quejarse porque siempre se hace lo mismo y salen los mismos, pero es porque siempre participan las mismas personas, que no necesariamente son los que quieren el bien común, sino que tienen intereses económicos o políticos creados, por eso siempre tienen



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

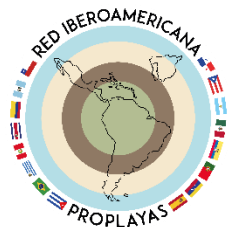
- Cenários & Recomendações -

tiempo para invertirlo. Si en la ciudad hay un órgano planificador de la gestión de las playas, asista, si no lo hay, inste a sus autoridades a crearlo.

Finalmente, investigar como estrategia de prevención. La pandemia nos enseñó que la investigación para prevenir es fundamental, así como fortalecer las instituciones del estado. Se necesita investigar los efectos ambientales sobre el ecosistema playero, las implicaciones sanitarias de los espacios públicos y cuáles son las infraestructuras necesarias para garantizar la seguridad a los turistas. Estudiar cómo va a ser el comportamiento de este en la nueva realidad o como está afectando el miedo generalizado a los ciudadanos. Incluso seguir el camino de las empresas de estudios de mercado, quienes ya tienen investigaciones sobre las nuevas características del consumidor post Covid-19. Es necesario tanto para las autoridades, como para los gestores y proveedores turísticos, saber cómo va a ser el nuevo usuario y/o consumidor de servicios del turismo de sol y playa.

Para terminar las reflexiones de Maristella Svampa, filósofa y socióloga argentina: “Lo peor que podría ocurrir es que nos quedemos en casa convencidos de que las cartas están marcadas y que ello nos lleve a la inacción o a la parálisis, pensando que de nada sirve tratar de influir en los procesos sociales y políticos que se abren, así como en las agendas públicas que se están instalando.” Es el momento para que los actores sociales de todas las corrientes participen en la planificación de este espacio público que es la playa. Para eso es necesario que nos centremos en las necesidades del ecosistema, más no, en las necesidades del mercado: “...la implementación de un gran pacto ecosocial y económico, a escala nacional y global”

* *Psicóloga Educativa, especialista en estrategias de enseñanza/aprendizaje, museos, centros de ciencia y tecnología, centros de interpretación, parques temáticos. Campo profesional en diseño de estrategias educativas, estudios de público, habilidades comunicativas. Coordinadora de educación y capacitación de Playascorp y miembro del Grupo de Investigación en Sistemas Costeros. warmicuna@yahoo.com*



21. Yunior Ramón Velázquez Labrada, Mayelin Pérez Benitez & Juan Ramón Castellanos González: La gestión ambiental post COVID-19 y su contribución a la integridad ecológica de las playas en Cuba

ÁREA DE EXPERTICIA: Gestión ambiental de playas

NODO PROPLAYAS: C44 - CUBA

La rápida propagación del nuevo coronavirus SARS-COV-2, causante de la COVID-19, ha provocado una severa crisis sanitaria global, portadora de cambios en la dinámica habitual del comportamiento humano y en la carga antrópica de las playas, debido al descenso del turismo nacional y extranjero. En este contexto, Cuba, que por su situación geográfica en la zona tropical, posee extensas playas, puso en práctica su plan de prevención y control de la enfermedad. Al respecto, desde el 11 de marzo, cuando se detectaron las primeras tres personas positivas al coronavirus, se incrementó la divulgación de mensajes educativos para potenciar la higiene personal y colectiva, como parte de la gestión ambiental.

El país, según modelos científicos predictivos de la evolución de la enfermedad, se encuentra en un escenario favorable, en la etapa de transmisión autóctona limitada y se pronostica la segunda mitad del mes de mayo como la de más alta probabilidad de contagio, Según el Periódico Granma del 25, 8 y 24 de abril respectivamente. Ante la llegada del solsticio de

verano, cuando muchas personas acostumbran a disfrutar de los servicios de las playas, pues su utilización es libre, pública y gratuita, como plantea el Decreto-Ley 212 del 2000 Gestión de la Zona Costera; es necesario proponer acciones de gestión ambiental, que se puedan aplicar una vez finalizada la transmisión viral y contribuir a la integridad ecológica de dichas playas.

La gestión ambiental post COVID-19, debe motivar la participación de la población en el tratamiento de los problemas ambientales existentes en las playas en ese momento y en la prevención de otros. Entre las problemáticas a atender se sugiere la presencia de basura marina, pues ha afectado a varias playas desde antes de la ocurrencia de la enfermedad mencionada. Un ejemplo que lo demuestra fue cuando la Campaña de Limpieza de Playas en el 2018, convocada por la Red Iberoamericana Proplayas y organizada en el oriente cubano por el Nodo Local CEMZOC de la Universidad de Oriente. Durante dos horas, en seis playas, se recolectaron 493.5 kg de residuos sólidos; de ellos 130.4 kg de plástico, 48.4 kg de vidrio, 26.4 kg de papel, 77.8 kg de lata, 29.6 kg de madera y 180.3 kg de otros tipos, como evidencia de la acción antrópica. Sin embargo, ¿cómo se comportaría esta situación cuando las personas acudan nuevamente a las playas de forma masiva?

Es preciso comprender que cada organismo como factor biótico, está en constante intercambio de sustancia, energía e información con el medio ambiente, lo cual es básico en el metabolismo y la homeostasia. Al mismo tiempo, que las situaciones ambientales negativas en el área de playa pudieran convertirse en factores de resistencia ambiental desfavorables para el potencial biótico de las poblaciones de organismos, el equilibrio y la



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

resiliencia del ecosistema. Por ende, el cuidado y protección de las playas beneficia la integridad ecológica, es decir, el funcionamiento íntegro de los sistemas biológicos, las relaciones entre componentes, estructuras, propiedades y funciones que hacen posible la dinámica ecosistémica, sus transformaciones en el tiempo y las interacciones con el ambiente.

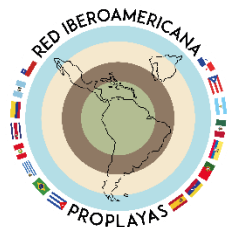
Entre más acciones de protección ambiental se realicen en las playas, menor sería el peligro al que se expondrían los organismos según sus nichos ecológicos y niveles tróficos: productores, consumidores y descomponedores, donde se establecen relaciones interespecíficas. Por otro lado, se favorecería la diversidad de las especies, el desarrollo de las cadenas, tramas o redes alimenticias y con ello el flujo de energía. Por consiguiente, las acciones de gestión ambiental que se proponen para un escenario post COVID-19, refuerzan determinadas medidas existentes e incluyen otras. Si bien en Cuba es tradición el estudio y gestión de las playas, se recomienda:

- Diagnosticar las principales transformaciones ocurridas en el período de duración de la COVID-19. (Modificaciones en la línea de costa debido a acreción o erosión; en la flora y fauna costera en cuanto a cantidad y variedad de individuos, especies autóctonas, exóticas o invasoras, así como existencia de residuos sólidos, sargazo).
- Monitorear la calidad del agua, para diagnosticar la existencia, concentración de coliformes fecales y la declaración de playas aptas para su uso.
- Organizar campañas de limpieza de playas con la participación de la población en los Consejos Populares, manteniendo el

distanciamiento social de al menos 1m y promover su programa de manejo.

- Potenciar la visitación a otras playas de menor uso tradicional para evitar aglomeraciones de personas en aquellas que son más populares y con ello la propagación de otras enfermedades virales.
- Actualizar las señaléticas, con aspectos como la carga máxima que soporta la playa en condiciones de 1m de distanciamiento social, entre otros.
- Tener en cuenta la vigilancia sanitaria del personal que visite la playa, con énfasis durante el verano, a través de pesquisas que permitan disminuir la concurrencia de aquellos con infecciones respiratorias agudas y orientarlos en relación a cómo mejorar su estado de salud.
- Garantizar la divulgación de mensajes educativos por los medios locales de difusión masiva que fortalezcan la educación ambiental y las medidas higiénico- sanitarias en las playas.
- Diversificar las ofertas gastronómicas y los puntos de venta en zonas aledañas a la playa, para evitar concentración de personas.
- No llevar a la playa a las personas de edades extremas (niños y ancianos), ni otras vulnerables por su estado de salud, durante los primeros meses posteriores al cese del nuevo coronavirus.
- Evitar asistir a las playas en caso de brotes recurrentes.

En general, la existencia de la COVID-19, ha propiciado la disminución de la actividad humana en las playas y con ello su recuperación natural. No obstante, se requiere interiorizar que el funcionamiento del organismo como un todo, depende de su relación con el entorno,



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

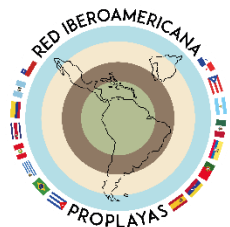
por lo que es necesario prácticas de gestión ambiental, en plena armonía con los factores y procesos costeros que inciden de manera directa en el equilibrio de dichos ecosistemas frágiles. Es por ello que las acciones mencionadas pueden servir de punto de partida para nuevas reflexiones ajustadas a las realidades de cada territorio, con el único propósito de proteger las playas, que es también conservar vidas.

Página | 92

¹ *Profesor Titular del Centro de Estudios Multidisciplinarios de Zonas Costeras, Universidad de Oriente, Cuba. Doctor en Ciencias Pedagógicas. Imparte Biología e investiga sobre ecología, erosión y educación ambiental en playas. yvlabrada@gmail.com*

² *Profesora Titular del Centro Universitario Municipal San Luis, Universidad de Oriente, Cuba. Doctora en Ciencias Pedagógicas. Imparte Geografía e investiga sobre educación ambiental y cambio climático.*

³ *Profesor Instructor del Centro de Estudios Multidisciplinarios de Zonas Costeras, Universidad de Oriente, Cuba. Ingeniero Hidrógrafo- Geodesta. Imparte Topografía e investiga sobre inundaciones costeras.*



22. Ariadna Gabarda-Mallorquí & Rosa Maria Fraguell: COVID-19. De la masificación de las playas a su recuperación como espacios saludables

ÁREA DE EXPERTICIA: Gestión territorial y ambiental de playas.

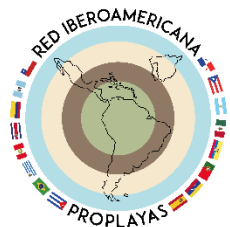
NODO PROPLAYAS: C11 - ESPAÑA

Las playas son un recurso esencial para los destinos turísticos del litoral. Pero, al mismo tiempo, son cada vez un recurso más escaso y frágil. Como consecuencia de los efectos del cambio climático y de la presión humana ejercida sobre el litoral, su regresión es un fenómeno recurrente y, sin embargo, son espacios cada vez más solicitados por los turistas. La pérdida continua de superficie útil puede también hacer aumentar la densidad de usuarios por m² de playa útil por encima de su capacidad de carga turística. Los efectos de los temporales de mar, como la borrasca Gloria acaecida el pasado mes de enero y que azotó el litoral de la Península Ibérica, y la disminución de la aportación de sedimentos a las playas son dos de los principales motivos de erosión, pero también hay que sumar los efectos humanos: urbanización, infraestructuras de defensa costera y de limpieza de la playa no apropiados y/o explotación de la arena, entre otros. Las playas adquieren un valor estratégico para los destinos turísticos del litoral y, es por ello, que su buena gestión es transcendental para el futuro de la actividad turística y su competitividad, basada en el difícil equilibrio entre preservar la salud de sus ecosistemas y de sus usuarios, satisfaciendo las necesidades de

estos últimos sin poner en riesgo los valores ecológicos de los primeros.

La playa constituye un sistema multidimensional con una multiplicidad de funciones, entre las que cabe destacar las siguientes: la natural y ecológica, de seguridad y protección, social y recreativa. Dado el interés económico de esta última, en las playas, sobre todo en las de carácter más urbano, se han potenciado una gran variabilidad y dotación de servicios como son las duchas, lavabos, torres de vigilancia, áreas de juego infantiles y deportivas, hamacas y parasoles, chiringuitos, etc. Sin embargo, la gestión integrada de la playa engloba aspectos tan diversos, a parte de los turísticos, como son la ordenación de usos, la seguridad, el control sanitario, la planificación de riesgos y emergencias o la protección medioambiental que, a menudo, quedan relegados a un estado marginal, comprometiendo su capacidad de satisfacer los tres aspectos básicos de una buena experiencia turística: goce, salud y confort; en cualquier caso, su competitividad como atractivo turístico.

Desde una perspectiva histórica y en el contexto europeo la valorización de la playa se produce desde hace varios siglos. Si bien más en un sentido terapéutico que de ocio. La práctica de la talasoterapia, basada en sacar provecho de las propiedades beneficiosas del agua del mar y el clima marino, consolida flujos de turismo de salud en torno de los mares fríos y templados. Pero la puesta de moda del bronceado, a partir de mediados del siglo XX, supone el paso de la talasoterapia a la climatoterapia. Las playas de los mares cálidos se ven invadidas por un turismo masivo cada vez menos respetuoso con el medio ambiente. A la playa masificada de las 3 "S" (Sun, Sand, Sea) con el tiempo se le añaden



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

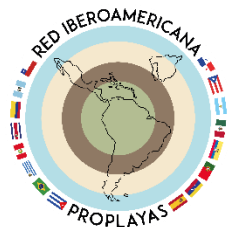
nuevas “S”: como Sex y Sangría (bebida alcohólica refrescante, que se asocia al verano y a chiringuitos de playa, y que es ampliamente consumida en el litoral mediterráneo español), convirtiéndose en un espacio de fiesta continua.

La irrupción de la pandemia provocada por el nuevo Coronavirus y las medidas de confinamiento para la detención de su propagación han puesto de manifiesto la fragilidad del sector turístico, provocando pérdidas millonarias. Se calcula que para el conjunto del estado español, las pérdidas del PIB turístico se aproximarán a los 100.000 millones de euros y las pérdidas en el mercado laboral serán de 1,7 millones de puestos de trabajo de un total de 2,6 millones del conjunto de la industria. Es en este nuevo escenario post COVID-19 donde habrá que reformular y reestructurar el sector. Concretamente, en referencia a las playas, deben de ser repensadas y gestionadas a partir de nuevos contextos y nuevos usos. En este sentido, la playa masificada de las 5 “S” ya no puede ser percibida como un entorno saludable y seguro, ni tampoco como un recurso que pueda garantizar una buena experiencia turística. Considerando el carácter público de las playas y la libertad individual de hacer uso de ellas, hay que definir sin duda algunas estrategias para disuadir determinados usos que conlleven a la masificación con el fin de garantizar la salud y la seguridad de los usuarios.

En este sentido, hoy más que nunca, se hace necesario el establecimiento de capacidades de carga con las que anteponer el derecho colectivo a la salud por encima del derecho individual al uso lúdico de estos espacios. Es por ello que en los planes de ordenación de las playas habrá que medir la frecuentación de usuarios a partir del establecimiento de

umbrales de capacidad de carga, especialmente en las playas más masificadas. Seguramente, determinados umbrales, situados entre los 4 y los 8 m² por usuario en las playas de carácter urbano, definidos por diferentes autores y organismos, serán insuficientes para garantizar la distancia social requerida por las autoridades sanitarias. Asimismo, habrá que prescindir de la oferta de determinados servicios en la playa que propician la masificación y, por el contrario, llevar a cabo planes de recuperación ambiental poniendo en valor sus recursos como espacio natural.

El retorno de la playa a sus orígenes, a la talasoterapia, sería una buena estrategia en un momento en que el turismo apuesta por nuevos modelos más éticos y más saludables. En definitiva, sustituir la cuarta y la quinta “S” por nuevas “S” como las de Salud, Seguridad y Sostenibilidad. La nueva playa de las 5 “S” ha de priorizar el confort de los usuarios a partir de usos armónicos y respetuosos con el entorno. Actualmente, existen playas que han sido reguladas, e incluso cerradas, con el fin de reducir la frecuentación y la sobreexplotación de las mismas, aunque en estos casos para minimizar el impacto ecológico, más que por motivos de salud y seguridad. En España, la Isla de Ons (Parque Nacional Marítimo-Terrestre das Illas Atlánticas de Galicia) contempla un aforo estival de 1.300 personas/día desde el verano de 2019. A nivel internacional, existen también ejemplos de iniciativas para recuperar las funciones ecológicas y medioambientales de la propia playa, como el cierre temporal de Maya Bay Beach en Tailandia o el del conjunto de las playas de la isla de Boracay en Filipinas (estas últimas reabiertas de nuevo previo el establecimiento de la capacidad de carga diaria de la isla).



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

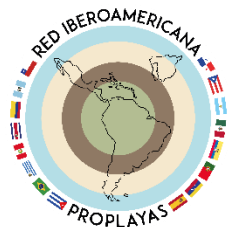
- Cenários & Recomendações -

Más que una parada para continuar posteriormente con la misma estrategia y hacia los mismos objetivos, la crisis del COVID-19 debe ser un auténtico revulsivo para el retorno a los usos terapéuticos de las playas y sus entornos. Usos que sin duda alguna deben ser más armónicos y más respetuosos con el entorno. El establecimiento de nuevas medidas sanitarias, como la distancia social, deben ser asumidas como la oportunidad para la desmasificación de las playas y para el uso responsable y sostenible de las mismas, para ir caminando hacia una nueva tendencia al decrecimiento, sin renunciar a la calidad, en términos turísticos.

Página | 95

¹ Profesora del Departamento de Geografía de la Universidad de Girona y experta en gestión sostenible de recursos en destinos turísticos, especialmente referente a los recursos hídricos, y en el diseño de estrategias para el desarrollo sostenible del turismo. ariadna.gabarda@udg.edu

² Profesora del Departamento de Geografía de la Universidad de Girona y experta en análisis territorial del turismo, en el diseño de estrategias para la gestión integrada de los recursos y en desarrollo sostenible de destinos turísticos. rosa.fraguell@udg.edu



23. Carlos Pereira da Silva & Catarina Fonseca: Portugal, a Covid19 e praias: Percepções, expectativas e comportamentos

AREA DE EXPERTISE: Capacidade de carga de praias

NODO PROPLAYAS: C19 - PORTUGAL

Num momento em que existem mais dúvidas do que certezas, a questão que se discute em Portugal é: como será o próximo Verão nas praias portuguesas em virtude da Covid19?

Num país com mais de 200 praias classificadas, que incluem cerca de 600 áreas concessionadas, e onde o turismo balnear tem sido um recurso fundamental para a economia, a época balnear de 2020 é atualmente uma grande incógnita. Muito irá depender da evolução da situação epidemiológica nas próximas semanas e, sobretudo, do que irá acontecer quando as medidas de confinamento forem progressivamente suavizadas.

Apesar da reflexão aqui apresentada se centrar em Portugal, muitos aspetos encontrarão certamente paralelismos noutras realidades. Por um lado, conjeturas sobre as expectativas e comportamentos dos utilizadores, os que desfrutam da praia, e dos concessionários e, por outro, tentamos prever algumas medidas que as autoridades poderão implementar para que a utilização das praias neste novo contexto seja feita em segurança.

Embora a incerteza seja grande, é expectável que a necessidade de distanciamento social se mantenha (em graus variáveis) por bastante tempo, o que constitui um (novo) desafio na

gestão das praias. O número de pessoas no areal (e consequentemente a sua proximidade) irá depender, desde logo, da procura e dos padrões de utilização.

Um dos fatores que irá influenciar a procura será certamente a perceção do risco de contágio, em função da evolução da situação. Em termos gerais, se os números se mantiverem estáveis em relação a contágios, internados e fatalidades, o grau de confiança poderá aumentar, bem como a procura por alguma “normalidade”. Pelo contrário, se a situação se alterar negativamente poderá assistir-se a uma retração das condutas, nomeadamente no usufruto dos espaços públicos e de lazer, onde se incluem as praias. Ainda assim, por se tratar de um espaço ao ar livre e percecionado como um espaço de saúde, a praia tenderá a ser procurada, especialmente após um longo período de confinamento.

De qualquer forma é quase certo que em 2020 a procura por parte do mercado externo (normalmente expressiva, sobretudo no Algarve, região turística por excelência para o turismo balnear em Portugal) será significativamente reduzida. Esta quebra poderá ser parcialmente compensada pelo mercado nacional, que também estará menos propenso a passar férias noutros países. No entanto, é preciso considerar que a procura será limitada pelas dificuldades económicas que já afetam ou vão afetar uma parte significativa da população e pelo facto do período de férias de alguns trabalhadores ter sido deslocado para o atual período de quarentena.

Por outro lado, procurando garantir alguma segurança e distanciamento social, os utilizadores poderão alterar as suas preferências e padrões de utilização. Praias menos acessíveis e isoladas serão



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

percecionadas como tendo menor risco de contágio e consequentemente mais procuradas. É igualmente expectável que os utilizadores tentem fugir do período do dia tradicionalmente mais congestionado, chegando mais cedo ou ao final do dia. No entanto, nem todos terão hipótese de escolha e as praias urbanas continuarão a ser procuradas por muitos, dificultando a manutenção de distância entre utilizadores.

Os concessionários, que exploram a parte comercial do negócio de praia e são geralmente responsáveis pela contratação dos nadadores salvadores, poderão desempenhar um papel importante no controlo do risco de contágio. Dificilmente aqui serão implementadas estruturas individuais acrílicas para zonamento nas praias, como sugerido noutros países, não só pelo custo, mas também pelo desconforto que causam aos seus utilizadores. Ainda assim, é certo que veremos diminuir a densidade de espreguiçadeiras, toldos e barracas de praia, a proliferação de dispensadores de gel, medidas de proteção individuais dos funcionários que contactam com os clientes e o predomínio de meios de pagamento eletrónicos. Porém, a ação destes agentes está limitada às áreas concessionadas sob a sua responsabilidade, que representam apenas um terço da área total da praia.

Igualmente todos os que estão envolvidos na ações de manutenção das praias terão por certo de adoptar medidas de segurança e protecção, que além de os proteger a eles, darão a confiança a todos os utilizadores das praias, caso da limpeza e recolha de resíduos.

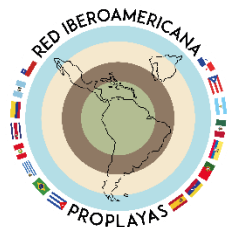
A atuação das autoridades competentes será, pois, essencial para fazer face a comportamentos que ponham em risco a segurança e saúde pública. Tal atuação deve ser

planeada e centrada em medidas flexíveis que possam ser adaptadas devido à volatilidade da situação.

Em primeiro lugar, parece prudente retardar a abertura da época balnear que, em alguns municípios, começa geralmente em maio. Para permitir a implementação de medidas eficazes, é razoável que o início oficial da época seja deslocado para a segunda metade de junho. Porém as condições climáticas desempenham um papel importante visto que temperaturas altas antes dessa altura podem aumentar a procura.

O Governo já salientou que a prioridade é evitar as aglomerações nas praias. A grande questão é como levar a cabo esta tarefa, considerando que as praias integram o Domínio Público Marítimo, sendo por isso de acesso livre. Os cerca de 300 agentes da autoridade marítima nacional e os nadadores salvadores são manifestamente insuficientes para uma monitorização e fiscalização rigorosa em todas as praias, devendo concentrar-se nas áreas mais procuradas.

É expectável que as principais medidas se foquem na prevenção e dissuasão de comportamentos incorretos através da sensibilização e consciencialização dos utilizadores pela autoridade marítima nacional, autarquias, nadadores salvadores e voluntários. As informações sobre o risco de contágio (incluindo a possibilidade ou não de transmissão do vírus pela água do mar ou areia) e as recomendações devem ser também colocados em cartazes na entrada das praias e divulgadas pela comunicação social. É essencial providenciar mais e melhor informação, de modo a diminuir a incerteza e evitar comportamentos de risco.



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

Outras medidas complementares possíveis são a gestão e diminuição/eliminação de todos os espaços que possam permitir uma maior proximidade social, como chuveiros, lava-pés, áreas de jogos e parques aquáticos insufláveis.

Por último, o conceito de capacidade de carga das praias, utilizado na gestão de todas as praias com aptidão balnear em Portugal, poderá ser também uma importante ferramenta para a implementação de medidas. A capacidade de carga da praia, valor de referência com base em densidades de utilizadores ou capacidade de estacionamento disponível, poderá ser ajustada para evitar o congestionamento através, por exemplo, da supressão de lugares de estacionamento, em particular em praias cujo acesso depende predominantemente de transporte individual.

Terminando como começámos, existem muitas dúvidas e incertezas sobre o verão de 2020 e as apreensões das autoridades, concessionários e utilizadores são diversas. Apesar disso, esta poderá ser uma oportunidade para encontrar sinergias e soluções conjuntas para novos e velhos problemas, nomeadamente repensar os modelos massificados e monofuncionais que várias regiões possuem em relação ao turismo de sol e praia e encontrar modelos alternativos mais sustentáveis.

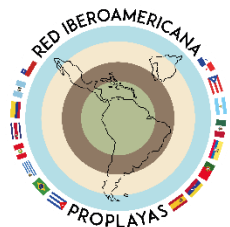
Uma certeza existe, este será um verão diferente nas nossas praias. Esperamos que apesar das limitações possamos desfrutar da praia em segurança.

Participação Pública no Processo de Planeamento.

² *Membro do CICS.NOVA, onde desenvolve trabalho de investigação sobre Ordenamento, Gestão, Resiliência e Governança de Áreas Protegidas. cpsilva@fcs.unl.pt*

Página | 98

¹ *Investigador integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), Universidade Nova de Lisboa, onde trabalha em Gestão e Ordenamento do Litoral e Áreas Protegidas, Capacidade de Carga de Praias e*



24. Bianca Suárez-Puerta: Cambios de paradigmas en el turismo de playas

ÁREA DE EXPERTICIA: Semiótica de la innovación.

NODO PROPLAYAS: E07 - COLOMBIA

Hacia ya años que no llamaba por teléfono a la abuela a preguntarle por una de sus deliciosas recetas. La llamé porque hace años ella nos contaba de sus viajes, en sus épocas de soltera, como profesora a comunidades indígenas en Cauca. A ella le preocupaba que sus alumnos se alimentaran mejor y así mejoraban la comprensión de sus clases. A veces no había qué otras cosas comer, pero sí había unos tipos de banano, que en Colombia llamamos colicero. Éstos al hacerlos en sopa sin muchos otros ingredientes, son una buena fuente alimenticia para subir las defensas. En la llamada se acordó perfectamente de los trucos de la receta, de pelar el banano con cuchara de palo, de ponerle cilantro; y me recordó que en estos días bien de encierro y virus letales nos sirven para estar “alentaditos”.

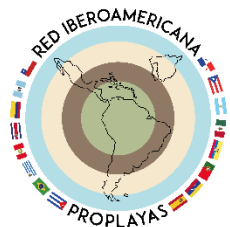
Unos días después, al celebrar su cumpleaños número 93, nos citamos más de 20 personas de diferentes países y hogares en una videoconferencia. La principal sorpresa de la llamada fue ver un video que habíamos editado en días anteriores donde varios cantaban y otros tocaban instrumentos interpretando una canción sobre los altibajos que nos hacen disfrutar la vida. Ella me describió después que no alcanzó a captar todo, pidió repetir el video de la canción. Al principio de ese día pensó que sería un cumpleaños en la soledad de su hogar, pero al volver a ver el videoclip se dio cuenta de muchos más detalles, que no había notado en

un principio; que todo puede comenzar de nuevo.

En estos tiempos que nos ha tocado vivir ya se ha vuelto normal las video llamadas, los webinars, las interpretaciones de grupos musicales que se ensamblan a la distancia y los pedidos a la plaza de mercado más cercana vía WhatsApp. Este encierro nos ha hecho estar cada día más conectados con nuestras redes locales, a ser compasivos con personas en necesidad, a utilizar la tecnología creativamente, y a aprender a estar en silencio y quietud con nosotros mismos de nuevas maneras.

En el siglo pasado, los bosques tropicales donde viven alrededor de dos tercios de los organismos vivos del mundo, se han reducido a la mitad. Los estudios demuestran la disminución en la población de insectos a casi un cuarto. Cada año muere una lengua nativa. En los estudios que hicimos el año pasado junto a otros miembros de la red Proplayas, en lugares en Colombia donde antes se podían apreciar lobos marinos, ya no se encuentra ninguno. Los pescadores arrastran con sus redes miles de pecesitos que no alcanzan la madurez para llegar a reproducirse, ni a llegar a algún plato. En la región de la Guajira, las cifras aumentan mes a mes mostrando que niños y ancianos mueren por falta de alimentos. Esta profunda pérdida de hábitat tiene un efecto dominó en todo el ecosistema. No se trata sólo de cuántas especies tenemos en un ecosistema; se trata de para qué seguimos reproduciendo hábitos, que involucran la supervivencia y el bienestar de todos.

Por su parte, la ecosemiótica es una rama de la semiótica en su intersección con la ecología humana, la antropología ecológica y la economía de la cultura verde. En general esta



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

ciencia estudia los procesos de signos en la cultura que se relacionan con otros seres vivos, comunidades y paisajes. Aunque las especies animales atribuyen significados al ambiente en función de sus necesidades, para la cultura humana el ambiente puede ser significativo mediante la simbolización de animales, paisajes, interacciones socio-naturales y el valor se da en la medida que tiene una función y es usado. Los conceptos o los modelos basados en signos que usan las personas sirven para el diseño, la planificación y la transformación del entorno. Es así como las representaciones culturales, incluidas las del turismo de playa, a su vez influyen en el medio natural a través de las acciones humanas.

Dentro de los múltiples niveles de análisis que nos permite el ambiente, no es una idea novel mencionar que la actividad del turismo se desprende de las ciencias económicas; y que tiene en cuenta para su operación los aportes del mercadeo. Pero en sus orígenes diacrónicos el turismo deviene de la geografía, del fruto de expedicionarios que hallaban placer al conocer, medir y contabilizar tierras lejanas, y pueblos desconocidos y extraños. También los antropólogos que documentan sus viajes centrándose en transcribir en un diario de viaje reflexiones filosóficas e ideas que vinculan muchas disciplinas académicas, como la sociología, la geología, la música, la historia y la literatura. Así pues, el turismo se ha alejado de su esencia.

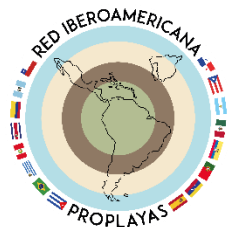
Con esta recomendación no pretendo plantear dejar el turismo. Por el contrario, creo que el mercadeo es importante desde su aporte a la planificación de las acciones para asegurar una sostenibilidad económica. Pero las propuestas de mercados de turismo masivo, ha llevado al declive del ambiente. Estos grandes focos de

turismo han conllevado a una ruptura, a la desarticulación del territorio con las poblaciones locales y a un desequilibrio en el ecosistema.

En el pasado hemos fomentado un modelo de desarrollo rural centrado en un modelo industrializado, desestimando los mercados comunitarios sostenibles y nuestra megadiversidad, donde territorios necesitan generar actividades para asegurar la capacidad alimentaria de la población. A muchos de estos territorios de turismo masivo se imponen modelos importados homogenizantes, se importan alimentos, pero en esta forma de turismo se desestima las producciones, los saberes ancestrales y cultura local, convirtiéndolos en dependientes del mercado externo.

Me gustaría proponer en la Red Proplayas la discusión sobre la posibilidad de un turismo local, bueno, limpio y justo, con autonomía y en defensa de la protección del mar; que venimos defendiendo hace ya varios años. También es importante la alta calidad en la propuesta cultural que se ofrece, rescatar el valor histórico y científico de los destinos, además de altas cualidades nutricionales en las ofertas gastronómicas. Que la comida que ofrecemos en nuestros sitios donde llegan huéspedes se ofrezcan dietas balanceadas, limpias, que se respete el ambiente, el bienestar animal, la vida salvaje. Estos nuevos modos de producción, implica un manejo sostenible de nuestros ecosistemas, incluyendo a las comunidades locales, rurales aledañas al destino. Esto incluye tener en cuenta en la planificación sistemas desde la producción hasta el descarte en términos alimentarios. Desde el estudio y conocimiento de las semillas, la vigilancia de especies nativas, la calidad del agua, la

Página | 100



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

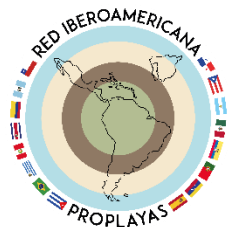
- Cenários & Recomendações -

producción diversa, la comercialización en el sistema del turismo de ofertas variadas, diferentes y diferenciales, hasta el consumo pensando también en el bienestar de nuestros visitantes. Esta es una transformación a un turismo de alta calidad. Necesitamos fortalecer nuestras redes, las locales y las globales, dar a conocer no solo nuestros paquetes turísticos de alta calidad, sino principalmente debemos dar a conocer nuestra cultura, nuestras diferencias, nuestra megadiversidad. Debemos proponer experiencias que garanticen que nuestro patrimonio cultural y natural se proteja, se conozca y se desarrolle.

Creo que este encierro es momento para pensar el modelo, y así como la abuela, volver a ver el video y así darnos cuenta de detalles que habíamos perdido en un inicio. Al re conceptualizar el turismo, sería importante planear primero en el bienestar de todos, en especial de las comunidades locales que se verán beneficiadas de la actividad turística y así asegurar una sostenibilidad socio-cultural.

De esta manera propongo formar también un turista interesado en un intercambio de alto valor. Su experiencia y satisfacción está en realizar una expedición a lo desconocido, teniendo de antemano que la oferta será diversa, sostenible para las comunidades locales, promoviendo los intercambios justos. Así los habitantes de un territorio son los principales beneficiarios, no los turistas. El momento de reflexionar, parar, apagar el televisor, conectarme con las dinámicas locales, crear contenidos sobre nuestro valor megadiverso, y comenzar de nuevo ha llegado.

** Experta en temas de innovación y gestión cultural. PhD en Semiótica (Argentina). Consultora y profesora universitaria en programas de comunicación, ciencias humanas, diseño y marketing. Ganadora beca postdoctoral 2019 del Ministerio de Ciencias de Colombia con el proyecto Gestión del turismo científico en playas remotas. biancasuarezpuerta@icloud.com*



25. Gerardo M. E. Perillo: Influencia antrópica en la erosión de playas: ¿Cómo volvemos atrás?

AREA DE EXPERTICIA: Geomorfología y dinámica de ambientes costeros. Dinámica del transporte de sedimentos.

NODO PROPLAYAS: C56 - ARGENTINA

Luego de la Segunda Guerra Mundial, se produjo un incremento paulatino del turismo de sol y playa a partir del cambio de las condiciones laborales, especialmente de las clases medias. Ello conllevó al desarrollo de villas balnearias que poco a poco fueron creciendo en ciudades costeras. De unos pocos visitantes durante el verano, algunas playas llegan en la actualidad a tener totalmente cubierta (y aún fuertemente excedida) su capacidad de carga.

Para la construcción de condominios y grandes hoteles a lo largo de la playa, en lugares donde no estaba regulado, se utilizó arena de la playa o de los médanos. Muchas de estas ciudades se desarrollaron directamente sobre el campo de médanos costeros. También eliminaron el médano frontal con la excusa que el médano impedía la vista del paisaje marino.

Al eliminar el almacén de arena de la playa (el médano frontal), la playa fue perdiendo paulatinamente más arena que la que recuperaba. Por lo tanto, se rompió el círculo y comenzó un estado sumamente común en las playas a nivel mundial: las playas se están erosionando.

Hay especialistas y tomadores de decisión que alegan que la erosión se debe al cambio climático y al ascenso del nivel medio del mar.

Es verdad, ambos aspectos son elementos relevantes, por ejemplo, se ha determinado que existe un fuerte incremento en la frecuencia e intensidad de las tormentas. Pero cuando se evalúa la incidencia de ambos sobre la erosión, se ve que raramente supera el 20 %. El resto se debe principalmente al efecto antrópico.

Quizás un ejemplo de un sector de unos 120 km de la costa argentina puede darnos una idea de este efecto. Este es un sector donde la costa es N-S con una deriva litoral hacia el norte. Por estudios realizados en 1975, se determinó que la costa había crecido unos 700 m en los últimos 80 años. A partir de la década de 1960 se inició un desarrollo urbanístico sin precedentes que llevó a que existan hoy en día muy pocos kilómetros de esa costa donde no haya una construcción. Básicamente se puede ir a lo largo de una calle costera a lo largo de todo ese conjunto de ciudades que ya no están separadas. Para ese desarrollo urbanístico se utilizó la arena del médano y de la playa, a tal punto que la totalidad de la costa está en un fuerte proceso erosivo. Gran cantidad de casas que se construyeron prácticamente sobre la playa ahora son ruinas que, además, dispersan ladrillos y bloques de concreto en la misma playa. En resumen, la “suprema necesidad” de ver el mar desde la ventana hizo que ya no haya ventana para ver, pero tampoco una playa adecuada para los miles de turistas que visitan esas costas.

En algunos casos, se inició la solución ingenieril dura. La construcción de espigones para controlar la deriva litoral y así acumular arena en el sitio. Esta es una solución muy pobre porque, si bien acumula arena en un sitio, detrás del espigón se produce una fuerte erosión. Para evitar esto se construye otro espigón que lo único que hace es propagar el



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

problema corriente abajo. El caso de Mar del Plata (Argentina) donde la construcción del puerto en alrededor de 1920, destruyó todas las playas al norte del mismo. Para evitar la erosión se construyeron espigones, aun sin saber cual era el volumen de arena transportado por las corrientes y ni siquiera con una adecuada información del clima de olas. El resultado es que la erosión de las playas se ha ido propagando por muchos km a lo largo de la costa, sin solucionar significativamente el problema en la propia ciudad. Nada de eso hubiese sido necesario si en lugar de construir espigones, se hubiese bombeado la arena acumulada delante del espigón sur del puerto hacia la playa que está al norte (un proceso que se denomina bypass). El costo de la operación es del orden del 10 % de todas las obras que se hicieron.

Estos ejemplos son solo unos pocos que demuestran que la acción antrópica es mucho más efectiva en erosionar a la playa que los eventos naturales como las tormentas o el nivel del mar. La pregunta es: ¿cómo volvemos atrás?.

Antes de explicar los posibles mecanismos, es necesario aclarar que las soluciones deben ser lo más naturales posibles, y que permitan que la playa y su dinámica asociada puedan ir restableciendo un nuevo equilibrio. Los métodos más significativos son dos: por un lado la retroalimentación de la playa y el otro es la reconstitución del médano frontal.

El primero es muy caro y complejo. En primer lugar, se requiere una fuente de arena de las mismas características que la que existe en la playa. Todo otro tipo de sedimento es inadecuado. Luego se necesitan dragas o sistemas de bombeo que lleven esa arena a la

playa. Esto es común en países como los Países Bajos, Dinamarca o Estados Unidos.

El otro mecanismo es la generación artificial de médanos utilizando por un lado sistemas de enquinchados (barreras de cañas o telas) que actúen reteniendo la arena transportado por el viento (esto ha sido muy exitoso en Uruguay), pero debe complementarse con la colocación de plantas típicas de la zona y que tengan por si mismo una buena capacidad de atrapar la arena llevada por el viento. Cuando la situación es más compleja y la erosión de las construcciones es inminente, se requiere una etapa previa que es la colocación de tubos geotextiles o bolsas rellenas de arena que luego deben ser cubiertos por arena. Superpuestos a estos deben colocarse los enquinchados y las plantas.

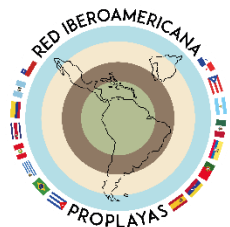
Por supuesto que, nada de todo esto es realmente efectivo si se lo hace una sola vez y se lo abandona. Es fundamental que exista un compromiso de los tomadores de decisión y actores sociales de mantener el sistema por un largo plazo, por lo menos hasta que la mecánica natural tome suficiente impulso como para alcanzar su propio equilibrio. Esta es la situación que actualmente se desarrolló en la localidad de Pehuén Co (Argentina) donde los propios vecinos se pusieron al frente de reconstruir el médano frontal a lo largo de mas de 1200 m de la playa usando bolsones (Figura 1) y cobertura con arena. La próxima etapa es justamente la instalación de los enquinchados y la colocación de plantas. Esta etapa se pensaba iniciar a fines de febrero de 2020, pero la situación asociada a la cuarentena existente en Argentina por efecto del COVID-19 han impedido realizar las obras necesarias. No obstante, a pesar de haber sufrido una serie de tormentas significativas, el sistema de bolsones está resistiendo sin problemas. Finalmente, es importante destacar

que este es un ejemplo demuestra que donde hay realmente interés una vocación de los actores sociales involucrados, todo se puede realizar.



Ejemplo de los bolsones (big bags) de 1 m³ cada uno colocados al pie del médano frontal en la localidad de Pehuén Co (Argentina) previo a la cobertura de arena.

** Licenciado en Ciencias. Geológicas, PhD Oceanografía. Investigador Superior (CONICET) y Profesor Titular (Universidad Nacional del Sur). Especialista en geomorfología y dinámica de ambientes costeros (playas, humedales y estuarios), ríos y lagos, con énfasis en transporte de sedimentos. gmeperillo@criba.edu.ar*



26. Maritza Barreto Orta: Nueva oportunidad para reducir la erosión costera en tiempos de pandemia en el Caribe

ÁREA DE EXPERTICIA: Erosión de playas y Planificación Costera, Nodo Puerto Rico

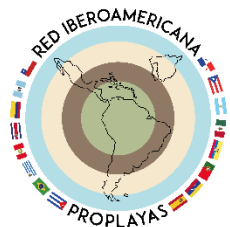
NODO PROPLAYAS: C25 – PUERTO RICO

Playas desiertas en muchas zonas del Caribe, personas en cuarentena en sólido respaldo a frenar el contagio de un novel virus que se anuncia como el enemigo invisible que afecta el bienestar y la integridad de una población. Afectando a una población que a través de las décadas ha probado que aun herida, se puede levantar ante la adversidad. Una población que se ha caracterizado en muchas ocasiones por ser solidaria en momentos difíciles e ingeniosa a través de su labor creativa, donde ofrece oportunidades noveles para promover el bien común. Las ciudades de Nueva Orleans en Estados Unidos, Melbourne en Australia, Semarang en Indonesia son algunos de los ejemplos de comunidades que han demostrado su capacidad de transformación luego de enfrentar diversas adversidades y desarrollar capacidades para enfrentar nuevos retos enfocados en la resiliencia según se describe en el informe titulado Resiliencia en Acción publicado en el 2016 como parte del proyecto Cien ciudades resilientes. Acciones y haberes que no hay duda hay se deben emular.

El evento de la pandemia del COVID-19 y sus efectos a nivel mundial nos sigue dando la lección sobre la importancia de no minimizar el mensaje que nos llega de aquellos que hacen ciencia, sus practicantes y los que ejecutan

política pública adecuada sobre los riesgos que enfrentamos día a día y sus impactos sobre nuestras comunidades. Nos subraya sobre la importancia de tener una conciencia ambiental, social y salubrista más profunda. Pero más relevante, el evento mundial de la pandemia del COVID-19 nos enseña que tenemos que escuchar el mensaje poderoso que nos envían nuestros colegas a través del mundo. El mensaje de que si no hacemos nada para prepararnos ante los enemigos visibles e invisibles (los riesgos), estos podrían tener la capacidad de producir impactos que en algunos casos podrían ser comparables a los que ha producido la pandemia del COVID-19. Sabemos que no podemos detener la ocurrencia y efectos de los eventos naturales sobre el territorio. Sin embargo, la pandemia del COVID-19 nos ha demostrado que tenemos en nuestras manos, en los procesos de planificación, gestión y política pública la llave maestra que nos permitirá amortiguar los impactos actuales y futuros de estos eventos sobre nuestra sociedad. Con esta acción podremos como sociedad salvar mayores vidas y propiedad.

Es importante subrayar, que dentro de esta realidad ambiental-salubrista-multiriesgos no se puede minimizar ni excluir la ocurrencia de los riesgos en la costa, en especial los riesgos que afectan directamente nuestras playas. Estas playas, recurso vital de nuestra nación han estado en continuo riesgo y sufriendo pérdidas importantes a través de la erosión costera por muchas décadas (Barreto 2017; Barreto et al, 2018; Bush et al. 2009). Conocemos que los eventos de erosión costera ocurren a nivel mundial a diferentes magnitudes y frecuencias asociadas en muchos casos a efectos de actividades antropogénicas. Actividades tales como el excesivo y no planificado cambio uso de terrenos, las prácticas informales de mitigación,



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

Página | 106

la explotación desmedida de los recursos costeros y muy importante el efecto de las manifestaciones del cambio climático (Barreto et al. 2018; Bush et al. 1996).

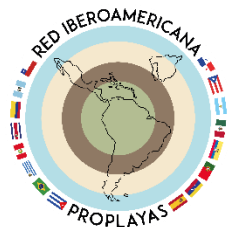
No hay duda de que existen estudios científicos que documentan el problema de erosión costera a nivel mundial. Entre estos estudios se halló que un 70% de las playas del mundo están sufriendo algún problema de erosión en este siglo (Mentaschi et al. 2018; Zhang, Douglas y Leatherman 2004). En adición, existe información que indica la asociación del manejo no apropiado de la costa y las manifestaciones del cambio climático con la erosión costera. Manifestaciones tales como el aumento del nivel del mar, el aumento de la acidificación de los océanos, aumento de la intensidad de los sistemas ciclónicos y un mayor alcance del efecto de la marejada ciclónica, entre otros. Riesgos costeros que no solamente impactan la integridad física de la playa sino también afecta el perfil socioeconómico, cultural, vida y propiedad de los que allí habitan y utilizan la costa día a día.

En Puerto Rico la historia no es diferente, estudios que hemos realizado a través del Instituto de Investigación y Planificación Costera en Puerto Rico (CoRePI) demuestran que aproximadamente el 60% de las playas de la isla presentan algún nivel de erosión costera (Barreto et al. 2018). Esta situación actualmente ha afectado la infraestructura vital y posiblemente actividades económicas que dependen de esa infraestructura. Si no se atiende con premura adecuadamente el problema de erosión es posible que este atractivo especial y casi único de nuestras playas pueda deteriorarse y afectar los servicios principales que ofrecen. La ocurrencia de los huracanes Irma y Maria, la secuencia sísmica del

sur de Puerto Rico y la pandemia del COVID-19 son algunos de los eventos que nos han enseñado que nuestras costas especialmente nuestras playas son vulnerables. Es evidente que los servicios asociados a nuestras playas se vieron mucho más afectados ante la ausencia de un plan que proveyera acciones y alternativas de intervención proactivas que apoyaran la recuperación de estas en corto tiempo.

¿Que hemos aprendido de la experiencia de los impactos de estos eventos sobre nuestras playas y sus actividades relacionadas incluyendo la ocurrencia de la pandemia del COVID-19? Hemos aprendido que todavía estamos a tiempo para diseñar y ejecutar un plan de manejo de playas integrado que promueva la conservación del recurso natural, la seguridad de nuestra costa, el desarrollo económico y turístico que considere escenarios multiriesgos garantizando la continuidad de las actividades antes de sufrir el impacto, garantizando la salud del recurso y sus usuarios. Hemos fortalecido nuestra conciencia ambiental-salubrista acompañado del entendimiento de que la educación es una de las vías para la solución de los problemas. No tengo ninguna duda y estoy convencida que estamos a tiempo para reevaluar y desechar las malas decisiones del manejo costero que se han realizado en el pasado.

Tenemos una nueva oportunidad para comenzar y ejecutar un Plan Integrado de costas basado en los hallazgos científicos tanto locales como internacionales, donde haya una colaboración inter y transdisciplinaria que identifique a través de la ciencia y la participación de los diversos actores cuáles son las mejores intervenciones de planificación que ayuden a solucionar el problema. Llegó el momento de presentarlo y ejecutarlo.



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

No hay duda de que tenemos que trabajar unidos y comprometidos para reducir el aumento de la erosión costera en nuestras playas a través del uso de la llave maestra de la planificación y manejo costero integrado. Es nuestra obligación promover la ejecución de prácticas de intervención costera que reduzcan los impactos de la erosión. Queremos una costa saludable, siempre hermosa y merecedora de lo que han sido siempre nuestras hermosas playas.

Aprendamos como la COVID-19 ha unido muchos pueblos, y de igual manera luchemos juntos para combatir la enfermedad de la erosión costera. Aquí está el reto, frenemos

juntos el problema de la erosión costera especialmente en tiempos de pandemia y ante el reto de los efectos de las manifestaciones del cambio climático.

** Oceanógrafa Geológica y Geóloga licenciada, especialista en geomorfología de playas. Catedrática de la Escuela Graduada de Planificación de la Universidad de Puerto Rico (Rio Piedras) y directora del Instituto de Investigación y Planificación Costera de PR (CoRePI)*

Página | 107



27. Hugo Hidalgo Colindres: Las playas, un servicio ambiental en el golfo de Honduras (Belice, Guatemala y Honduras)

AREA DE EXPERTICIA: Desarrollo sostenible de la zona marino costera en el Sistema Arrecifal Mesoamericano –SAM- bajo un enfoque sociológico, antropología costera.

NODO PROPLAYAS: C46 - GUATEMALA

La coyuntura del COVID-19 a nivel mundial ha puesto en evidencia lo resiliente que es nuestro mundo, en concreto se ha podido visualizar por la información difundida en redes sociales como se han aventurado especies (delfines, tortugas marinas, entre otras) que no vemos muy seguido en ecosistemas costeros muy cercanos a lugares públicos, ahora desolados por las cuarentenas establecidas por los gobiernos. Igualmente grandes ciudades en zonas terrestres han sido incursionadas por especies como Jabalíes, Pavo Reales, entre otros.

El golfo de Honduras -goH-, enclavado en el Gran Caribe, está considerada como una de las 200 global ecoregion por la WWF, una de las regiones con mayor diversidad mundial, contando con la segunda barrera de arrecifes más grande del mundo y la más grande del hemisferio occidental, EL SISTEMA ARRECIFAL MESOAMERICANO –SAM-.

goH se considera geográficamente un territorio desde Monkey River en la parte sur de Belice en el distrito de Toledo hasta Punta Sal en el parque nacional Jeannette Kawas en Tela Honduras con un área de 10,000 Km²

Lo anteriormente expuesto nos lleva a hacernos preguntas parafraseando a Leonardo Boff “hay que deshumanizar la tierra y naturalizar al ser humano?”.

Covid-19 está haciendo esto, deshumanizar la tierra, con los aproximadamente 200,000 muertos y con la cantidad de actividad humana que se ha paralizado.

Por lo tanto, esta es una gran oportunidad para poder hacer un stop y repensar cómo debería ser la intervención futura en las playas de nuestro Caribe. Esta podría ser una “receta” para latitudes similares a la de nuestra región, territorios con características socioeconómicas y demográficas compartidas.

En este sentido esta es la oportunidad para establecer monitoreo constante en playas identificadas como playas prístinas y playas turísticas para poder determinar los cambios y los índices de calidad ambiental en playas turísticas –ICAPU- entre otros aspectos.

Todo esto conlleva que las intervenciones sean de menor intensidad, construcción de playas artificiales, hotelería, malecones, espigones, estructuras en general que no toman en cuenta la geología costera local y que la mayoría de veces producen impactos ambientales negativos, impulsados por la débil institucionalidad ambiental local.

La playa se considera como la parte de arena blanca, sin embargo la misma es mucho más que eso, tenemos la zona supra litoral o sea sumergida que casi nadie ve y la zona de dunas o de pleamar hasta donde llega la marea alta y aparece la vegetación de dunas. Además de su división en zona de servicios y activa.

La playa se ha considerado como un bien al servicio de los visitantes, o sea algo que tiene



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

una connotación monetaria, posee un valor, le damos un precio; por otra parte un servicio ambiental es en sí una forma de obtener un beneficio que no es redituable por lo mismo las playas, se consideran en general un bien común, un servicio ambiental ofrecido a visitantes, entre otros que ofrece.

Luego de estas reflexiones diríamos que el turismo consciente como le deseo llamar al futuro en el goH debería de partir de una plataforma gubernamental que tome de manera institucional el tema de las costas y playas como una política (debería de existir una estrategia en el marco de los ODS 6, 13,14 y 15 que directa e indirectamente estar relacionados con las playas. Sumado a esta plataforma gubernamental debemos tratar de salir de la economía de mercado tradicional para poder iniciar la construcción de una economía social logrando avanzar hacia un nuevo paradigma en la gestión integrada de playas en la que propietarios de hoteles, restaurantes, guías, tour operadores, transportistas, entre otros negocios, estén vinculados. No podemos solo ver a la playa como un bien, hay que verle como un recurso, un servicio ambiental.

Los procesos de capacitación deben de ser paralelos no solo para tour operadores, sino para propietarios que muchas veces desconocen cómo funciona su emporio turístico, entre otros, avanzando hacia la construcción de una sociedad costera y que los visitantes conozcan esto como un valor de ellos también y no solo un área de distracción. Hay que formar ciudadanos costeros ambientales.

Creo que es fundamental que se diseñen videos en los hoteles de como se ha formado esa playa tan susceptible luego que el Pez Loro se ha alimentado de los arrecifes, cuerpos de corales muertos y al digerirlos excreta esas arenitas

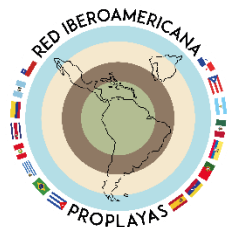
blancas tan preciadas pudiendo aportar hasta con 200 Kg de arena por año por organismo, algo increíble, para el que llega por primera vez a la playa blanca hermosa y además que desea llevar un poquito para su recuerdo y luego la olvida y termina en un basurero.

Por otra parte debemos de establecer con el apoyo de los sistemas de áreas protegidas de cada país sistemas de playas prístinas, que puedan mantener sin intervención alguna procesos ecológicos naturales para ser estudiados a imagen de las zonas núcleos en áreas naturales protegidas y que sirvan de puntos de línea base.

La recuperación de playas como un bien común es fundamental, ya que lastimosamente la corrupción término muy conocido y más de moda ahora han provocado que muchas playas se hayan convertido en bienes “privados”.

Las amenazas a las playas son multifactoriales y si no atacamos la corrupción entendiéndose como avales para intervenir de muchas maneras la misma o concesionarlas, entonces al cambio climático se le hará más fácil hacer que estas desaparezcan.

Por ultimo creo que tomando el ejemplo de Islas Canarias, donde casi el 100% de la actividad está alrededor del turismo de playas, que tal como lo menciona la Organización Internacional del Turismo –OIT- es el que prevalece; sin embargo para reducir la intervención en las mismas y diversificar y que el impacto no sea tan intenso como en esta zona mencionada; considero que hay que diversificar el producto playa, hay que vincularlo con otros atractivos locales como cultura, senderismo, snorkeling entre otros, esto nos llevara a tener mejores ICAPTU y poder avanzar a certificaciones tipo Blue Flag.



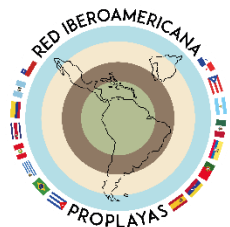
O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

En conclusión se considera que el turismo arribando a las playas en un futuro cercano debería de ser un turismo consciente, apoyador de Sociedades Costeras, el cual ha sido sensibilizado previamente por un sistema liderado por las secretarías de turismo en alianza con la plataforma a construir mencionada. Ningún recurso natural soporta más de lo que Natura permite.

Página | 110

* *Catedrático-Investigador Instituto de Investigaciones del Caribe de Izabal –IICI/Centro Universitario de Izabal –Cunizab-/USAC. Red de investigadores Universidad de San Carlos de Guatemala –USAC-. integramar@yahoo.es*



28. Jimmy J. Cevallos Z.: Restauración natural de playas en tiempos de pandemia, sincronía con el turismo post pandemia en la provincia de Manabí, Ecuador 2020

AREA DE EXPERTICIA: Ambiente Biodiversidad y
Cambio Climático

NODO PROPLAYAS: C38 - ECUADOR

Como lo establece el GAD Provincial (2019) la provincia de Manabí en el litoral ecuatoriano cuenta con una extensión de más de 350 km. de línea costera en la que se encuentran alrededor de 150 km. de playas aprovechables turísticamente como son: Salango, Puerto López, Machalilla, Puerto Cayo, San Lorenzo, Santa Marianita, San Mateo, Manta, Crucita, San Jacinto, San Clemente, Bahía de Caraquez, San Vicente, Briseño, Canoa, El Matal, Pedernales y Cojimíes, estas playas acaparan más del 90 % del turista nacional e internacional que llega a la provincia. Cada año Manabí recibe en promedio 650000 turistas que al decir del MINTUR son parte del sector turismo que aporta el 2.2% del PIB.

Estas playas en su gran mayoría no cuentan con sistemas de control ni planes de manejo por lo que la actividad turística afecta enormemente a su capacidad natural y biológica y todos sus componentes naturales existentes en ellas, afectaciones directas e indirectas que no solo afectan la estructura de la playa como tal sino a todo un sistema marino costero.

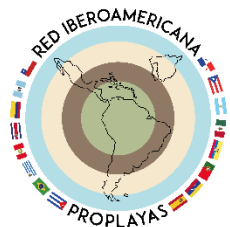
Contreras M. & J. Cevallos en su estudio de relevamiento semicuantitativo de playas en Esmeraldas, mencionan que la zona de playa se

afecta por la expansión demográfica y la infraestructura turística que avanza sin considerar los ciclos naturales de la dinámica de playas, lo cual modifica estructural y dimensionalmente.

Para Cevallos J. en su proyecto de investigación sobre la plataforma de abrasión del norte de la provincia de Manabí y sur de Esmeraldas, la dinámica de playa no solo está influenciada por factores antropogénicos desde el sector turístico, sino también desde un proceso natural geo sísmico que promueve la transformación de las playas y de todo el perfil costero-

Así mismo Contreras y colaboradores concluyen en su investigación que el swell del sur en el océano pacífico ha variado su posición en los últimos 30 años logrando con ello un importante cambio en la dirección del oleaje del sur y que afecta significativamente a las playas de Chile, Perú, Ecuador y Colombia; permitiendo la transformación en un futuro cercano de las playas de todo el perfil costero Sudamericano.

Con todo esto la existencia de múltiples causales destructivas de playas se ven minimizadas con la disminución radical de las afectaciones antrópicas existentes en los actuales momentos como resultado de la Pandemia del COVID-19 o SARS-COV-2 que se ha convertido en una afectación mundial para todos los seres humanos que habitan la tierra conllevando un proceso de recuperación de todos los sistemas planetarios naturales, por ello se ha considerado que las playas de la provincia de Manabí están pasando por un "Ciclo de Restauración Natural" que debió sucederle de manera periódica desde el siglo anterior, sin embargo las actividades humanas han impedido este proceso que se está llevando a cabo actualmente con muchos beneficios



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

ecológicos. Dentro de este fenómeno se podrían apreciar diversidad de procesos que hacen conciliar un Ciclo restaurativo de estos ecosistemas de playas, el aislamiento humano por el cumplimiento de una cuarentena global decretada por los diferentes gobiernos de casi todas las naciones del mundo conlleva una recuperación del nicho biológico y físico de toda la estructura de playa.

Las playas de Manabí se encuentran con características únicas no vistas en los últimos 30 años; actualmente las dunas de playa otorgan impresionantes imágenes de manera natural, mismas que en la mayoría de las localidades nombradas anteriormente se encuentran en un estado único no alcanzado en las últimas 3 décadas.

Actualmente se diferencian varios tipos de dunas correspondientes a la dinámica entre viento local/topografía/ausencia turística en cada playa; la zona intermareal está recuperando su potencial biológico en solo un mes de ausencia turística con una biodiversidad considerable y relativa a la biodiversidad marítima del litoral ecuatoriano, principalmente en las playas menos acudidas turísticamente, la berma de la playa se convierte en un gran nicho para la fauna terrestre y marina en general incluidas las maravillosas tortugas marinas, las zonas submareales recuperan su biodiversidad subacuática de una manera impresionante, las crestas de bermas en ambas estaciones nunca se habían evidenciado como se encuentran en estos momentos recuperando su estructura morfológica de una manera natural lo que permite que una dinámica de mejores beneficios tanto en la pleamar como la bajamar.

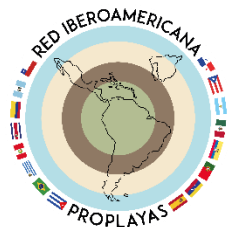
Todos estos procesos hacen que de una manera natural se esté restaurando totalmente el frente de playa en sus partes baja y alta. Rodríguez L.

en su trabajo línea de costa, en Chile; manifiesta que una restauración natural implica cambios positivos en todo un ecosistema muy deteriorado por los diversos sistemas antrópicos, mismos que en la actualidad se encuentran ausentes.

¿Ahora bien, hasta cuándo durará esta cuarentena? Es una pregunta muy común en los momentos actuales en todas las naciones, conociendo que su respuesta es desconocida en tiempo y espacio, es preocupante imaginarnos el retorno a las actividades y la reactivación de todos aquellos factores antrópicos previamente nombrados, acción que incurrirá nuevamente en el deterioro de lo ya restaurado en esta época, por ello es necesario llevar una acción sincrónica entre el hombre y naturaleza una vez que hayamos aprendido de las lecciones previas; el turismo de playa seguramente va a colapsar todas las zonas de playas en un tiempo cercano a la fase Post-Pandemia COVID-19.

Para ello es recomendable mantener una sincronía planificada post-pandemia/ turismo/ playa que consistiría en el uso controlado, conservación, mantenimiento, no superar la capacidad de carga, mitigar impactos y aplicar buenas prácticas de uso básicamente, en la cual se juegan un rol fundamental las autoridades de Gobiernos Autónomos Municipales y ciudadanía en general; siendo esta última la principal responsable de la conservación de nuestro hábitat demostrando una conciencia turística más ambiental que productiva con un aspecto de sostenibilidad y sustentabilidad.

Se deberá llevar una sincronía con el estado de arte de playa y sus recursos desde todos los puntos de vistas posibles y con ello establecer estrategias de resiliencia y mitigación de impactos futuros a manera de consolidación de



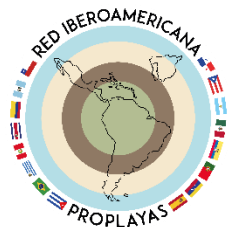
O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

la conservación del espacio natural ganado en esta pandemia a favor de las playas de Manabí.

*Ing. Agropecuario, Magister en Gestión Ambiental, Magister en Gerencia Educativa; Exprofesor de la UNESUM, Tutor de Post-grado UEES; Profesor Titular ULEAM.
jimmycev@hotmail.com*

Página | 113



29. CONTRIBUCIÓN ESPECIAL - Juan Alfredo Cabrera: Lineamientos para un programa de gestión socio-ecosistémica y de monitoreo integrado de las playas turísticas

AREA DE EXPERTICIA: Geoecología de los Paisajes, Manejo Integrado de Zonas Costeras y Gestión Integrada de Playas.

NODO PROPLAYAS: C14 - CUBA

Una Introducción necesaria

Durante muchos años dedicados a la gestión de costas y playas hemos comprobado que prevalece una actitud reactiva, más que preventiva, y que casi siempre son adoptadas y puestas en práctica las “respuestas rápidas” que enfrentan problemas y situaciones emergentes. Se visualizan y trabajan las playas y otros sistemas costeros como si fueran “empresas”, en lugar de partir de sus particularidades estructurales y dinámico-funcionales, no siempre se parte de un profundo diagnóstico físico-ambiental que sienta las pautas a seguir, y ni que decir que están prácticamente ausentes los sistemas de monitoreo que deberían ser la verdadera base de la toma de decisiones.

Ahora mismo lo estamos viviendo: los objetivos y esperanzas que durante años hemos enarbolado con respecto a una gestión efectiva de las playas turísticas se muestran endeble, y siguen siendo un reto las inversiones y los esfuerzos para establecer una gestión turística de playas, que vaya mucho más allá de las caracterizaciones, la acumulación de datos y los planes de acciones formales.

Por suerte, estamos aprendiendo a través de la participación activa en muchas experiencias concretas, y del análisis valorativo de decenas de casos pilotos, algunos exitosos y muchos de fracasos, que la gestión integrada, o si queremos socio-ecosistémica, requiere no sólo de un adecuado marco político-normativo, sino también de sólidas bases científico-técnicas, que deberían cumplir, como lo ha sintetizado recientemente nuestro reconocido Profesor Stephen Olsen, con principios básicos, tales como:

- Ser "integrada", lo que implica la articulación de escalas espaciales, sectores e instituciones
- Ser un proceso basado en asuntos (an issue-driven process en inglés), que trabaja para abordar los problemas y las oportunidades que son importantes para las personas
- Ser un proceso sostenido, cíclico y a largo plazo que evolucione a través de ciclos de planificación, implementación, evaluación y ajuste.

La situación actual que enfrentamos con la aparición de la pandemia de la Covid 19 corrobora la idea expresada por el propio Profesor Olsen de que en el siglo XXI, el ritmo del cambio será tan rápido y lleno de sorpresas que la gestión de costas y playas tendrá que adaptarse con frecuencia a las prioridades cambiantes y a nuevos riesgos y problemas de diferentes tipos.



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

Por eso, ahora cuando ya empiezan a florecer las propuestas de respuestas inmediatas y de carácter sólo reactivo, llamamos la atención sobre la necesidad de una visión preventiva y futurista, y proponemos estos Lineamientos generales, organizados en dos momentos cruciales y concatenados, que permitirían avanzar desde los diagnósticos, que aportarán nuestra nueva línea base y el listado concertado de asuntos claves, hacia la conformación e implementación de los programas integrados de gestión socio-ecosistémica de las playas turísticas.

Página | 115

Ojalá podamos, ahora sí, dar todos juntos, este salto cualitativo.

Diagnóstico físico-ambiental integral de re-partida

☐ Procurar el mayor consenso posible con respecto a los problemas identificados y los asuntos claves u oportunidades que serán prioridades de la gestión integrada, a partir de la adopción e implementación de diversas herramientas estratégicas y operativas.

☐ Ello implica establecer y enfrentar los problemas y asuntos con una perspectiva abarcadora, mediante un enfoque holístico de los asuntos marinos y costeros, con una mayor y mejor comunicación, acercamiento y coordinación entre todos los actores.

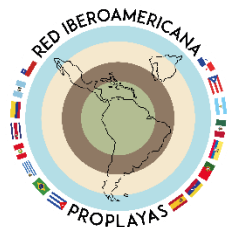
Programa de gestión socio-ecosistémica y de monitoreo integrado

☐ Partiendo de la caracterización y del diagnóstico previo, y sobre la base de talleres participativos y un proceso arduo de consultas y de planificación se definirán claramente las metas y los objetivos específicos del programa.

☐ En principio, el Programa de gestión de las playas turísticas debe tener varias direcciones de trabajo, a través de subprogramas muy articulados entre sí.

☐ Un subprograma esencial es el de monitoreo de la playa, que debe aportar, de manera sistemática la información básica para estructurar el trabajo. Este Subprograma debe ser integral, y de hecho debe abarcar los aspectos estrictamente ambientales, como Calidad del agua de mar y la efectividad de los sistemas de Manejo de desechos sólidos y residuales líquidos, así como los aspectos morfológicos y dinámico-funcionales de las playas, a partir de la evolución de los perfiles de playas, análisis de la granulometría y composición de las arenas, evolución de la cobertura vegetal y el balance general de los procesos marinos, eólicos, pluviales y biogénicos, incluyendo aspectos oceanográficos conocimientos necesarios sobre oleaje, corrientes y mareas, estado de salud de los pastizales marinos y de los arrecifes coralinos.

☐ De acuerdo con los resultados que aporte el Subprograma de Monitoreo integral, será conveniente estructurar un Subprograma de acciones dirigido a asegurar la calidad de las aguas de las playas, así como un Subprograma de Mantenimientos y mejoras de la franja de arena de las playas, en el que tendrá prioridad la búsqueda de acciones de mitigación y proyectos de recuperación como soluciones alternativas a los procesos erosivos, así como la atención a los problemas de erosión eólica y pluvial que tanto afectan a estas playas.



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

☐ En este mismo sentido, otro importante Subprograma de acciones debe estar enfocado directamente a la protección y restauración de las dunas, en dependencia de la situación real de cada playa y tramo.

☐ Hay que perfeccionar el trabajo de ordenación ambiental de la franja de playa, y hacer más rigurosa las regulaciones ambientales y su implementación práctica, en cuanto la localización correcta de las infraestructuras costeras, con diseños de bajo impacto, que no interrumpan la dinámica de las arenas y que sean fácilmente desmontables.

☐ Un subprograma de Gestión Ambiental, debe priorizar las acciones dirigidas a la gestión integral de los residuales sólidos y también al manejo adecuado de los residuales líquidos.

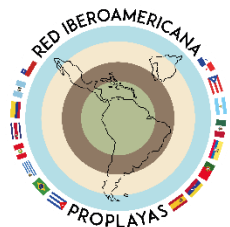
☐ El tema de la información y educación ambiental, que tanta prioridad ha recibido entre los requisitos para la certificación de las playas, debe convertirse en otro importante Subprograma. Aquí no sólo debe considerarse la señalización o carteles de carácter regulativo, informativo y educativo en relación con las playas y los recursos costeros, sino también un conjunto de actividades para elevar la cultura ambiental de personal que trabaja en el sector turístico y vinculado a las playas, a través de pláticas, cursos, talleres y otras formas. En este sentido, pueden desempeñar un papel fundamental las Universidades y organizaciones científicas, sociales y educativas del territorio.

☐ Muy en relación con el Subprograma de información y educación ambiental, no deben faltar las acciones dirigidas a la protección de la biodiversidad, no sólo mediante la divulgación científica de los valores y servicios ambientales de los ecosistemas y elementos costeros, y la sensibilización de los usuarios de la zona costera, sino también mediante acciones concretas de conservación y restauración de la flora y la fauna, así como la protección de los arrecifes de coral, los pastizales marinos y otros ecosistemas que siempre están estrechamente interconectados con las playas.

☐ El Programa de manejo integrado costero debe fomentar las investigaciones y proyectos científicos que aborden problemáticas de interés, y permitan seguir profundizando en el conocimiento del escenario de trabajo y en búsqueda multidisciplinaria de soluciones a los actuales y nuevos problemas ecológicos y ambientales.

☐ Y de frente al reto de la Certificación de playas, no puede faltar un Subprograma de Seguridad y Servicios, que impone trabajar fuertemente en la infraestructura de servicios sanitarios y otras facilidades para los bañistas, así como a facilitar accesos adecuados hacia la playa, preferentemente mediante pasarelas de madera, y a hacer cumplir las regulaciones referidas a estacionamiento de vehículos y medios automotores.

☐ Muy importante es considerar un Subprograma en que se integren los Planes de contingencia contra derrames de petróleo en el mar y el Plan de emergencia ante catástrofes naturales, riesgos tecnológicos y eventos extremos sanitarios, todo ello a cargo de grupos especializados.



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

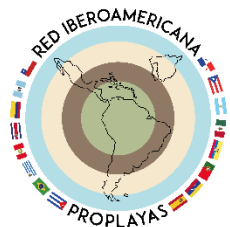
- Cenários & Recomendações -

La adopción formal de un programa requiere generalmente de una aprobación de gobierno, al más alto nivel que corresponda según la escala del mismo, y muy ligado a ello las definiciones de aseguramiento financiero y técnico-material para la puesta en práctica de las acciones del Programa.

Se podrá entonces entrar de lleno en la fase real de implementación, monitoreo y perfeccionamiento continuado del Programa.

Página | 117

** Doctor en Ciencias Geográficas, Profesor Titular de la Universidad de Matanzas (Cuba), donde actualmente dirige el Observatorio Ambiental COSTATENAS. Fue Director de la Oficina de Manejo Costero de Varadero durante 13 años. Coordinó al equipo de expertos en playas que crearon la Red PROPLAYAS.*



30. CONTRIBUCIÓN ESPECIAL - Propuestas de la Sociedad Nacional de Salvamento de Italia para la gestión de playas en la temporada 2020 en relación con el riesgo de contagio de COVID-19³

Francesco Bianchi, Enzo Funari, Gabriele Lami, Giorgio Pezzini, Enzo Pranzini⁴ (*Sociedad Nacional de Salvamento de Italia*)

El turismo de playa en Italia ha hecho evolucionar el uso de zonas de dominio público con instalaciones para la oferta de los servicios necesarios para su uso en relación con la evolución de la sociedad civil. Desde la segunda mitad del siglo XIX se empezaron a construir estructuras, primero sobre pilotes, luego directamente en las playas, para la prestación de servicios de baño cualificado, que en algunas partes del territorio nacional ha llevado al desarrollo de una importante industria hotelera turística, pero también a una reducción sustancial de las zonas libres.

En Italia hay poco más de 12.000 instalaciones dedicadas al turismo de playa, que son reservadas al uso exclusivo del concesionario que ha pagado la respectiva tasa de concesión al propietario estatal de las zonas. Las áreas de libre uso son, por otro lado, responsabilidad de los municipios que, en algunos casos, garantizan servicios como la seguridad del baño.

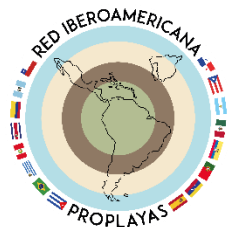
En este contexto se encuentra la Sociedad Nacional de Salvamento - SNS, nacida en Génova en 1871, y que desde 1929 prepara a los *socorristas* que operan en playas, piscinas y donde sean obligatorios. La cualificación conferida en sus cursos tiene un valor jurídico. Hay unos 100.000 socorristas que son miembros del SNS. La organización de la sociedad abarca todo el territorio nacional y se divide en unas 230 secciones. Es una sociedad médica reconocida por el *Estado italiano*. Es miembro del Observatorio Nacional de Protección Civil y del Observatorio Nacional de Ahogamiento del Ministerio de Salud. Es miembro la asociación de investigadores en temas costeros GNRAC. Cuenta con un Comité Científico dividido en tres áreas: médica, ambiental y natación. El sector del medio ambiente incluye principalmente biólogos, ingenieros costeros y geomorfólogos.

La Sociedad Nacional de Salvamento ha enviado una contribución a las autoridades estatales pertinentes para la preparación de normas destinadas a garantizar la seguridad del baño, en caso de que la apertura de la temporada de baño sea posible después del desarrollo de la pandemia debido a la COVID-19.

En la costa italiana, con 3951 km de playas, el mayor número de bañistas se reúnen en cerca de 30.000 puntos donde el servicio de rescate es obligatorio; este documento presenta las indicaciones particularmente para estas instalaciones turísticas de playa. El documento también enumera las normas vigentes en Italia, independientemente de la situación actual y, por lo tanto, puede ser de un interés aún más general.

³ Traducción libre del italiano por Cristina I. Pereira PhD

⁴ Autor de correspondencia: enzo.pranzini@unifi.it



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

El siguiente es un resumen de esta contribución, que fue remitida de forma completa a las autoridades italianas.

Comentarios preliminares

Se necesita una disciplina nacional única para definir los principios organizativos del uso de instalaciones de baño y zonas de baño libres.

Las Regiones sólo podrán endurecer las regulaciones impuestas por el Estado nacional en función de las diferencias que pueden tener entre si los tramos de costa para el baño, por cuenta de la geomorfología, el tipo de acceso y la afluencia turística.

Hay dos fases:

1ª autorizar el trabajo necesario para abrir las instalaciones una vez que se garanticen las medidas de seguridad para los trabajadores;

2ª para abrir las playas a los huéspedes, con la consigna de protegerlos y al personal que ofrece los servicios. En esta segunda fase, puede hacer referencia a una diferenciación entre:

- balnearios y clubes de playa, donde se pueda utilizar un marco reglamentario existente para adaptarse a la situación sanitaria actual;
- zonas de baño libre, para las que hoy no hay otra obligación que advertir de la ausencia de los servicios de seguridad del baño.

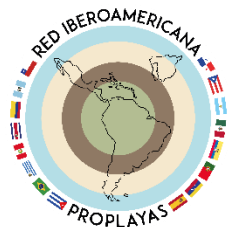
Cuestiones clave para abordar:

- hacinamiento de una playa o una instalación de baño junto al mar;
- uso de la arena y el espejo de agua delante de ella por los bañistas;
- la seguridad del personal empleado en el servicio.

La legislación para la protección de los usuarios aplica también a las condiciones de los trabajadores, y por lo tanto las normas sobre la distancia interpersonal o la desinfección de los servicios de aseo, deben proteger ambos.

La seguridad de la actividad de baño recreativo también afecta al socorrista que puede estar en riesgo de contagio, por ejemplo, en un rescate (recuperación, traslado de la persona a aguas seguras, reanimación, aplicación de maniobras básicas de *sosporte vital*).

Deben identificarse formas de rescate en agua para reducir el riesgo de infección, así como nuevos dispositivos médicos y de primeros auxilios para hacer frente a estas situaciones, que tendrán que ser los mismas a nivel nacional.



Clubes de playa

Se debe partir de las disposiciones actuales que ya establecen las distancias mínimas entre los puntos de sombra y establecer un número máximo de usuarios para cada punto.

Debe elaborarse un *Reglamento del comportamiento y uso del balneario o club de playa* como mecanismo para regular la vida social en el lugar.

Página | 120

Se debe establecer:

- a) capacidad de recepción (puntos de sombra total);
- b) *planificar* la ubicación de las diferentes áreas de arena en concesión (zona de tiendas, sombrillas, sillas...) y de los corredores o pasarelas de acceso a las sombrillas y tiendas;
- c) cómo utilizar puntos de sombra;
- d) *nombre del concesionario*, responsable de la gestión del servicio
- e) *nombre del mayordomo* y/o de sus colaboradores, que se encargan del servicio de acompañamiento y de la supervisión del Reglamento;
- f) *nombre* del(los) asistente(s) de baño y/o de sus compañeros de trabajo (socorristas), que están a cargo del servicio de rescate y sus respectivos horarios comerciales; o si se utiliza el servicio colectivo;
- g) sanciones y acciones para aquellos que no cumplan con las reglas.

Modo de acceso al balneario o club de playa

El acceso a la propiedad y el acompañamiento de los clientes y otros servicios de atención al cliente deben ser realizados por "mayordomos", que deben tener un uniforme que los identifique como tales. Deben hacer cumplir el reglamento y retirar a los huéspedes que no lo cumplen, vigilar las actividades de desinfección de la instalación por parte del personal especializado, de acuerdo con la forma establecida por las autoridades pertinentes.

El usuario infractor puede ser retirado de la propiedad de acuerdo con la forma establecida por el Reglamento, el cual debe ser firmado para su aceptación por parte del cliente al momento de reservar los puntos de sombra.

El balneario o club de playa es responsable del control y comportamiento de sus huéspedes, ya sea a través del mayordomo o confiando la gestión de ese servicio a terceros (cooperativas de servicio – voluntariado, etc.) en posesión de habilidades certificadas.

El movimiento de personas en la instalación en ausencia de los mayordomos generalmente no debe ser permitido, pero en el caso que se presente, debe hacerse con el equipo mínimo impuesto por las normas nacionales (máscaras – guantes desechables).

Ubicación del punto de sombra

El alquiler de los puntos de sombra se realiza mediante reserva antes de la llegada. Los asientos sin reservar se pueden asignar a huéspedes ocasionales.



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

No está permitido alquilar material de baño para colocarlo fuera de los puntos de sombra, o en zonas fuera del perímetro del balneario o club de playa definido en el plan de seguridad aprobado por las autoridades competentes, o que pueda afectar a las zonas comunes de tránsito;

Las sillas alquiladas como equipamiento individual deben estar espaciadas 3 m en cada fila, y las filas deben ser espaciadas por 5 m. Se pueden colocar en un espacio especial (solarium), para ser desinfectadas con cada uso.

Página | 121

Administración de puntos de sombra

Se debe garantizar un área mínima para los asientos de cada usuario:

- a) cada punto de sombra debe tener un área de al menos 12 metros cuadrados disponibles para cada sombrilla, colocada en el centro del área, con la distancia de los perímetros individuales dibujados a no menos de 3 metros entre sí. Cada punto de sombra puede acomodar un máximo de 4 personas;
- b) cada tienda/mirador debe tener al menos 18 metros cuadrados, con una separación de al menos 3 metros entre tiendas; se puede acomodar un máximo de 6 personas.

El equipamiento de playa (camas, sillas, etc.) utilizado por los usuarios debe ser desinfectado diariamente, por la noche al cierre de la actividad o, si permanecen sin vigilancia nocturna, por la mañana en la apertura antes de la ocupación.

Otras actividades lúdicas y de entretenimiento

El espacio regulado en el plano adjunto al Reglamento no debe prever espacios de juego o áreas para actividades colectivas.

No se permiten espacios para juegos de pelota, tenis de mesa y *soft balls*, ni otras actividades colectivas como el juego de cartas y similares que pueden conducir a reuniones.

En zonas comunes, están prohibidas fiestas, eventos, iniciativas o eventos de cualquier tipo.

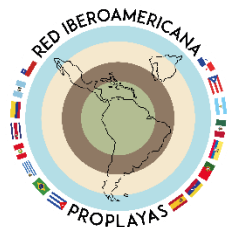
Las piscinas anexas al balneario o club de playa se pueden utilizar de acuerdo con las regulaciones especiales que les aplique.

La actividad de alquiler de embarcaciones está sujeta a las normas de la autoridad nacional dependiendo de la desinfección.

Servicios higiénicos e instalaciones comunes

Los servicios higiénicos sólo deben ser utilizados por los clientes del balneario o club de playa, a los cuales se debe aplicar una desinfección constante, de al menos cada 3 horas.

Para el uso de duchas comunes, los sistemas de desinfección deben estar provistos con la misma frecuencia que los servicios higiénicos.



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

Zonas de baño libre

En las zonas de baño libre, el municipio ofrece:

- limpieza y eliminación de residuos por lo menos con frecuencia diaria y operaciones de cribado profundo de al menos 5 (cinco) centímetros de la arena de playa utilizables y sólo en zonas sin vegetación pionera;
- accesibilidad de los vehículos de emergencia, a través del personal a cargo, para garantizar el cumplimiento de las normas anti epidémica y posiblemente con colaboración de asociaciones voluntarias;
- servicio de vigilancia de la actividad de baño, si se financia.

Página | 122

Contenido del Plan de Zona de Baño

Cada municipio prepara un plan especial para las *áreas de baño libre* que debe ser comunicado por el *Portal del Agua del Ministerio de Salud*, además del sitio web institucional de la Región y del balneario o club de playa. En el plan se define lo siguiente:

- a. zonas de baño con presencia de sistemas colectivos de seguridad de la actividad de baño;
- b. zonas de baño en las que no existan sistemas colectivos de seguridad, pero con libre acceso;
- c. zonas de baño cuyo acceso y/o baño esté prohibido por razones supeditadas a la temporada de baño o por la presencia de prohibiciones permanentes en virtud de la normativa vigente.

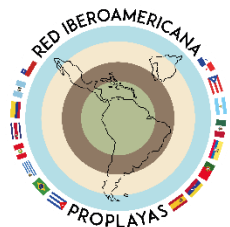
El Plan va acompañado de unas medidas disciplinarias, señalando las conductas admitidas y prohibidas. Este plan se adopta durante el período de la temporada de baño identificado por las autoridades competentes.

El plan especial de las playas debe resumirse en sus líneas generales en carteles dispuestos en los puntos de acceso al mar. Estos carteles informativos deben incluir las indicaciones sobre los peligros y las prohibiciones normalmente previstas y las específicas en relación con la necesidad de prevención de enfermedades virales. Debe haber un aviso indicando que la playa es un área pública donde la actividad de baño es seguro sólo en el momento indicado por el Plan; restringir el acceso a la playa por fuera del tiempo permitido para la actividad de baño (de 8 p.m. a 7 a.m.).

En el plan debe quedar regulado el posicionamiento de astas de bandera numeradas, de al menos 5 metros de altura y al menos 200 m de distancia entre sí, para colocar las banderas de peligro y de aviso de la presencia del sistema de seguridad a la actividad de baño.

El plan puede incluir la integración del sistema de comunicación visual entre los balnearios y clubes de playa, con la adopción de colorantes especiales que identifiquen este sistema entre los que posiblemente estén presentes en la zona.

En cualquier caso, el Plan debe tener en vigor las siguientes prohibiciones:



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

- a) No se permiten reuniones de ningún tipo, con excepción a los grupos de máximo 5 integrantes que ya se encuentren presentes en la playa o zona de baño. Debe haber al menos 3 m de distancia entre cada uno los diferentes grupos;
- b) No se permiten juegos que pueden hacer que la gente se mueva para reducir la distancia interpersonal entre extraños al mismo grupo; el uso de la pelota, en todas las formas y modos, está prohibido;
- c) Es obligatorio utilizar una estera (de paja, madera o plástico) sobre la que colocar la toalla;
- d) El comercio itinerante está prohibido para evitar reuniones;

Página | 123

Servicio de salvamento y Control

El servicio de socorrismo puede ser gestionado por una asociación de rescate acuático o una empresa especializada.

El municipio también puede utilizar la contribución de las asociaciones voluntarias para controlar el acceso a la playa y el cumplimiento de la normativa.

El plan de vigilancia y rescate se organiza mediante la identificación de uno o más puntos donde los usuarios pueden bañarse de forma segura en el mar; según el caso estos puntos serán eventualmente incluidos en el Plan de zonas de baño libres.

Planes de Rescate Colectivo

Más allá de la situación actual de emergencia, y más aún como resultado de esto, se considera apropiado que se implementen los planes de rescate colectivo activos en los últimos años con el objetivo de ampliar sus tareas de control de las zonas de baño libre y zonas de baño frente a las concesiones para balnearios o clubes de playa.

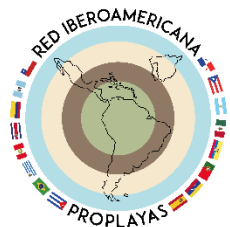
Se debe garantizar recursos a los gobiernos locales para su organización, donde haga falta, o la implementación de los recursos ya existentes para permitir la puesta en marcha con recursos financieros estatales adecuados.

La eventual prohibición de la actividad de baño para la contención de la enfermedad por parte de los organismos estatales y/o regionales está supeditada a los resultados de las actividades de vigilancia.

Servicio de rescate colectivo

El servicio de rescate colectivo por zonas de vigilancia para playas concedidas a privados (balnearios o clubes de playa), para playas libres o playas mixtas (privado-públicas), debe prepararse caso por caso de acuerdo con la situación logística y los recursos disponibles.

El Plan de Rescate Colectivo es diseñado por el municipio o las asociaciones de balnearios y clubes de playa, posiblemente contando con la contribución de las asociaciones de salvamento reconocidas, y en cualquier caso está sujeto a la aprobación de la Autoridad Marítima.



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

El servicio colectivo puede ser gestionado por los propietarios de balnearios o clubes de playa y/o alojamientos, directamente, a través de un consorcio, o encomendado a asociaciones o empresas calificadas que tengan como objeto social la realización de las actividades de seguridad del baño.

Establecimiento de Puntos de Baño

El Plan de las zonas de baño también incluye el establecimiento de los Puntos de Baño: donde se puede nadar incluso en condiciones de marejada (altura de ola 0,5 - 1,25 m).

Los puntos de baño se encuentran en el plan de vigilancia de la playa y están delimitados por dos banderines amarillos plantados en la costa.

Cada punto de baño tiene al menos 4 socorristas en cada segmento de playa de 200 m (2 en las torres salvavidas y 2 en la orilla).

Servicio de seguridad en el baño

El servicio de vigilancia, regulado por la orden de seguridad de baño emitida por la Autoridad Marítima, debe llevarse a cabo desde una estación elevada (cubierta de al menos 1,60 m).

El barco de rescate sólo puede parar en la costa o en el mar para las necesidades de servicio.

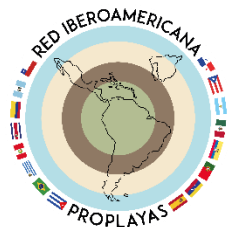
No se permite el servicio a través de una estación de rescate de sombrilla.

Sólo se puede colocar un socorrista en cada estación, que debe disponer de los siguientes dispositivos personales, en particular los nuevos y adecuados dispositivos médicos y de primeros auxilios que garantizan la reducción del riesgo de contagio al operador, proporcionado a nivel nacional, más allá de los proporcionados por la ordenanza de seguridad de baño de la Autoridad Marítima:

- Máscara de bolsillo o ambu;
- Lata de rescate (tipo baywatch) o tubo de rescate;
- Chaleco salvavidas (en neopreno u otro material adecuado para nadar);
- Radio tipo "city" para comunicarse con la dirección u otras estaciones;
- Silbato;
- Camiseta u otra prenda adecuada para reconocerlo, de color rojo, siempre firmada "socorrista";
- Los balnearios o clubes de playas que limitan con playas libres también deben vigilar los 40 m de la playa libre adyacente.

Se mantiene la posibilidad de adherirse a un plan de rescate colectivo promovido por las administraciones municipales u organizaciones comerciales debidamente aprobadas por la Autoridad Marítima, que también incluye la gestión de playas libres.

Debe ponerse en marcha una reglamentación homogénea sobre el significado de los medios visuales de las playas y las zonas de baño. Las señales deben tener el mismo significado en todo el país:



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

- Cenários & Recomendações -

- Verde: condiciones climáticas propicias para el baño (también se puede bañar fuera de los lugares de baño a lo largo de la costa vigilada);
- Amarillo: condiciones climáticas peligrosas (el baño sólo se permite dentro de las banderas que encierran los puntos de baño);
- Rojo: prohibido el baño en el mar;
- La Prohibición del baño en relación con las condiciones del mar es establecida por la Autoridad Marítima.



O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19

CENÁRIOS E RECOMENDAÇÕES



Grupo de Especialistas da Rede Proplayas

***Editores: Camilo M. Botero, Serafí Mercadé,
Juan Alfredo Cabrera, Briana Bombana***